

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO TREVISAN KARPINSKI

FORMAÇÃO DO OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

CURITIBA
2013

MARCELO TREVISAN KARPINSKI

FORMAÇÃO DO OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clara Brener Mindal

CURITIBA
2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **MARCELO TREVISAN KARPINSKI** para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR^a CLARA BRENER MINDAL, DR. RONILSON DE SOUZA LUIZ, DR^a JOANA PAULIN ROMANOWSKI e DR^a ETTIENE CORDEIRO GUÉRIOS, arguíram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **"FORMAÇÃO DO OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ"**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a CLARA BRENER MINDAL		Aprovado
DR. RONILSON DE SOUZA LUIZ		Aprovado
DR ^a JOANA PAULIN ROMANOWSKI		Aprovado
DR ^a ETTIENE CORDEIRO GUÉRIOS		Aprovado

Curitiba 12 de setembro de 2013.

Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Prof^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 123750

Aos meus pais, Edmundo e Carmelina,
por tudo o que hoje sou;
Aos meus melhores amigos, meu irmão, Marcos, e minha irmã, Elisandra;
À minha Alma Gêmea,
minha esposa, Daniele Cristina;
E à nossa Família,
motivo para viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha Família.

À Prof.^a Dr.^a Clara Brener Mindal, minha Orientadora, por compartilhar sua sabedoria, humildade e o seu mais precioso bem nesta existência: Tempo.

Ao Prof.^o Me. Luciano Blasius, Doutorando em Educação, Ser Límpido.

Aos componentes da Banca: Prof.^a Dr.^a Ettiéne Guérios, Prof.^a Dr.^a Joana Paulin Romanowski e o Prof.^o Dr.^o Ronilson de Souza Luiz.

Às Professoras e Professores da UFPR.

Aos profissionais de todas as áreas de atuação da UFPR.

A todos os pesquisadores que pude conhecer, por meio de seus escritos, durante a realização deste trabalho.

A todos que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa de Mestrado.

“Aquele que luta com monstros deve acautelar-se para não se tornar também um monstro.
Quando se olha muito tempo para um abismo, o abismo olha para você.”

Friedrich Nietzsche.

RESUMO

O presente estudo tem seu foco na formação do oficial de Polícia Militar. As questões norteadoras da pesquisa consistem em descrever como é feita a formação do oficial de polícia militar do Paraná, e investigar o que dizem as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros entre 1988 e 2011 sobre a formação dos oficiais de Polícia Militar no Brasil. Com o processo de redemocratização do Brasil, que tem seu primeiro grande marco em 1988, ano da promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, ainda vigente, as Polícias Militares passaram a buscar uma nova identidade profissional por meio da formação adequada de seus membros. Assim, o objetivo da pesquisa é aprofundar o conhecimento sobre a formação atual dos oficiais de Polícia Militar, as propostas de formação, e as discussões acadêmicas que envolvem esse tema. Os objetivos específicos são: conhecer a história das polícias militares; descrever como é feita a formação do oficial de Polícia Militar no Paraná; Levantar a legislação que regula a formação atual do Oficial no Paraná; descrever a Doutrina de formação utilizada na APMG; conhecer a proposta da Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública; descrever e analisar o que dizem as teses e dissertações produzidas no Brasil sobre formação do Oficial de Policial Militar. A metodologia desta pesquisa, que é de natureza teórico-descritiva, realizou-se por meio de documentos oficiais, literatura científica disponível e do estudo das produções acadêmicas no período citado. Para o acesso (ao material de pesquisa) as produções acadêmicas utilizou-se o Banco de Teses da CAPES. Como resultados destacam-se: a pouca pesquisa desenvolvida sobre o tema e, conseqüentemente, o desconhecimento acadêmico em relação à figura do oficial de Polícia Militar como formador; o quão pouco difundida é a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (2003); o modelo tradicional de acordo com o qual é feita a formação do oficial de Polícia Militar. Mesmo assim concluiu-se que, desde o ano de 1988 até 2011, ocorreram melhorias significativas na formação do oficial de Polícia Militar, inclusive com a entrada de policiais militares nos cursos de pós-graduação acadêmicos (mestrado e doutorado), não obstante ainda predominar o processo de formação endógeno e tradicionalista nas academias de Polícia Militar.

Palavras-chave: Formação do Oficial Policial Militar. Formação de Oficiais. Polícia-Militar. Segurança Pública.

ABSTRACT

This study focuses on the education of the Brazilian Military Police officer. The main idea of this research consists of describing the Military Officer's graduation course in Parana State, and what is stated in theses and dissertations of Brazilian post-graduates between 1988 and 2011, the subject being the professional education of Brazilian Military Police officers. With the process of re-democratization in Brazil, which had its first major mark in 1988 (the year of the proclamation of the new Constitution of the Federative Republic of Brazil), the still active Military Police began to seek new professional identities through suitable training of its officers. So, the goal of this research is to deepen the knowledge of current training of Military Police officers, training ideas and proposals, and academic discussions involving this subject. Specific goals include: to understand the history of military police organizations; to describe how a Paraná Military Police officer is trained; to bring to the table the legislation that regulates current training of a Paraná officer; to describe the training doctrine utilized by APMG; to understand the proposal of the National Curriculum Headquarters for the Training of Public Security Professionals (Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública); to describe and analyze what is stated in Brazilian theses and dissertations covering the training of Military Police officers. The methodology of this research, which is of theoretical and descriptive nature, was based on official documents available scientific papers, and on the study of the cited academic works in the above mentioned period the CAPES Theses Bank was used for access to research material and academic papers. Highlighted results: little research has been conducted on this subject and, consequently, it forms academic ignorance in relation to the image of the Military Police trainer; just how little widespread the National Curriculum Headquarters for the Training of Public Security Professionals (2003) actually is; the traditional models used in training Military Police officers. Nevertheless, the conclusion is that from 1988 to 2011 significant improvements were made in the training of Military Police officers, including the entrance of officers in post-graduate education courses (Masters and Doctorate), despite the predominant endogenous and traditional training models present in the Military Police academies.

Key Words: Education of Military Police Officer. Officer Education. Military Police. Public Security.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PIRÂMIDE HIERÁRQUICA DA PMPR	32
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ROTINA BÁSICA DO CADETE DA ESCOLA DE OFICIAIS DA APMG	31
QUADRO 2 - ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO MILITAR COMPARATIVAMENTE COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO DO MEC	35
QUADRO 3 - A SUBORDINAÇÃO DE CADA ÓRGÃO E AS ATIVIDADES RESUMIDAS QUE DESENVOLVEM	49
QUADRO 4 - TÉCNICAS DE ENSINO SUGERIDAS PELA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL	53
QUADRO 5 – PARADIGMA MILITARISTA	56
QUADRO 6 – TEMAS ABORDADOS NAS PESQUISAS ANALISADAS	67
QUADRO 7 – METODOLOGIAS UTILIZADAS NAS PESQUISAS ANALISADAS...	68
QUADRO 8 – OBJETIVOS A SEREM ATINGIDOS NAS PESQUISAS ANALISADAS	68
QUADRO 9 – GRAU ACADÊMICO, ESTADO, UNIVERSIDADE E ANO EM QUE FOI PRODUZIDA A PESQUISA.....	69
QUADRO 10 - AVANÇOS NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR QUE DEVEM SER MANTIDOS E APRIMORADOS NOS CURSOS.....	70
QUADRO 11 - ASPECTOS NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR OS QUAIS DEVEM SER REFORMULADOS OU EXCLUÍDOS DOS CURSOS	72

LISTA DE SIGLAS

APMBB	Academia Policial Militar do Barro Branco
APMCV	Academia de Polícia Militar Costa Verde
APMG	Academia Policial Militar do Guatupê
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CFO	Curso de Formação de Oficiais
EB	Exército Brasileiro
EsO	Escola de Oficiais
ESuSeP	Escola Superior de Segurança Pública
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NOTARA	Normas Técnicas para Avaliação da Aprendizagem
PBUFAF	Princípios Básicos de Uso da Força e Armas de Fogo
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMMT	Polícia Militar do Mato Grosso
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RNED	Rede Nacional de Educação à Distância
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIEVAP	Sistema Integrado de Valorização Profissional
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 MOTIVAÇÃO PARA PESQUISA.....	14
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.3. OBJETIVOS.....	18
1.3.1 Objetivo geral.....	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 JUSTIFICATIVA.....	18
2 POLICIAIS MILITARES NO CONTEXTO BRASILEIRO E PARANAENSE....	21
2.1 POLÍCIA, MILITAR E POLICIAL-MILITAR.....	21
2.1.1 Militares brasileiros.....	24
2.2 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.....	25
3 A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.....	27
3.1 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS SOBRE FORMAÇÃO NA PMPR.....	34
3.1.1 Portaria de Ensino da PMPR.....	36
3.1.2 Norma Técnicas para Avaliação de Rendimento e da Aprendizagem.....	37
3.1.3 Plano de curso.....	38
3.1.4 Plano de matéria.....	38
4 A PROPOSTA DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	40
4.1 MATRIZ CURRICULAR NACIONAL ROMPENDO COM O PASSADO.....	46
4.2 OBJETIVOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL	48
4.3 COMPETÊNCIAS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL.....	48
4.4 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	51
4.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	53
4.6 MALHA CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	54
4.7 COMPONENTE DO PARADIGMA MILITARISTA QUE A MATRIZ BUSCA ROMPER.....	55
5 METODOLOGIA.....	57

5.1 SELEÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE.....	57
5.2 SELEÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	59
6 CONCLUSÕES.....	74
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICES	84
ANEXOS.....	91

1 INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA

Dado o caráter peculiar e, às vezes, idiossincrático desta pesquisa, importa que o pesquisador se apresente para que haja assim a necessária contextualização do objeto pesquisado, admitido aqui como *sui generis* – ainda que não inédito – no meio acadêmico educacional, vez que trata de uma Educação específica, a saber, a de Oficial de Polícia Militar.

Isto posto e sem mais, encetemos. Como policial militar do Estado do Paraná estou há mais de uma década atuando em diversos tipos e modalidades de policiamento, bem como na formação de novos policiais militares, fato que, *per si*, instou-me a buscar maior aperfeiçoamento pessoal e profissional. Depois de formado como Oficial de Polícia Militar trabalhei em Batalhões Operacionais da Polícia Militar do Paraná (PMPR), como Oficial Coordenador de Policiamento, Chefe de Setores de Justiça e Disciplina. Também atuei no Batalhão de Trânsito, e no Batalhão de Guardas e Escoltas, que é o Batalhão responsável pela segurança dos estabelecimentos prisionais e pela escolta de presos. Na implantação estadual do Programa Patrulha Escolar Comunitária, atual Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, fui membro da Coordenação. No antigo Comando do Policiamento da Capital, hoje Primeiro Comando Regional de Polícia Militar, trabalhei na Agência Regional de Inteligência como Chefe de Operações.

Minha experiência como instrutor da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) iniciou no ano de 2005, ministrando disciplinas técnicas para policiais militares, alunos do curso de formação de soldados. A atividade de instrutor permitiu compartilhar experiências, desenvolver relacionamentos e aprofundar conhecimentos, tarefas as mais gratificantes. No entanto, nessa época já tinha preocupações em relação à melhor forma de lecionar e preparar os policiais militares para a atividade profissional.

Considero que a formação inicial para a profissão preparou-me para uma carreira difícil, de primeira necessidade para sociedade, porém criticada, pouco compreendida e desvalorizada. Foi uma formação que percebi como insuficiente

para ascender pessoal e profissionalmente de maneira eficaz. Por meio destas constatações entendi que deveria especializar-me, aprender mais sobre a sociedade à qual iria me dedicar e, paralelamente, também sobre a própria profissionalização das polícias militares.

Antes mesmo do ingresso na carreira de policial militar eu acreditava que ter um propósito para o que fazemos é primordial. Para um melhor desempenho como Oficial e Instrutor nos cursos da PMPR busquei a formação na área jurídica, graduando-me bacharel em Direito. Cursei pós-graduação *latu-sensu* em administração pública, administração com ênfase em segurança pública, e fiz alguns cursos de atualização que a própria Corporação proporciona.

As experiências profissionais, inclusive com a formação de novos policiais, proporcionaram-me conhecer as carências da formação dos policiais militares e a questionar-me: qual a melhor maneira de formar o policial militar? Como preparar os profissionais para atuarem em um cenário de violência, que se apresenta nas mais diversas formas e na qual, inclusive, o policial é alvo? Como incutir pensamentos pacificadores nas mentes de jovens que são bombardeados diariamente, por sentimento de impunidade social? Como falar em Direitos Humanos e Polícia Comunitária, quando a própria sociedade age com repulsa aos serviços policiais? E por fim, como manter os policiais motivados em uma sociedade que os discrimina seja pela mídia, que os ridiculariza em suas novelas, os ataca em suas manchetes de jornais e lucra com o sistema falido?

O acima exposto me levou à necessária crença que a formação do profissional de segurança pública deve ser contínua, proporcionando o aprimoramento constante, mantendo-os próximos dos valores profissionais e dos anseios sociais, refletindo sobre a sua atuação, tendo em vista que o cotidiano atribulado exige decisões imediatas e que não admitem explicações pósteras.

Em 2009 minhas atividades profissionais voltaram-se exclusivamente para o ensino, vez que fui designado a prestar serviços na APMG, o que serviu de incentivo para estudos em relação à qualidade da formação do policial militar. Nessa ocasião tomei conhecimento da Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e, em conversa com outros oficiais também instrutores da PMPR, pudemos constatar o pouco conhecimento que tínhamos desse documento.

A preocupação com a formação dos policiais militares cresce quando observamos que há uma mudança significativa no comportamento dos profissionais, que quando entram em ação cometem excessos de força, ou não são proativos quando deveriam intervir de imediato, fatores que contribuem para desvalorização das polícias militares. Acresce que há o pouco conhecimento sobre a Matriz Curricular Nacional, desconhecimento que não é só meu, conforme pude amplamente constatar. Conversas com colegas possibilitaram refletir sobre a formação e a questionar: qual a melhor maneira de preparar o policial militar?

A procura pelo Mestrado em Educação foi consequência dessas reflexões e questionamentos. O desejo pessoal de melhorar a formação profissional dos policiais militares, e também a minha, me levaram a realizar esta pesquisa.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A PMPR, como Instituição preparada para cumprir o papel de defensora da cidadania e garantidora dos Direitos Humanos, tem por cento e cinquenta e nove anos buscado evoluir e atender as necessidades sociais, com o objetivo de melhor servir à comunidade.

O encontro de gerações de policiais militares em atividade profissional, propicia a manutenção da tradicional formação, oriunda do Exército Brasileiro, que é baseada em valores de Defesa Nacional, ou seja, de proteção ao Estado e o combate a um inimigo personificado em ser humano. Contudo, as mudanças no contexto social do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, com a conscientização dos cidadãos brasileiros de que seus direitos devem ser garantidos pelo Estado que sustentam por meio de impostos, e que seus representantes eleitos democraticamente são seus governantes, não mais admitem a hipótese de serem tratados como aquele inimigo do Estado e sim sabem que devem ser protegidos pelas forças de segurança pública.

A formação hermética e endógena dos policiais militares contribui para que o processo de adequação profissional à nova realidade seja lento. Os militares carregam em sua formação profissional traços marcantes de autoritarismo e violência que se perpetuam devido a uma subcultura tácita que perdura nos

aquartelamentos, e com a qual os alunos das escolas de formação tomam contato habitualmente.

Para esta Dissertação delimitamos a pesquisa na formação do oficial de Polícia Militar, por ser ele o ator principal na formação de novos policiais militares, pois depois de formado o oficial está “apto” a capacitar os futuros profissionais que serão seus subordinados e, posteriormente, sucessores.

Com base na necessidade de atender ao cidadão, rompendo definitivamente com o período de exceção a que estivemos sujeitos durante a ditadura militar no Brasil, novas ideologias estão sendo trabalhadas para que haja a melhor formação do militar estadual; entre elas a mais recente é a apresentada pela Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, lançada em 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça e, reformulada por meio do programa Matriz Curricular em Movimento, no ano de 2005.

Mesmo com a busca de melhorias na formação do policial militar, ainda ocorrem os entraves ditados pela subcultura do autoritarismo, do poder hierárquico deturpado e da violência mascarada. A formação deve preparar o policial militar para proteger o cidadão, garantir seus direitos e ao mesmo tempo ser firme o suficiente para proteger o profissional que forma.

Neste contexto, a finalidade desta Dissertação é contribuir com o conhecimento a respeito da formação dos oficiais de Polícia Militar, e traz como questões norteadoras: como é formado o oficial de polícia militar no Paraná? O que dizem as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros entre 1988 e 2011 sobre a formação dos oficiais de Polícia Militar no Brasil?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Aprofundar o conhecimento sobre a formação atual dos oficiais de Polícia Militar, sobre as propostas de formação e sobre as discussões acadêmicas que envolvem esse tema.

1.3.2 Objetivos específicos

- Conhecer a história das Polícias Militares;
- Descrever como é feita a Formação do Oficial de Polícia Militar no Paraná;
- Inventariar a legislação que regula a formação atual do Oficial no Paraná;
- Descrever a Doutrina de formação utilizada na APMG;
- Conhecer a proposta da Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública;
- Descrever e analisar o que dizem as teses e dissertações produzidas no Brasil sobre formação do Oficial de Policial Militar.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em diversos momentos da história e em diversos contextos sociais as polícias militares desenvolvem um papel específico. Com o processo de redemocratização do Brasil desde a anistia, mas principalmente a partir de 1988, a importância da Polícia Militar evidencia-se, porém com urgente necessidade de mudança no papel a ser desempenhado, afastando-se do antigo modelo ditatorial e

autoritário. A polícia a serviço do Estado deve ser substituída por uma polícia que atenda ao cidadão, democraticamente, no Estado de Direito em que vive.

A tarefa do profissional de segurança pública tornou-se complexa, o inimigo personificado no indivíduo que hipoteticamente violaria o território do País, para tomar o poder, hoje é conhecido como “crime”, elemento social abstrato, que se apresenta em variadas formas, geralmente oriundo de problemáticas sociais não resolvidas pelo próprio Estado.

Segundo a Matriz Curricular Nacional (2009, p. 1), “É cada vez mais necessário pensar a intencionalidade das ações formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional se tornam imprescindíveis [...]”, isso por si só já justificaria o estudo da formação do oficial de Polícia Militar, mas ainda corrobora com esta ideia a necessidade conhecer plenamente o tema para posteriormente dedicarmos-nos à tarefa de melhor formar os futuros oficiais de Polícia Militar com maior efetividade e eficácia, minimizado o risco de incorrerem nos mesmos erros apresentados pela tradição, sempre refratária a mudanças.

A presente pesquisa está organizada da seguinte maneira: A introdução que apresentou breve relato da trajetória do autor na PMPR, as motivações que conduziram a esta pesquisa: as carências sociais no que tange à segurança pública; a atuação dos policiais militares que deveriam proteger o cidadão; as indagações de como formar o profissional de segurança pública para dar atendimento adequado e eficaz a esse cidadão, e as indagações de como formar os docentes que capacitam os policiais militares.

O segundo capítulo destina-se a definir o policial, o militar e o policial-militar contextualizando-o na PMPR. Inicialmente apresenta-se, de maneira sucinta, a Polícia e suas atribuições sociais. Neste mesmo ponto da Dissertação procura-se a definição histórica de militar e militarismo, que somados à ideia de Polícia, propicia compreender a identidade do policial militar. O capítulo Encerra-se com a descrição sobre a história da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O terceiro capítulo descreve como é feita a formação do policial militar no Estado do Paraná, concentra-se na formação do Oficial da PMPR, que ocorre na APMG nas dependências da Escola de Oficiais (EsO), por ser o oficial, inclusive, o principal ator na formação dos policiais militares do Paraná. Esse ponto da pesquisa apresenta, ainda, a legislação de ensino e documentos que são utilizados na PMPR

para todos os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento dos policiais militares.

O quarto capítulo apresenta a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, um referencial teórico-metodológico elaborado por meio de ações governamentais para a democratização do ensino e da formação dos profissionais de segurança pública no País. O capítulo ainda descreve brevemente quais foram essas ações, anteriores à Matriz Curricular Nacional, para propiciar uma formação equilibrada e unificada das forças de Segurança Pública.

O quinto capítulo descreve a metodologia utilizada para responder às questões norteadoras: como é formado o oficial de polícia militar no Paraná? O que dizem as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros entre 1988 e 2011 sobre a formação dos oficiais de Polícia Militar no Brasil? Buscou-se a resposta para a primeira questão por meio de documentos oficiais e literatura científica disponível. Para responder a segunda questão foi feita uma pesquisa no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) cujo conteúdo propiciou que coletássemos os dados para a Dissertação; com os dados organizados e discriminados entre aqueles que contribuem para a melhor formação do oficial de Polícia Militar, e aqueles que são supostamente adversos à formação elaboramos seis quadros, os quais serviram para a síntese.

As conclusões são apresentadas no sexto capítulo da Dissertação, onde ressalta-se os aspectos que precisam ser adequados para a formação do oficial de Polícia Militar, tendo como base o estudo das teses e dissertações elaboradas sobre a temática no período compreendido entre 1988 e 2011.

Depois das referências bibliográficas que contribuíram para esta Dissertação, apresenta-se nos apêndices e nos anexos documentos consultados, como: plano do curso de bacharelado em segurança pública 2012 a 2014 e plano de disciplina de direitos humanos.

2 POLICIAIS MILITARES NO CONTEXTO BRASILEIRO E PARANAENSE

2.1 POLÍCIA, MILITAR E POLICIAL-MILITAR

Este ponto do estudo tem o escopo de identificar o Policial, o Militar e o Policial-Militar, sem buscar aprofundar suas origens e sim conceituá-los. Justifica-se tal necessidade observando que o policial-militar é um ser híbrido, com formação para ser policial e doutrinado por meio da cultura militar. As forças policiais militares brasileiras são oriundas do Exército Brasileiro e, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, são atualmente suas forças auxiliares e reservas, e seguem o mesmo modelo de formação, em vários estados os mesmos regulamentos, observando as doutrinas próprias da caserna. Mas por questão de ordem, encetamos por descrever Polícia, suas origens e funções.

Bayley (2002), um cientista político que pesquisou instituições policiais de diversos países por aproximadamente vinte anos, conclui que a Polícia só é percebida durante eventos dramáticos de repressão política. Ainda que concordemos em partes com o autor, nossa experiência profissional mostra que a Polícia é percebida não só nos eventos políticos, mas também quando é requisitada em assaltos, sequestros, invasões, e nos momentos de fragilidade humana, em que pese, ser notícia midiática apenas em grandes eventos quando a força teve que ser usada e supostamente em demasia. A Polícia é solicitada, lembrada e conhecida nos momentos de amargura, marcadamente e, ainda nos valendo das vivências profissionais, podemos aduzir que a Polícia é mais bem aceita, ou tolerada, nas comunidades pobres, onde o poder institucional estatal não se instalou, o poder aquisitivo é inexistente e o policial é a única autoridade disponível. Quando não ocorrem violações ao patrimônio, seja ele público ou privado, e quando as elites sociais não são perturbadas, a Polícia é esquecida, restando o descaso em relação ao assunto. Mas hodiernamente esta questão está mudando e o cidadão está mais preparado, sabedor de seus direitos.

Não obstante, a indiferença com o assunto “Polícia” tende a acabar, inclusive o interesse acadêmico mesmo tem sido despertado. Anteriormente, o que

levou ao menor interesse sobre os estudos relacionados à Polícia tem explicação para Bayley (2002) devido a quatro fatores, a saber:

- a. A polícia raramente desempenha papel importante nos grandes eventos históricos. Suas atividades são rotineiras demais;
- b. Policiamento não é uma atividade glamorosa, de alto prestígio. Os trabalhos são conduzidos por pessoas comuns, é difícil associar pessoas interessantes ao serviço policial;
- c. O policiamento é repugnante moralmente. A coerção, controle e opressão são necessários, mas não são agradáveis;
- d. Aqueles que se propõem a estudar a polícia devem estar dispostos a enfrentar problemas práticos, como a dificuldade de acesso a dados e à própria instituição.

Para entendermos “Polícia” temos que interpretá-la de acordo com a comunidade que recebe seus serviços, inclusive observando que normalmente os próprios profissionais de segurança pública pertencem a ela. A estruturação política e social de cada Estado, a cultura da população, enfim, como se desenvolveu cada unidade mundial, influi nas particularidades da ação policial. Ao analisarmos estes contextos veremos que a Polícia é a mesma em todos os lugares, porém dotada de características singulares. Compreendamos que Polícia é uma instituição pública, legitimada através do Governo para em nome da coletividade manter a ordem pública e, em casos de desarmonia social usar a força necessária para reconduzir à tranquilidade pública. Corroborar com nosso entendimento Bayley (2002, p. 229), que define, “[...] polícia como o grupo de pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro de uma comunidade, através da aplicação da força física.” A definição de Polícia, de Bayley, deixa evidente que os interesses do grupo que legitima as ações de polícia deve ser respeitado, e aquele que porventura burlar os preceitos instituídos para o coletivo deve ser impedido pela Polícia e conduzido à autoridade competente.

Associar o conceito de Polícia às definições de cidadania e direitos humanos torna-o mais inteligível e perceptível de que deve haver uma fusão, entre os três, para que se justifique a existência da própria Polícia. Os profissionais desta área devem estar cientes de que sua prestação de serviços está para a cidadania, de

maneira a defendê-la de quaisquer ameaças. Entendemos por bem definir Polícia como uma instituição pública legitimada, prestadora de serviços em prol da cidadania, da defesa e valorização dos direitos humanos dos quais não pode se dissociar, sob pena de não ser mais desejada. O que se disse teve o objetivo de buscar definir a Polícia e sua importância, partimos agora para a identificação do militar e como incorporou sua doutrina ao serviço policial.

Na definição de Bobbio (1995, p. 748), “O militarismo constitui um vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso de armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares.” Há que se concordar com Bobbio, principalmente no tocante ao “que transcende os objetivos puramente militares”, que em nosso entendimento é a guerra, defesa e conquistas territoriais. O militarismo, também é um código de conduta fundamentado em valores morais, cívicos e éticos para a proteção do cidadão. Mas quem é o cidadão? Brito (2005, p. 35), nos leva através da História ao Império Romano para definir cidadão como, “[...] aquele a quem é dado o direito de influir na gestão da coisa pública, da *civita*, no sentido primitivo os que se domiciliavam na cidade, os *civis*”. Segue-se que desde a antiguidade o cidadão é detentor de direitos, característica que o determina e distingue hodiernamente.

Contudo, havia uma fração de romanos que não habitavam a *civita*, e eram localizados aos seus arredores, em acampamentos, para dar segurança à cidade, contra possíveis invasores, chamada militares. Não era conferido o *status* de cidadãos, a quem pertencia às legiões romanas, aos militares, e estes só podiam adentrar a cidade com a permissão do governo. Observamos que mesmo com as restrições políticas e nem ao menos podendo entrar nas cidades, os militares tinham o dever de proteger a *civitas* e, conseqüentemente, os cidadãos. Encontramos aqui um ponto em comum com as polícias, ou seja, a defesa, mesmo que indireta, do cidadão e de seus direitos.

No final do Império Romano surge o fenômeno denominado “pretorianismo”, a militarização provisória das funções estatais ligadas à segurança pública, que ocorria em casos excepcionais de anormalidade, quando o poder estatal estava ameaçado. Restaurada a ordem retornava-se à normalidade civil. Este contexto explica o fenômeno histórico e político chamado militarismo, a ideia de que a sociedade é mais bem servida quando incorporada a cultura e sistema militar (BRITO, 2005, p. 36). Contudo, prevalecia o interesse das cidades-estado, em

detrimento do interesse do cidadão. Àquela época, este era o motivo para militarização provisória, ou seja, contar com indivíduos que não tinham direitos como os cidadãos.

Acima identificamos forças militares atuando em ambiente urbano, em contato com a sociedade organizada, tratando com cidadãos, porém observamos que não era este o preparo dado aos militares e sim o preparo para o combate contra o inimigo, contra outro ser humano. Posteriormente a atuação interna, urbanizada das forças militares, ocorreu em praticamente todos os países da Europa.

Bayley (2002) nos informa que na França, inicialmente, surgiram as *gendarmes* formadas por militares. Estes militares eram responsáveis pelo policiamento nas áreas rurais e das vias principais. *Gendarmerie* tornou-se padrão nos países europeus durante a primeira metade do século dezenove. Com o passar do tempo as forças militares anteriormente excluídas do convívio da *civitas*, passaram a servir as cidades, realizando o policiamento.

Concluimos este ponto do trabalho identificando Policial, o Militar, e constatando que a partir do momento em que o Militar passou a atuar dentro das cidades assumindo as funções no meio urbano passamos a ter o policial militar. O cidadão policial militar como profissional de segurança pública, doutrinado através da cultura militarizada, fazendo uso da força legitimada, prestador de serviços em prol da cidadania, da defesa e valorização dos direitos humanos dos quais não pode se dissociar, sob pena de não ser mais desejado. O próximo passo desta pesquisa é conhecer a respeito da criação das forças policiais militares no Brasil: como estes profissionais chegaram ao País?

2.1.1 Militares brasileiros

Castro (1990) aduz que junto com as Tropas Militares Portuguesas que desembarcaram no Brasil na primeira metade do século XVI, também vieram todos os elementos históricos que caracterizam o militarismo, e que se fundiram aos elementos locais para a construção da nossa cultura militar. A disciplina e o

autoritarismo são parte destes elementos históricos, e de acordo com Silva (1984, p. 13), “[...]foram o molde onde se formaram as nossas forças militares.”

Segundo Leal (2011, p. 117), “Em 1808, já existia também por aqui funcionando a plenos pulmões, uma divisão administrativa regular, dividida em três ramos básicos: a militar, a de fisco e a justiça.” Para nosso estudo interessa a militar. As tropas militares no início do século XIX, segundo Leal (2011, p. 117), “[...] eram complementadas através de um recrutamento violento, com um contingente de *párias* brasileiros, especificamente de cor branca em sua esmagadora maioria.”

Com a Independência do Brasil, em 1822, se estabelece o Exército Brasileiro a partir do modelo português, já que parte das tropas opta por permanecer fiel ao novo império. Para formação de oficiais em terras brasileiras, havia sido criada a Real Academia Militar, em 04 de dezembro de 1810 e, após a Independência Brasileira, a Imperial Academia Militar que, mesmo sob grande influência da cultura militar lusitana, se tornaria a grande responsável pela consolidação do nosso *ethos* militar (Castro, 1990).

Nosso Exército estabeleceu-se oriundo de tropas de ocupação com recrutamento de seus soldados feito a qualquer custo, com violência, sem seleção adequada e sem reconhecimento ou valorização de seus homens. A seguir veremos o tópico que trata da história da Polícia Militar do Estado do Paraná, o como ela foi instituída.

2.2 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Tendo suas origens no Exército Nacional, o qual realizava funções de polícia, patrulhando as ruas da Província do Paraná, a PMPR seguiu e segue a estrutura militarizada as Polícias Militares, que pautam-se na disciplina e na hierarquia para manter o controle e organizar suas ações.

Segundo Azevedo (2001), mesmo antes da criação efetiva do Estado do Paraná, da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), e da existência de uma força específica para manter a ordem já havia organizações públicas com estas responsabilidades, eram denominadas Companhia de Ordenanças e Guardas Municipais Permanentes, cada uma delas com suas responsabilidades, a exemplo

das Guardas que protegiam a Estrada da Mata. A história da PMPR praticamente confunde-se com a do estado do Paraná.

A criação da PMPR, a qual levou o primeiro nome de Companhia da Força Policial da Província, em 10 de agosto de 1854, ocorreu pouco tempo depois da Emancipação Política do Estado do Paraná, em 19 de dezembro de 1853, quando foi instalada oficialmente a Província do Paraná nos tempos do 2º Império do Brasil.

Em Blasius (2008), verificamos que a existência de outras organizações, entre elas o recém criado Exército Brasileiro, fez com que a instalação da Força Policial enfrentasse diversas dificuldades, entre elas a resistência dos integrantes das forças já existentes, também a baixa inclusão de pessoal nos anos de 1854 e 1855, a qual aumentou com o passar dos anos. Além desses problemas ainda era preocupante a falta de um instrutor militar, para preparar a tropa, o que foi suprido pelo filho do Visconde de Nácar, o jovem Joaquim Antônio Guimarães, que depois de estudar no Colégio Freese aprendeu, entre outros conhecimentos, as evoluções militares. Com os primeiros problemas solucionados a Força Policial foi ampliada e mudanças, inclusive da denominação, ocorreram.

Por meio da Lei Estadual nº 1943, no ano de 1954, a então Força Policial da Província do Paraná a qual teve várias denominações ao longo da história, passou a adotar o nome pela qual é conhecida até a atualidade: Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR).

Desde sua criação a PMPR participou dos episódios históricos do Paraná, entre eles, conforme Blasius (2008, p. 32), “A invasão de tropas federalistas, a campanha do Contestado, o combate do Irani, a Revolução de 1924 são exemplos de fatos e acontecimentos marcantes de uma História mais afastada dos dias de hoje.”

No capítulo seguinte será apresentada a formação do Policial Militar do Estado do Paraná. A ênfase estará no aluno oficial ou Cadete, como tradicionalmente é conhecido. Este profissional deve ser preparado para as funções de comando da PMPR e para ser ele o formador de seus subordinados e futuros sucessores.

3 A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DO PARANÁ

A abordagem a formação do Policial Militar do Estado do Paraná aqui será feita a partir do processo de seleção do candidato, quando esse faz a opção entre as duas carreiras possíveis: a de Praça da PMPR, que tem início com a aprovação do candidato em concurso público de nível médio e seu ingresso na PMPR, como Soldado de 2ª Classe; ou a de Oficial de Polícia Militar, quando o candidato é aprovado em concurso vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ingressa como Cadete do 1º Ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Desde o ano de 2012 e conforme o Decreto Estadual nº 4491 de 9 de maio de 2012, a APMG, e atualmente com a Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013 a APMG foi credenciada como Escola Superior de Segurança Pública (ESuSeP), sendo autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado, mas nesta Dissertação o denominaremos CFO como é conhecido tradicionalmente.

Em nosso estudo daremos ênfase ao CFO, mas caberia perguntar: se temos uma classe de profissionais denominada Policiais Militares, por que concentrar o estudo na Formação dos Oficiais e não em todo o grupo de Policiais Militares? A razão é que o Oficial de Polícia Militar no Estado do Paraná é o maior responsável por toda a formação, especialização, aperfeiçoamento e instruções de todo o efetivo da PMPR, desde o Soldado de 2ª Classe até o Curso Superior de Polícia; este último capacita os oficiais superiores, maiores e tenentes-coronéis da PMPR para as funções de diretoria e comando da Corporação. Essa dinâmica endógena de formação reflete-se em toda a PMPR, ou seja, desde o aluno soldado até o coronel de polícia são formados por seus pares e superiores, nunca por subordinados e às vezes por profissionais de outras áreas. Constatamos então que a tradição é a base da formação, os oficiais formam seus subordinados e aqueles que irão sucedê-los, fazendo com que o modelo se repita e os eventuais progressos ocorram de modo tímido, discreto e muito lentamente.

Poder-se-ia levantar outro questionamento: mas os advogados, médicos e demais profissionais da mesma maneira não formam também os neófitos das suas respectivas carreiras, não é a mesma coisa? Não. Advogados, médicos e os demais profissionais formam futuros *colegas de trabalho*, talvez *concorrentes*, mas, militares

formam *subordinados* e é assim que veem-se uns aos outros. Podemos talvez melhor contextualizar expondo o seguinte: no Paraná existem muitas Universidades onde é possível cursar Medicina, Direito, Engenharia e onde os alunos convivem com outros alunos dos diversos cursos e com professores formados em outras faculdades; na Polícia Militar do Paraná todos os oficiais são formados em um único lugar, ou seja, na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), Escola Superior de Segurança Pública (ESuSeP), e todos os instrutores também foram formados lá. Há um elo na formação que não pode ser rompido facilmente.

Após as fases do concurso vestibular, se aprovado, o candidato ao oficialato da PMPR será submetido aos seguintes exames: Sanidade Física e Mental; Capacidade Física e ainda a Pesquisa Social. Concluídas as fases de seleção o candidato aprovado inicia sua formação na APMG, agora como Cadete da PMPR.

Na APMG fica sediada a Escola de Oficiais (EsO), que nos próximos três anos passará a ser a casa do Cadete. Localizada na Cidade de São José dos Pinhais, às margens da Rodovia BR 277, a Academia Policial Militar do Guatupê está afastada vinte quilômetros do Centro de Curitiba, o que dificulta o acesso, principalmente para quem depende do transporte público. Mais difícil ainda é para os cadetes oriundos das cidades do interior do Paraná, ou ainda daqueles que vêm de outros estados.

A APMG também recebe excepcionalmente Cadetes de outros estados, em convênios firmados com outras corporações policiais militares, a exemplo do Amapá e Espírito Santo. Esses cadetes, os quais prestaram concursos em seus respectivos estados e pelo não funcionamento do CFO naquele respectivo ano, ou ainda pela ausência de academia de polícia no estado podem fazer o curso aqui na APMG, sendo custeados pelo estado de origem para o qual devem retornar após a formatura.

Há ainda jovens de outros estados do Brasil que optam por estudar na APMG e trabalhar na PMPR, prestando o concurso vestibular regularmente como os demais candidatos paranaenses pela UFPR. Contudo, uma vez aprovado no concurso vestibular no Paraná e formado pela APMG, com recursos financeiros do estado do Paraná, não existe a possibilidade de trabalhar em outra unidade da federação: essa lógica se repete em todas as outras instituições policiais militares do Brasil.

O processo de formação dos oficiais não está garantido com a aprovação nas fases do concurso vestibular: inclui o período de formação, aprovação nas disciplinas, estágios e adaptação ao regime militar, no qual é imposta uma rotina rígida.

A rotina do Cadete do 1º ano do CFO começa com a apresentação em data solene para o início do curso. A data inicial é marcada por uma aula inaugural com alguma autoridade convidada. Os alunos apresentam-se trajando passeio completo. Trazem consigo o enxoval do cadete, composto por todo o material que necessitarão durante o período de quarentena, no qual o aluno estará recluso por quarenta dias sem poder ausentar-se da APMG. Este período, que inicia após a aula inaugural, serve para a adaptação do cadete à nova vida.

Uma vez inseridos no cotidiano, a partir de agora os alunos se vestem todos igualmente, blusa de moletom preta, camiseta branca, tênis preto e meias pretas, conjunto que utilizarão até que possam usar o fardamento da PMPR. Dos cadetes masculinos o cabelo é cortado quase raspado e para as cadetes femininas o cabelo é amarrado em coque na altura da nuca. Os alunos também não serão mais conhecidos por seus primeiros nomes e sim pelos nomes de guerra, no caso, pelo nome de família. Todo esse processo visa a identificar o aluno com o grupo. Inclusive, a partir do início do período de adaptação, o aluno não é mais visto como indivíduo e sim como parte do grupo ao qual passará a pertencer. De maneira peculiar, todos os oficiais da PMPR reconhecem-se pelas turmas nas quais foram formados, tamanho é o vínculo que se estabelece entre os indivíduos: sequer poderia ser diferente, afinal são três anos de convívio por vinte e quatro horas diárias. Esta sistemática caracteriza as Instituições Totais, estudadas por Goffman:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2010, p. 11)

De modo mais simples Goffman (2010, p. 22) diz que Instituições Totais, “Em nossa sociedade, são estufas para mudar pessoas.” Em que pese a pertinência do assunto, ele não será aprofundado agora, mas em trabalhos futuros.

O cadete inicia seu processo de formação profissional sujeito ao regime de internato, na companhia de indivíduos que antes não conhecia e com uma rotina

singular a ser seguida. É levado a cultuar todos os valores e princípios que, em tese, o capacitarão para a profissão. A doutrina policial militar tem origem nas Forças Armadas, e com maior ênfase no Exército Brasileiro do qual copia e tenta reproduzir todas as ritualísticas, até mesmo pela força legal que a subordina a ele.

A rotina rígida, que a maioria dos jovens não conhecia é diuturna, e inicia no período de adaptação. Durante a quarentena o aluno receberá as primeiras orientações de como se comportar durante a vida profissional e social, uma vez que seu *status* passa a ser o de militar estadual. Tradicionalmente, as orientações são repassadas com a participação de cadetes que já estão cursando o segundo e terceiro ano do CFO, o que deve sempre ocorrer com a supervisão de um oficial coordenador de curso.

Após o período de quarentena o cadete é dispensado nos finais de semana, geralmente às sextas-feiras à tarde para retornar a sua casa e rever seus familiares. Quando retorna à APMG, após a primeira liberação, está definitivamente sujeito às regras, ou seja, à disciplina referente ao período de formação e também às sanções disciplinares ou penais próprias dos militares, que também fazem parte da formação e são critérios para a conclusão ou não do curso.

Semanalmente a rotina de inicia-se domingo, às 21 horas e segue a semana até sexta-feira, normalmente ao meio-dia, com carga horária diária de dez horas aulas, divididas em atividades teóricas e práticas. As disciplinas que compõem o currículo estão divididas em disciplinas fundamentais, profissionais e complementares.

O início das aulas é aguardado com ansiedade pelos cadetes recém chegados à APMG, pois sabem que quando iniciam as aulas e durante o período que estão em sala de aula não há outras tarefas a serem realizadas e assim podem descansar enquanto assistem às aulas. Há uma política de ocupação máxima do tempo do aluno que é praticada durante o período de formação, principalmente no primeiro ano. Os alunos são empregados em faxinas, exercícios físicos, instruções ministradas pelos cadetes do segundo e terceiro ano etc., não há tempo ocioso desde a alvorada, às 6 horas, até as 22 horas, com o toque de silêncio no Bloco III.

A formação do oficial obedece a uma rotina detalhada de atividades. Para melhor ilustrar o cotidiano do aluno transcrevemos, do Manual do Cadete da APMG, o quadro abaixo com as atividades básicas:

HORÁRIOS BÁSICOS	
06:00	Alvorada anunciada pelo Dia-à-Eso.
06:00 às 07:00	Higiene pessoal dos Cadetes e limpeza dos alojamentos.
06:20	Café da manhã no Rancho.
06:50	Passagem de serviço no Bloco.
07:00	Revista nos alojamentos.
07:10	Primeira formatura.
07:30 às 12:00	Período de aulas.
12:00	Almoço.
13:10	Segunda formatura.
13:30 às 17:50	Período de aulas.
18:00	Arreamento das Bandeiras com a participação da Equipe de serviço.
19:00	Jantar.
20:00	Pernoite.
22:00	Silêncio no Bloco.

QUADRO 1 – ROTINA BÁSICA DO CADETE DA ESCOLA DE OFICIAIS DA APMG
 FONTE: MANUAL DO CADETE – ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ.

O quadro acima mostra a rotina básica do cadete. Além das atividades pré-determinadas, existem outros compromissos e ainda as normas de comportamento a serem observadas. Segundo (CERQUEIRA, 2006, p. 16) “Tudo que se vive na Academia [...] constitui o currículo da Escola de Formação de Oficiais: a estrutura, a organização, o internamento, a lógica, o ritual, o dia da caserna, o limite da força e a história da polícia”. Esse currículo complexo inicia todos os dias com a alvorada às 6 horas da manhã e todo processo desencadeado deve ser observado: o cadete deve manter sua cama limpa e arrumada, inclusive utiliza-se o ferro de passar roupas para que os lençóis e sobre lençol não fiquem amassados, isso após terem sido esticados e presos com alfinetes e elásticos junto ao estrado dos beliches. Os quartos coletivos, com aproximadamente dez colegas, devem estar limpos, e é feita a revista matinal todos os dias com extremo rigor; o fardamento passado com frisos, sapatos engraxados e lustrados: para tudo há revistas matinais e esporadicamente ao longo do dia. A barba, no caso masculino, raspada e cabelo cortado com inspeção a cada 15 dias; as cadetes femininas devem ter os cabelos devidamente presos, tranças ou coques dependem do fardamento do dia, que são vários, no mínimo 12 tipos de fardas.

Durante os três anos de formação os cadetes, do primeiro, segundo e terceiro anos reconhecem-se e são reconhecidos como precedentes hierárquicos, havendo, portanto, subordinação entre eles, inclusive fiscalização diuturna entre os precedentes. Os sinais de respeito, demonstrados por meio da continência militar, dos tratamentos pessoais são observados a todo o momento, isso é potencializado

no trato com os superiores hierárquicos, ou seja, com oficiais, tanto quanto maior for a relação hierárquica, maiores são as prerrogativas e demonstrações de respeito devidas.

Ao ingressar como cadete na APMG o aluno torna-se superior hierárquico em relação a todas as praças da PMPR e das demais corporações militares, sejam elas estaduais ou federais, e há ainda a precedência observada entre os próprios cadetes, abaixo segue figura ilustrativa da estruturação da carreira militar observada na PMPR:

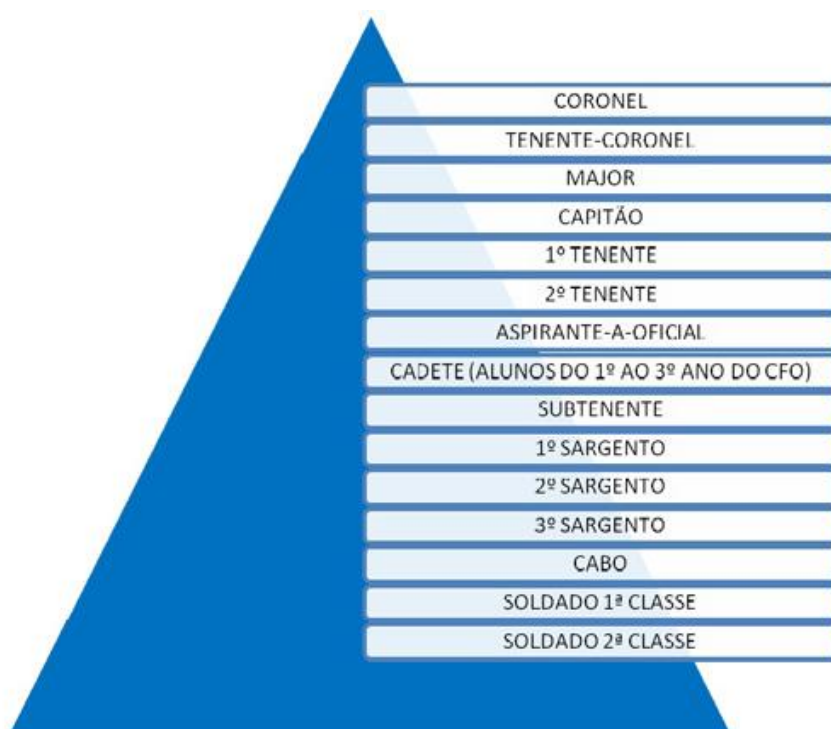


FIGURA 1 – PIRÂMIDE HIERÁRQUICA DA PMPR
FONTE: SITE DA PMPR (2013)

Concluídos os três anos do CFO, o cadete é declarado Aspirante a Oficial, e durante o período mínimo de um ano fará estágio nos Batalhões da PMPR, habilitando-se a ocupar o primeiro posto do oficialato, ou seja, 2º Tenente do Quadro de Oficiais da Polícia Militar. As funções de Tenente estão definidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2002), como aqueles que:

Comandam pelotão, coordenam policiamento ostensivo, reservado e velado; assessoram comando, gerenciam recursos humanos e logísticos, participam do planejamento de ações e operações, desenvolvem processos e procedimentos administrativos militares, atuam na coordenação da

comunicação social; promovem estudos técnicos e capacitação profissional. (CBO,2002, p. 33).

As funções do oficial, especificamente do tenente, estão relacionadas ao policiamento das ruas, a gerência e administração de recursos materiais e, principalmente, humanos, limitando-se ao pelotão que pode comandar. O tenente atua ainda como assessor dos Comandantes a que estiver subordinado e realiza procedimentos administrativos, como por exemplo: inquéritos policiais militares e sindicâncias, bem como servem de instrutores capacitando novos policiais militares, praças e oficiais.

A preparação acadêmica do oficial segue o currículo da doutrina militar e ainda uma sistemática baseada em preparo intelectual e físico. O preparo do oficial da PMPR baseia-se em legislação de ensino própria que se irá descrever no próximo item.

3.1 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS SOBRE FORMAÇÃO NA PMPR

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 o ensino nas Polícias Militares deixou de estar atrelado exclusivamente ao Exército Brasileiro, fator este que propiciou maior autonomia às Corporações. Em 1996 surgiu a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

A LDB diz que a educação deve abranger todos os processos formativos sociais, sociedade civil e manifestações culturais, porém restringe-se ao tratar da formação do militar, em um artigo, o artigo 83 (LDB, 96), “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” O ensino policial militar em alguns estados é regulado por leis estaduais, em outros por portarias no âmbito das próprias polícias militares. As polícias militares que tem o ensino regulado por portaria têm maior facilidade à adesão as propostas do governo federal. (BASILIO, 2007, p. 56).

Para Hamada (2007, p. 39), “O propósito de manter um sistema próprio de educação tem como finalidade proporcionar aos integrantes da corporação a capacitação para o exercício dos cargos e funções previstos na organização policial militar.” Ao estudar o ensino na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) Santos¹ (2000, *apud* Hamada, 2007, p. 39), “[...] analisou as especificidades da educação profissional previstas na Lei de Diretrizes e Bases e a educação profissional de nível técnico executado na Corporação, conforme tabela [...]” que nós transformamos no quadro abaixo:

ESPECIFICIDADES	ENSINO MILITAR	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Autonomia das escolas	Pouca	Ampla
Matrícula em curso	Mediante concurso Público e exames	Imediata à inscrição ou após processo seletivo
Normas discentes	Regulamento disciplinar, código penal e processual-militar	Regimento da escola e regulamento de curso
Diretrizes educacionais	Casuísticas e com enunciados específicos	Enunciados genéricos e amplos
CONTINUA		

¹ SANTOS, Marcos Antônio. A formação básica do policial-militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico. Dissertação - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2000.

CONCLUSÃO		
Disposição do aluno para o curso	Total, com direito a bolsa de estudos	Parcial, sem recebimento de bolsa de estudos
Ano letivo	1 600 horas	800 horas
Desenvolvimento do curso	Vários órgãos envolvidos	Somente a escola
Vínculo do aluno com a escola	Empregatício	Pedagógico
Frequência	Obrigatória, com abono de faltas	Não-obrigatória, sem abono de faltas
Classificação no curso	Gera vantagens pessoais para o aluno	Inexiste o conceito classificatório
Dedicação dos docentes ao ensino	Parcial	Exclusiva
Punição	Administrativa, disciplinar e penal	Administrativa

QUADRO 2 - ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO MILITAR COMPARATIVAMENTE COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO DO MEC
 FONTE: HAMADA (2007)

O quadro acima é referente à PMMG, porém segue o mesmo padrão adotado pela PMPR, tanto para os cursos de formação de praças quanto para o de oficiais.

Ao referir-se à equivalência dos cursos militares o artigo 83 da LDB fala do aproveitamento dos cursos militares para fins de equivalência de estudos em novas formações acadêmicas, mas segundo Cerqueira (2006, p. 51), “Quando a Lei de Diretrizes e Bases declara a equivalência de cursos militares, significa apenas que o Conselho Federal de Educação decide quais cursos têm igual valor acadêmico ao de determinados cursos civis [...]”, não sendo então regra a admissão de alunos oriundos de cursos militares com o possível aproveitamento de disciplinas em cursos universitários em que possam vir a serem aprovados os militares.

A PMPR tem sua legislação própria para o ensino militar estadual, por meio de portaria. Essa portaria prevê os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização tanto para as praças como para os oficiais da Corporação. Na seção seguinte apresentar-se-á os pontos mais relevantes da Portaria de Ensino da PMPR.

3.1.1 Portaria de Ensino da PMPR

A Portaria do Comando-Geral nº 236, de 26 de fevereiro de 2008, que aprova a Portaria de Ensino da PMPR, trata do sistema de ensino militar estadual, e destina-se conforme seu artigo 1º, “[...] a estabelecer as bases para o planejamento e execução dos estágios e cursos de formação, habilitação, especialização, aperfeiçoamento e superior de polícia [...]”, na Polícia Militar do Estado do Paraná.

O planejamento é desenvolvido pela Diretoria de Ensino e Pesquisa e executadas pelos órgãos de apoio da PMPR, como por exemplo, a Academia Policial Militar do Guatupê e núcleos descentralizados de formação que funcionam nos batalhões de Polícia Militar do Paraná.

Os princípios observados pelo ensino militar estadual, contemplados no artigo 3º da Portaria de Ensino da PMPR são os seguintes: objetividade; progressividade; continuidade; flexibilidade; produtividade; oportunidade e iniciativa.

Os sete princípios elencados pela Portaria de Ensino pautam-se nos conhecimentos necessários à formação, bem como na formação continuada do profissional. Observa ainda a possível evolução social, almejando com o melhor preparo a produtividade. As oportunidades são valorizadas na busca da melhoria dos padrões de eficiência da Corporação.

Os objetivos do ensino militar estadual no Paraná, pautados nos princípios, proporcionam o entendimento pela qualidade, estímulo, fortalecimento e desenvolvimento de competências necessárias à profissionalização do Policial Militar.

O Sistema de Ensino da PMPR abrange três áreas de ensino: ensino fundamental; ensino profissional e complementar.

A difusão do planejamento e da programação no que diz respeito ao ensino, pode ser realizada através de reuniões pedagógicas, cuja finalidade é reunir os docentes dos diversos cursos e tratar sobre os objetivos a serem alcançados e também possibilitar revisões dos conteúdos a serem ministrados durante as aulas.

Como documento base da legislação de ensino da PMPR a Portaria de Ensino remete a outros documentos específicos que regulam os procedimentos práticos do ensino, um destes são as Normas Técnicas para Avaliação da

Aprendizagem (NOTARA), que trata do Sistema de Avaliação (provas) que apresentamos na próxima seção.

O sistema de avaliação dos alunos nos cursos da PMPR, faz-se pelos processos e instrumentos previstos nas Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento da Aprendizagem (NOTARA).

3.1.2 Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem

Aprovada pela Portaria nº 243, de 26 de fevereiro 2008, do Comandante Geral da PMPR, a NOTARA (2008, p. 9), “[...]tem como finalidade orientar os trabalhos [...] na elaboração dos instrumentos, procedimentos e técnicas de avaliação da aprendizagem.”

A avaliação segundo a NOTARA (2008, p. 9) é, “[...]um processo por meio dos quais informações são obtidas, analisadas, sintetizadas e relatadas, tendo em vista a tomada de decisões sobre o rendimento do processo ensino-aprendizagem.” As avaliações bem elaboradas vão além do processo de aprovação e reprovação do aluno, fazem parte do processo de aprendizado, e devem também verificar se os objetivos, inclusive a capacidade de transmitir conhecimento, do instrutor, foram cumpridos.

A NOTARA tem os seguintes objetivos: controlar a aprendizagem; corrigir desvios do processo de ensino-aprendizagem, selecionar e classificar os discentes; obter subsídios para avaliar o rendimento do ensino ministrado pelos docentes e corrigir as falhas de planejamento. (NOTARA, 2008, p. 9).

As funções da avaliação são estabelecidas assim: assegurar o domínio da aprendizagem; demonstrar os efeitos da metodologia empregada no processo ensino & aprendizagem; analisar os objetivos de ensino; revelar consequências da atuação do docente; fornecer dados para avaliar a eficácia do currículo escolar. (NOTARA, 2008, p. 10).

Para um melhor resultado as avaliações devem estar de acordo com o planejamento dos cursos, que é feito por meio dos Planos de Cursos que, por sua vez, são elaborados para todos os cursos desenvolvidos pela PMPR.

3.1.3 Plano de curso

Plano de Curso é o documento elaborado para disciplinar o funcionamento dos cursos da PMPR; para cada curso que terá início deve ser elaborado o respectivo Plano de Curso, no qual constarão basicamente: os objetivos do curso; o regime escolar e local de funcionamento; as orientações ao corpo discente e docente; o horário das aulas; a matriz curricular; as orientações sobre as avaliações das disciplinas e estágios; os deveres e responsabilidades dos discentes; o planejamento administrativo; orientações sobre as solenidades cívico-militares; orientações sobre as atividades extraclasse; deveres da coordenação do curso; orientações sobre os fardamentos e prescrições diversas.

No Anexo A, constamos o Plano de Curso do Curso de Graduação em Segurança Pública 2012 a 2014, CFO, nele o leitor poderá observar a malha curricular dos três anos de curso, que totalizam 4.562 horas aula, divididas em 114 disciplinas, estágios administrativos e operacionais, e 121 avaliações.

O planejamento das disciplinas a serem ministradas consta do Plano de Curso, que as distribui em: fundamental, complementar e operacional. As disciplinas seguem planejamento específico e devem estar de acordo com a legislação de ensino, bem como com a Matriz Curricular Nacional.

Para nortear o trabalho dos docentes, inclusive com a participação destes, são elaborados os Planos de Matéria, assunto abordado no próximo item.

3.1.4 Plano de Matéria

Plano de Matéria é um documento básico, elaborado de acordo com o currículo do curso ou estágio que será desenvolvido. Todas as disciplinas devem ter seu respectivo Plano de Matéria, que servirá como ferramenta de orientação para os docentes e discentes indicando: os objetivos particulares e específicos de cada disciplina; os assuntos a serem desenvolvidos em cada sessão (aula); os meios auxiliares a serem utilizados; as instruções metodológicas; a bibliografia sugerida; o processo de avaliação (tipo de prova).

O Anexo B desta Dissertação apresenta como modelo o Plano de Matéria de Direitos Humanos, disciplina que deve estar presente em todos os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização das forças públicas de segurança, conforme sugere a Matriz Curricular Nacional, que é apresentada no capítulo quatro.

4 A PROPOSTA DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo visa abordar a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Esse documento traz consigo uma nova filosofia de formação para os operadores da segurança pública no Brasil, valorizando os direitos humanos, cidadania, ética e a saúde do profissional além de outros conteúdos nas disciplinas apresentadas em sua Malha Curricular. Para melhor entendermos o surgimento desse documento faremos uma análise a partir da Constituição Federal de 1988, na qual está legalmente previsto o sistema de segurança pública no Brasil.

A Segurança Pública no Brasil está prevista no artigo 144 da Constituição Federal de 1988 e é mais bem compreendida quando visualizada através do Sistema Nacional de Segurança Pública. Porém, como adverte Silva (2007, p. 45), “Falar em sistema de segurança pública pode ser complicado na medida em que facilmente se pode incidir em erros e divagações por tentar dar conta de setor de grande complexidade”. No ano de 2000 o Ministério da Justiça instituiu, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o Plano Nacional de Segurança Pública. Esse Plano trata do Sistema de Segurança Pública, esclarecendo em sua introdução, que é um plano de ações que tem como objetivo aperfeiçoar o sistema de segurança brasileiro, integrar as políticas de segurança pública, sociais e as ações comunitárias, proporcionando a prevenção do crime e a redução da impunidade, maneira pela qual visa oferecer, ao cidadão, mais tranquilidade e a segurança. Ainda na Constituição Federal de 1988 encontramos o instituto que remete à organização e funcionamento dos órgãos de segurança pública.

Nos termos do parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição Federal, “A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.” Para a regulamentação do parágrafo 7º da Constituição Federal, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei número 3734, de 11 de abril de 2012, que visa disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela

Segurança Pública, e institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), constando dele todos os órgãos previstos no artigo 144 da Constituição Federal, e a Força Nacional de Segurança Pública, podendo as guardas municipais serem colaboradoras desse Sistema.

Nesse Projeto de Lei 3734/2012, ressaltamos a importância do o artigo 20, que tem ligação direta com a educação dos profissionais de segurança pública, instituindo o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (SIEVAP), com a finalidade de:

- I - planejar, pactuar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de educação gerencial, técnica e operacional, em cooperação com as unidades da Federação;
 - II - identificar e propor novas metodologias e técnicas de educação voltadas ao aprimoramento das suas atividades;
 - III - apoiar e promover educação qualificada, continuada e integrada;
 - IV - identificar e propor mecanismos de valorização profissional.
- § 1º O SIEVAP é constituído, entre outros, pelos seguintes programas:
- I - matriz curricular nacional;
 - II - rede nacional de altos estudos em segurança pública;
 - III - rede nacional de educação à distância; e
 - IV - programa nacional de qualidade de vida para segurança pública.
- § 2º Os órgãos integrantes do SUSP e a Força Nacional de Segurança Pública terão acesso às ações de educação do SIEVAP, conforme política definida pelo Ministério da Justiça.
- (PROJETO DE LEI Nº 3734/2012, p. 7).

Os programas citados no artigo 20 do Projeto de Lei 3734/2012, estão diretamente atrelados ao Ministério da Justiça e, conseqüentemente, à SENASP, que desenvolve as atividades de valorização do profissional de segurança pública. Neste ponto encontramos a Matriz Curricular Nacional, que tem para o nosso trabalho, entre os demais programas, maior relevância. O destaque que damos a Matriz Curricular Nacional está relacionado, como veremos, às mudanças que seus documentos vêm proporcionando à formação do policial militar.

Contudo, é no artigo 21 do Projeto de Lei 3734/2012 que se chega à Matriz Curricular Nacional, a qual exerce influência direta na formação dos policiais militares, por tratar da formação desde o seu início, quando o profissional ingressa na carreira:

Art. 21. A matriz curricular nacional constitui-se em referencial teórico, metodológico e avaliativo para as ações de educação aos profissionais de segurança pública e deverá ser observada nas atividades formativas de ingresso, aperfeiçoamento, atualização, capacitação e especialização na área de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.

§ 1º A matriz curricular é pautada nos direitos humanos, nos princípios da andragogia e nas teorias que enfocam o processo de construção do conhecimento.

§ 2º Os programas de educação deverão estar em consonância com os princípios da matriz curricular nacional. (PROJETO DE LEI Nº 3734/2012, p. 7).

Conforme se extrai do artigo 21, a Matriz Curricular Nacional é referencial teórico-metodológico e de avaliação das ações de educação, abrangendo a formação do profissional de segurança pública completamente do ingresso às especializações e capacitações. Pautando-se nos direitos humanos, andragogia e teorias de construção do conhecimento, a Matriz Curricular Nacional, exerce papel de transformação no cenário da formação de profissionais de segurança pública buscando apagar os paradigmas do passado. Cabe ressaltar que a Matriz Curricular Nacional foi idealizada no início dos anos 2000, vindo a ser apresentada no início daquela década e posteriormente chamada de programa, no já citado Projeto de Lei 3734/2012.

A Matriz Curricular Nacional foi desenvolvida pelo Ministério da Justiça, através da SENASP, e apresentada no início do século XXI, em 2003. Sua primeira modificação ocorreu em 2005, quando foram incorporados ao seu texto mais dois documentos: as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e a Malha Curricular. A partir de 2005 foram desenvolvidos seminários denominados “Matriz Curricular em Movimento”. Tais seminários contribuíram para que fosse lançada uma versão atualizada e ampliada da Matriz Curricular Nacional, contendo em um só documento as orientações para as ações formativas para profissionais de segurança pública. Atitudes que consolidaram estas ações que já estavam em andamento desde os anos de 1990.

A preocupação com a segurança pública foi potencializada no final da década de 1990, quando o governo federal promoveu encontros, discussões e estudos sobre o tema. O resultado obtido com as ações promovidas foram que no primeiro quinquênio de 2000 a SENASP divulgou três documentos que ocasionaram grande repercussão nas corporações de segurança pública do Brasil. Os documentos divulgados foram chamados: Bases Curriculares Nacionais para a Formação dos Profissionais da área de Segurança do Cidadão; Plano Nacional de Segurança e Matriz Curricular Nacional. (VERAS, 2008, p. 56)

O documento das Bases Curriculares Nacionais para a formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão deu origem a Matriz Curricular Nacional, mesmo porque surgiu de estudos realizados pelo Ministério da Justiça anteriores a apresentação da Matriz. Segundo Veras (2006, p. 58), a elaboração das Bases Curriculares partiu de levantamentos feitos pelo Ministério da Justiça nos anos de 1998 e 1999, nas polícias do Brasil, dos quais resultaram informações e diagnósticos verificando a necessidade de mudança na formação dos agentes de segurança pública, e também nos currículos da polícia federal e polícias estaduais nos níveis de formação, especialização, aperfeiçoamento e atualização a fim de garantir a modernização e equidade no ensino. Completa pela união dos já citados documentos e atualmente denominada Matriz Curricular Nacional Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública, que dá prosseguimento as Bases Curriculares e reforça o Plano Nacional de Segurança Pública junto com a Malhar Curricular.

No início do século XXI, verifica-se o Ministério da Justiça atuando de maneira a implementar as estruturas da Segurança Pública do Brasil. Sem precedentes foi o esforço do Governo Federal para levar adiante a aplicação das Bases Curriculares de Formação dos Operadores de Segurança Pública, buscando romper com a formação tradicional dos efetivos policiais, e para isto profissionais e especialistas de segurança pública, defesa social, pesquisadores da sociologia, psicologia, ciências jurídicas, e representantes da comunidade e entidades de classe reuniram-se para tratar do assunto. A intenção com a reunião dos vários segmentos era promover a interdisciplinaridade e romper com a tradição, promovendo o diálogo com o ideal de prevenir e combater o crime. (SILVA, 2007, p. 45)

A Matriz Curricular Nacional, através do texto enriquecido por especialista, estudiosos e profissionais da área de segurança pública, visa seguir a proposta maior do Plano Nacional de Segurança Pública, atendendo a seus princípios, ou seja, a interdisciplinaridade, pluralismo organizacional e gerencial, legalidade, descentralização, imparcialidade, transparência das ações, participação comunitária, profissionalismo atendimento das peculiaridades regionais e no respeito aos direitos humanos. (VERAS, 2008, p. 65)

Pelo exposto, o Plano Nacional de Segurança Pública busca cumprir seu papel, envolvendo a sociedade organizada no propósito de melhorar as ações de segurança como participante na solução dos problemas, e segue a tendência de

estudos modernos sobre segurança pública que apontam para a necessidade de um novo modelo de Polícia.

Por meio de estudos e pesquisas desenvolvidos no Centre for Brazilian Studies da University of Oxford, na Inglaterra, o jornalista e especialista em segurança pública Marcos Rolim (2006) apresenta conclusões a partir dos levantamentos feitos em países da Europa e no Brasil, nos quais constata que o modelo reativo de policiamento está ultrapassado. O modelo preventivo e proativo de policiamento, ou seja, aquele que envolve o cidadão e a comunidade de maneira que a parceria se estabeleça com a polícia em prol da segurança coletiva tomando iniciativas que se antecipam ao crime. Ainda em Rolim (2006, p. 65), verificamos o seguinte: “Um novo modelo proativo, de policiamento deve estar tão próximo e vinculado às comunidades quanto possível, inclusive com a retomada dos patrulhamentos a pé.” Desde que as polícias, principalmente a brasileira, passou a usar carros no patrulhamento, o que chamamos *rádio patrulha*, a polícia afastou-se da comunidade. Inclusive em geral os policiais não ficam satisfeitos quando são demandados a realizarem patrulhamento a pé, preferindo trabalhar embarcados.

O Plano Nacional de Segurança Pública foca no envolvimento social, onde o cidadão pode opinar sobre o tema segurança pública, e a SENASP corrobora no sentido que ocorra essa integração entre os órgãos de segurança pública e a comunidade, e mais, que a formação dos agentes seja unificada e equânime entre as Corporações. O ponto alto desse foco é a Matriz Curricular Nacional, que tem o intuito de padronizar a formação dos agentes de Segurança Pública, e em especial é dirigida aos profissionais das polícias civil, Polícia Militar e bombeiros militares. Ainda confirma este novo contexto de formação e valorização da integração dos agentes de segurança pública o exposto no trabalho de Silva (2007, p. 44), “Essa Matriz Curricular, [...] têm realizadas as maiores tentativas para a aceitação da concepção de que a formação dos profissionais de segurança pública deveria ser integrada.”

Como visto, a elaboração da Matriz Curricular Nacional atrela-se ao Plano Nacional de Segurança Pública e a criação, também pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), os quais mantêm e incentivam as pesquisas em segurança. Com o maior interesse pelo tema, o avanço das pesquisas e estudos foi consequência natural e entendeu-se que a melhora do aparato policial está vinculado à Educação dos profissionais de

segurança pública. Segundo Rolim (2006, p. 61), “As melhores experiências de policiamento no Reino Unido e em vários países europeus parecem dever bastante, por outro lado, aos investimentos realizados na formação dos policiais.”

Constatamos que não só no Brasil tem-se pensado em aproximar os agentes de segurança pública da sociedade, estabelecendo a cidadania através do investimento na formação dos policiais. Isso ocorre também na Europa, que possui um histórico antigo no tocante à segurança pública. Contudo, no Brasil, o processo de aproximação entre sociedade e polícia é lento frente à cultura que se instalou durante décadas de influência das Forças Armadas na formação policial, e o rompimento com essa cultura depende de interesses não só sociais, mas políticos, conforme nos alerta Silva (2007, p. 48), “[...] *dependerá da vontade da política compartilhada* para se colocar de forma efetiva (real) os projetos de segurança pública e de controle da criminalidade em aplicação, inclusive no que consiste à formação e à atualização profissional.”

Conforme apresentado, o Projeto de Lei 3734/2012, que institui o SIEVAP, o qual, além de outros programas, é constituído pela Matriz Curricular Nacional, em nosso entendimento constitui-se como Matriz e é o mais completo documento já apresentado para a orientação da formação dos profissionais de segurança pública, pois ele rompe com a formação tradicional e dá o perfil de um agente de segurança pública cidadão.

Para o melhor entendimento da Matriz Curricular Nacional e compreensão de sua importância para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, apresentamos a seguir os pontos mais relevantes do seu texto.

4.1 MATRIZ CURRICULAR NACIONAL ROMPENDO COM O PASSADO

No sentido de adequar o ensinar a ser polícia, e que o aprendizado seja efetivo por parte dos agentes de segurança pública, os estudos dos grupos que participaram da elaboração da Matriz Curricular Nacional apontaram para a necessária adequação dos currículos dos cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento e atualização. Pensar o currículo é urgente e evidenciado na Matriz Curricular Nacional (2009, p. 6), “Este pensamento impulsiona a necessidade de se repensar o currículo, a organização curricular, os espaços e tempos das Ações Formativas”. Sobretudo, a Matriz Curricular Nacional (2009) deixa claro que as ações devem privilegiar e valorizar o processo de aprendizagem; a construção de redes de conhecimento que promovam a integração, a cooperação e a articulação entre diferentes instituições; as diversas modalidades de ensino; os diferentes tipos de aprendizagem e recursos; o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e afetivas; a autonomia intelectual; a reflexão antes, durante e após as ações policiais.

O texto da Matriz Curricular Nacional orienta para a necessidade de focar no processo de aprendizagem, aprender segundo os novos conceitos e, em conformidade com Luiz (2008, p. 15), “[...] de se abandonar, no que for necessário, o paradigma militarista e implantar um novo paradigma [...]”. Em relação à rede de conhecimentos que possam promover a integração profissional entre as instituições, há no Brasil dificuldades de relacionamento entre as Instituições de Polícia; dificuldades que trazem prejuízo às corporações, mas principalmente ao cidadão, que quando necessita de atendimento se vê a mercê de desentendimentos institucionais. Promover a integração e o respeito também segue os parâmetros almejados pela Matriz Curricular Nacional no sentido de efetivar os serviços públicos de segurança, e isso ocorrerá com a melhoria do ensino policial e também, por que não, do cidadão.

No ensino policial militar Brasileiro é marcante a presença do que foi pregado pelas forças armadas, ou seja, uma formação pautada pela tradição. Na PMPR toda a formação, técnica ou não, é feita pelos policiais militares mais experientes, o que dificulta a quebra de paradigmas, tendo em vista que a maioria dos instrutores é oficial de carreira já consolidada pelo sistema e escolhidos sem

critérios de qualificação exterior aos da caserna. Muitos dos profissionais que lecionam na instituição o fazem apenas com conhecimentos empíricos ou com a teoria que receberam nos bancos acadêmicos da APMG há duas ou três décadas atrás, inclusive sem a promoção por parte da instituição das novas tendências de ensino, endógeno, como pode ser classificado o ensino policial militar.

Contamos na atualidade com outros meios de ensino, os quais não são apenas aulas expositivas com a oratória do instrutor, a exemplo dos cursos promovidos pela SENASP, através do Ensino a Distância e programas de pós-graduação oferecidos pela mesma Secretaria, mas o acesso ainda não está totalmente democratizado. O desenvolvimento das competências cognitivas, operativas e afetivas somente poderá ser efetivado por meio da quebra de paradigmas e a efetiva aplicação dos currículos sugeridos pelos grupos de estudo que os elaboraram, porém estes, assim como as ementas e os planos de disciplina, são tradicionalmente repetidos. São questões de difícil resolução devido ao enfrentamento dos profissionais que atuam em todos os escalões e que formados em outros regimes e com outros currículos acreditam que tiveram boa formação e, portanto, devem repeti-la. O investimento na autonomia intelectual deve estar mais presente na base hierárquica, no soldado de polícia, pois esse tem que decidir situações do cotidiano sem contar com a presença de superiores, e este profissional, que vê demandada urgência em suas decisões, é o menos privilegiado por incentivos educacionais e é recrutado através de processos menos valorizados.

A autonomia intelectual está diretamente ligada ao poder de polícia e ao seu atributo da discricionariedade, quanto mais alto o posto ocupado maior é a dependência na tomada de decisões, motivo este que leva a crer que o investimento maior deva ser na base, a qual necessita estar capacitada para tomar medidas imediatas que não podem demandar tempo. A reflexão antes, durante e após as ações policiais, processo que visa romper com o passado recente, onde se desejava o policial que não ponderasse ordens, apenas as cumprisse – sérias são as consequências de uma ação mal tomada, as repercussões podem atingir não só o policial, mas também vítimas e infratores. O policial preparado para a reflexão, consciente de seu papel social e de suas capacidades estará menos sujeito a expor vidas, inclusive a sua, e deixará de ser o mero cumpridor de ordens, tornando-se ser reflexivo, desprovido de preconceitos primários.

4.2 OBJETIVOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

É objetivo da Matriz Curricular Nacional (2009, p. 6), “ser um referencial teórico-metodológico que orienta as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública”, e para este contexto a palavra “matriz” tem sentido de “criação e geração”, que orquestram um conceito mais abrangente e dinâmico do que deve ser o currículo para a formação dos agentes de segurança pública, propiciando equidade e diálogo entre as áreas temáticas da formação e os eixos articuladores.

As dimensões continentais do Brasil exigem cuidados adequados às diversas regiões no que tange a esta formação. A geografia, a cultura das diversas localidades e até mesmo o clima influenciam nas características da formação dos profissionais de segurança pública. Como exemplos podemos citar: as operações em caatinga, que são desenvolvidas por equipes policiais do nordeste brasileiro; os patrulhamentos fluviais nas regiões de fronteira; o policiamento turístico nas cidades que demandam maior atenção a esse público. Com vistas a esses fatores, a Matriz Curricular Nacional propõe a formação pautada em valores e princípios únicos, mas atendendo as peculiaridades de cada ente federado, mantendo a unicidade na formação a partir de eixos articuladores e áreas temáticas adequados.

4.3 COMPETÊNCIAS NA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Segundo o grupo de idealizadores da Matriz Curricular Nacional (2009, p. 7), “Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.” Para o melhor desenvolvimento dos profissionais de segurança pública, o grupo de trabalho da Matriz Curricular Nacional elaborou e selecionou um mapa de competências que se fundamentam em três competências básicas, conforme segue:

- 1) Cognitivas:** Competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do

conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

2) Operativas: Competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

3) Atitudinais: Competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Após a Matriz Curricular Nacional apresentar quais são as competências que deseja desenvolver durante a formação dos agentes de segurança pública, interessa demonstrar o que compete aos órgãos de segurança segundo a Constituição Federal de 1988:

Forças de Segurança Pública	Subordinação	Responsabilidade	Previsão legal art. 144 CF/88
Polícia Federal	União	Apurar infrações penais de interesse da União que tenham repercussão interestadual ou internacional; Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, contrabando, descaminho; Funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; Com exclusividade as funções de Polícia Judiciária da União.	Parágrafo 1º, incisos I ao IV.
Polícia Rodoviária Federal		Patrulhamento ostensivo das rodovias federais.	Parágrafo 2º.
Polícia Ferroviária Federal		Patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.	Parágrafo 3º.
Polícia Civil	Estados/Distrito Federal/Territórios	Funções de polícia judiciária estadual, e a apuração de infrações penais exceto as militares.	Parágrafo 4º.
Polícia Militar		Polícia ostensiva; Preservação da Ordem Pública.	Parágrafo 5º.
Bombeiro Militar		Atividades de Defesa Civil.	
Guardas Municipais	Municípios	Proteção dos bens do município, serviços e instalações.	Parágrafo 8º.

QUADRO 3 - A SUBORDINAÇÃO DE CADA ÓRGÃO E AS ATIVIDADES RESUMIDAS QUE DESENVOLVEM
FONTE: O AUTOR (2013)

As Guardas Municipais não constam do caput do art.144 da Constituição Federal como órgão de Segurança Pública, porém vêm desempenhando papel relevante na prevenção e repressão a delitos de todas as ordens, merecendo papel de destaque no cenário nacional, tanto que constam dos interesses e dos investimentos da SENASP, sendo prestigiadas pela Matriz Curricular Nacional.

Para a SENASP e para a Matriz Curricular Nacional os órgãos de segurança pública de maior interesse são as Polícias Cíveis, Militares, Bombeiros Militares e Guardas Municipais, nos estados e municípios. Para complementar o que é relativo às competências resta-nos questionar, qual a competência da SENASP? A resposta para a indagação está no Decreto 6.061 de 15 de Março de 2007, artigo 12, inciso VIII que também extraímos da Matriz Curricular Nacional:

Estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade. (Decreto Nº 6.061/2007, Art.12, inciso VIII). (Decreto 6.061/07, art. 12, VIII *apud* MCN, 2009, p. 8).

Para melhor definir as diferenças e atribuições das polícias e, agora deixando o aspecto legal e focando no profissional a Matriz Curricular Nacional vale-se da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é conforme o texto da Matriz (2009, p. 9), “um documento elaborado pelo Ministério do Trabalho para reconhecer, nomear e codificar os títulos e descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.”

As ocupações dos policiais civis e militares e dos bombeiros são distintas em natureza e objetivo. A CBO contempla as competências técnicas e operativas das atividades realizadas pelos profissionais de Segurança Pública, e também as competências pessoais necessárias para o desempenho profissional. A CBO é adequada para dar início ao perfil profissiográfico dos profissionais de Segurança Pública, porém as competências técnicas precisam ser complementadas pelas cognitivas e atitudinais, complemento que visa conduzir o profissional a compreender seu papel social e político tomando decisões refletidas como agente do Estado e cidadão. (MCN, 2009, p. 9)

O grupo de trabalho envolvido com a Matriz Curricular Nacional selecionou competências que pudessem ampliar as contidas na CBO, e com estas desenvolveu

o mapa de competências para as Ações Formativas da Área de Segurança Pública, descrevendo-as pormenorizadamente, mas esclarecendo que as competências apresentadas não esgotam as possibilidades e nem mesmo são limitadoras das necessidades, disciplinas e peculiaridades que venham a atender a formação dos diversos cargos.

As competências sugeridas estão diretamente ligadas aos princípios que devem ser observados pelos profissionais de Segurança Pública e são eles: grupo ético, educacional e didático-pedagógico. Com os grupos de princípios a Matriz Curricular Nacional introduz a noção de interdisciplinaridade e transversalidade que deve existir entre as ações formativas e as disciplinas dos currículos.

4.4 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O texto da Matriz Curricular Nacional (2009) traz orientações teórico-metodológicas. Estas, por sua vez, visam dar suporte para que os profissionais envolvidos com o compromisso de formar àqueles que trabalham com segurança pública sejam conscientizados de seu compromisso, e que a formação é um processo que depende também de cada indivíduo e de maneira contínua.

Para nosso estudo, que se deve às preocupações com a atividade de docente em cursos de formação de policiais militares deste pesquisador, cabe ressaltar que a Matriz Curricular Nacional é documento que acima de tudo serve de referencial teórico e metodológico para os docentes do ensino policial. Para tanto, incluímos nesta breve apresentação um resumo do tópico que fala sobre este assunto e sobre as sugestões de técnicas de ensino.

Atendendo aos princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade, a Matriz Curricular Nacional prevê a necessidade de métodos de ensino que promovam a reflexão, discussão e a busca da autonomia de raciocínio do educando com práticas que envolvam o aluno, permitindo sua interação com as atividades, não dando mais espaço a práticas conservadoras que inibam o processo de aprendizagem espontânea.

As práticas docentes conservadoras, que mantêm o aluno em condição de espectador, não condizem com o novo panorama de formação dos profissionais de

Segurança Pública que devem atuar como promotores da segurança e da cidadania. Pois para tanto têm de ser dinâmicos, proativos e determinados a levar o conhecimento ao cidadão. Neste entendimento o grupo de estudos da Matriz Curricular Nacional apresentou uma relação de técnicas de ensino que pensam o aluno como membro ativo e fomentador do conhecimento.

Relacionamos, conforme encontradas na Matriz Curricular Nacional, e organizamos em um quadro as referidas técnicas de ensino para que se tenha a melhor visualização do que é proposto:

TÉCNICAS DE ENSINO SUGERIDAS PELA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA
1) Resolução de Problemas – o professor elabora situações-problema, simulando a realidade. Os estudantes discutem os problemas em pequenos grupos e levantam hipóteses. A seguir, eles formulam os objetivos de aprendizagem e identificam as fontes de pesquisa para o estudo individualizado. Os estudos e as conclusões de cada grupo são apresentados ao grande grupo para a revisão e sistematização de uma proposição final, de uma explicação ou proposta de ação para o problema, encerrando o ciclo de atividades.
2) Simulação (<i>Role Playing</i>) – a simulação é uma técnica em que se constrói um cenário para os estudantes vivenciarem papéis a partir de uma experiência, com o objetivo de conseguir uma aproximação consistente entre a teoria e a prática, aperfeiçoar as habilidades e atitudes e construir referências que ajudem a tomar decisões e a agir em situações similares.
3) Estudo de Casos – esta técnica compreende a discussão em pequenos grupos de casos verídicos ou baseados em fatos reais relacionados a situações que farão parte do cotidiano da área de Segurança Pública. Os casos deverão vir acompanhados do máximo de informações pertinentes para que o estudante possa analisá-los (caso análise) ou apresentar possíveis soluções (caso problema). Esta técnica permite que os estudantes analisem a situação apresentada e apliquem os conhecimentos aprendidos.
4) Lista de tarefas (<i>Job Aids</i>) – as listas de tarefas devem ser utilizadas quando se tem por objetivo que os estudantes sigam passos na realização de procedimentos.
5) Painel de Discussão – caracteriza-se pela apresentação de especialistas que expõem a sua visão sobre determinado tema a ser debatido. Pode ser coordenado por um moderador que controlará o tempo de exposição e de debate e organizará a síntese dos pontos abordados no painel.
6) Discussões em Grupos – apresentação de um tema a ser discutido a cada grupo. Ao final do tempo estipulado, os grupos apresentam a síntese da discussão.
7) Discussão Dirigida – técnica de ensino em que os participantes expressam suas ideias após analisarem criticamente um assunto de interesse relacionado com o tema. Ao final da atividade, é feita uma avaliação, quando se ressalta o valor das contribuições feitas pelos participantes, bem como a importância das conclusões.
CONTINUA

CONCLUSÃO
8) Debate Cruzado – organizado em dois grupos, em que cada grupo terá de debater uma tese contrária à do outro grupo, invertendo-se os papéis ao final.
9) Grupo de Vivência ou Verbalização e Grupo de Observação (GV/ GO) – os participantes são divididos em dois grupos, em que o primeiro terá a função de vivência ou verbalização de determinada situação e o segundo desempenhará a função de observador. Ao final, invertem-se os papéis.
10) Brainstorming e Brainwriting – utilizados para gerar novas ideias, buscar soluções para um determinado problema. Todas as ideias surgidas devem ser registradas, a seguir categorizadas e analisadas com o auxílio de um coordenador. Ao final, o grupo toma as decisões para a resolução do problema.
11) Demonstração ou Aula Prática – explicação por meio da demonstração de técnicas e procedimentos, oportunizando aos estudantes: a exercitação, o feedback, a automação e a aplicação

QUADRO 4 - TÉCNICAS DE ENSINO SUGERIDAS PELA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL
 FONTE: O AUTOR (2013)

A preocupação do grupo que formulou a Matriz Curricular Nacional está em observar os mais adequados meios de construção dos saberes por meio de técnicas simples e dinâmicas, abordando aspectos de construção do conhecimento e vinculando a ele todos os princípios necessários para a capacitação dos agentes de segurança pública.

Na próxima seção apresentamos o sistema de avaliação da aprendizagem, que é tratado como parte integrante do processo e mensuração do progresso da formação.

4.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E O PROCESSO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Na abordagem em relação ao sistema de avaliação da aprendizagem, a Matriz Curricular Nacional (2009, p. 33) orienta em relação a sua abrangência maior, sendo que, “[...] o sistema não se reduz aos critérios de aprovação e reprovação, mas sim, constitui a base para um monitoramento permanente da qualidade e da

eficácia das ações de educação, a partir de critérios claramente definidos e divulgados”.

O processo de avaliação é segmento do processo de formação e na Matriz Curricular Nacional (2009, p. 33), “[...] têm como referência básica os objetivos definidos para o processo de formação e capacitação e o desenvolvimento de competências a serem desenvolvidas.”

Com base na literatura de formação de profissionais reflexivos derivada dos estudos de Shön (2001) a Matriz Curricular Nacional sugere que o discente deve ser estimulado à reflexão e a tomada de consciência de seu papel e do grupo que integra e, desta forma o processo de avaliação deve contribuir como mensurador da qualidade de sua aprendizagem e formação, conforme Perrenoud (*apud* MCN, 2009, p. 34) auxiliar o discente a “[...] conceber um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.”

O discente deve ser a todo o momento levado à reflexão, raciocínio e busca de formação continuada nos cursos e também na avaliação, para tanto a malha curricular além de adequada à formação deve ser atraente ao discente. A Matriz Curricular Nacional incorporou a seu texto uma sugestão de malha curricular que deve ser observada conforme determinado pela SENASP.

4.6 MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com a Matriz Curricular Nacional (2009, p. 35), “Malha curricular é o termo utilizado para substituir a expressão ‘grade curricular’”. Na palavra malha está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas. A Malha Curricular, juntamente com as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, passou a integrar a Matriz Curricular Nacional de 2003 desde 2005, quando ocorreu a primeira revisão da Matriz Curricular Nacional. Em 2008 um grupo de trabalho multidisciplinar, baseado nas competências profissionais de Segurança Pública revisou a Malha Curricular, dando-lhe ainda maior flexibilidade.

O objetivo da Malha Curricular é garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais de Segurança Pública, mantendo um núcleo comum de disciplinas, as quais são agrupadas por áreas temáticas e conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, dando flexibilidade e adaptabilidade aos cursos, inclusive respeitando as características regionais de cada instituição, estas são características da Malha Curricular, que também não estipula a carga horária de cada disciplina a ser ministrada, conforme o texto da Matriz Curricular Nacional (2009, p. 37), “Recomenda-se que a Malha Curricular possa corresponder de 40% a 25% do número de horas/aulas total do currículo.”

O Ensino a Distância também está na Matriz Curricular Nacional (2009, p. 37), “O crescimento da modalidade de educação a distância tem possibilitado às instituições o investimento em soluções que ofereçam ao estudante a oportunidade de gerenciar o seu tempo e escolher o local dedicado à aprendizagem.” A SENASP oferece aos profissionais de Segurança Pública cursos na modalidade à distância de quarenta a sessenta horas, os quais seguem os princípios da Matriz Curricular Nacional, que tem por objetivo promover a formação continuada.

Segundo a Matriz Curricular Nacional (2009), ainda é possível que nos cursos que funcionam na modalidade presencial seus currículos sejam compostos por disciplinas na modalidade à distância através da Rede Nacional de Educação à Distância (RNED) da SENASP. Esta possibilidade proporciona cursos com maior dinâmica e integração entre os órgãos, além de diminuir custos e promover a unicidade de pensamentos.

4.7 COMPONENTE DO PARADIGMA MILITARISTA QUE A MATRIZ BUSCA ROMPER

Luiz (2008, p. 48) apresenta, e nós reproduzimos um quadro, inspirado em uma palestra feita por Jorge da Silva, no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, em 2002, na qual o palestrante apresenta as questões sobre as quais a Matriz Curricular Nacional se posiciona contrária à formação do policial militar. Aproveitamos a contribuição de ambos os

citados autores para ilustrar o que consideram que deve ser deixado de lado ao aplicarmos o proposto pela Matriz Curricular Nacional:

Componentes do Paradigma Militarista	
Atitude	Reativa. Falar em segurança é falar em desordem, de um problema de polícia e da força armada.
Atividade policial	Referida a tática de guerra, inimigo, cerco, vitória. Formalismo burocrático e militar.
Concentração	No aparato (equipamento e viatura), em prejuízo da polícia técnica e das técnicas de mediação.
Foco	Suspeitos em abstrato, “nós contra eles”. Traço maniqueísta.
Pretensão	De “erradicar” o crime e “acabar com a desordem”. Não há seletividade no uso da força.
Desempenho	Referido a quantidade de prisões, de mortos em confronto, e de material apreendido.
Formação	Ênfase em táticas militares. Ensino irreflexivo.
Gerência	Refratária ao controle externo.

QUADRO 5 – PARADIGMA MILITARISTA
FONTE: LUIZ (2008)

Essas foram as informações mais relevantes para o nosso trabalho e finalizamos este Capítulo quarto concluindo que a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública é o documento mais completo já apresentado em relação à formação de profissionais de segurança pública, ao menos no Brasil.

No Capítulo 5, a seguir, descreve-se a metodologia de trabalho adotada para esta pesquisa, que se deu por meio da seleção e análise de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros e que trataram da formação do oficial de Polícia Militar.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza teórico-descritiva, buscou aprofundar o conhecimento em relação à formação do oficial de Polícia Militar no Brasil, por meio de documentos oficiais e das produções acadêmicas, teses e dissertações realizadas nos programas de pós-graduação brasileiros, no período compreendido entre o ano de 1988, que marca o processo de redemocratização do Brasil e o ano de 2011, ano em que se iniciou a pesquisa. Desta maneira, pretende-se responder às questões centrais do trabalho: como é formado o oficial de polícia militar no Paraná? O que dizem as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros entre 1988 e 2011 sobre a formação dos oficiais de Polícia Militar no Brasil?

Para responder essas questões esta investigação foi organizada metodologicamente em duas partes: a primeira parte consta de revisão e apresentação de documentos oficiais e literatura científica disponível sobre o tema. O resultado desta primeira parte encontra-se nos capítulos 2, 3 e 4; a segunda parte responde a segunda questão norteadora, ou seja, O que dizem as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros entre 1988 e 2011 sobre a formação dos oficiais de Polícia Militar no Brasil? Descrevemos o método de seleção e análise das teses e dissertações a seguir.

Para localizar a produção acadêmica utilizou-se o Banco de Teses da CAPES. A ferramenta de busca, disponível no *site* da CAPES permite a escolha entre localizar teses, dissertações e monografias por meio de palavras ou expressões, nos dando as opções “Todas as Palavras”, “Qualquer uma das Palavras” ou “Expressão Exata”.

5.1 SELEÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Visando a maior abrangência na busca utilizamos a expressão chave “Formação Policial Militar”, com a opção “Expressão Exata”, encontramos para o

nível de doutorado, ou seja, teses, nenhuma obra registrada; em relação à produção acadêmica para nível de mestrado registramos doze dissertações selecionadas. Consideramos que esse resultado não era suficiente, porque nem todas as obras apresentadas tratavam do assunto de nosso interesse, fato que limitava muito o corpus de análise.

No segundo momento estendemos a busca para a opção “Todas as Palavras” da expressão chave “Formação Policial Militar”, o resultado foi maior: dezessete teses e setenta e três dissertações, todavia nem todas as obras estavam relacionadas ao nosso tema. Constatamos que ao realizar a busca, o Banco de Teses da CAPES fornece uma relação de obras fazendo a varredura nos títulos e resumos que contenham partes ou toda a expressão chave, no nosso caso “Formação Policial Militar”.

O terceiro passo do processo de seleção foi selecionar os títulos que se relacionavam à formação do policial militar, ou que continham esta expressão. O resultado obtido foram trinta e quatro obras, sendo seis teses e vinte e oito dissertações que constam no Apêndice A.

No quarto estágio da adequação da amostra, depois da seleção dos títulos, realizamos a leitura dos resumos fornecidos pela CAPES, analisando então aqueles cujos conteúdos atendiam aos interesses da pesquisa. Obtivemos então uma tese, e sete dissertações que trataram diretamente do tema que nos propomos a estudar, ou seja, “A Formação do Oficial de Polícia Militar”, que constam do Apêndice B.

Do total de oito obras escolhidas para análise na nossa pesquisa três delas não foram analisadas, pelo fato de que até a data da entrega desta pesquisa não obtivemos êxito em localizar as obras completas, apenas o resumo e artigos referentes a elas. Por meio dos contatos fornecidos pelos pesquisadores no Banco de Teses da CAPES, (E-mail), entramos em contato com as Instituições de Ensino Superior e até mesmo com os autores, porém não foi feita a remessa do material em cópia física ou digital, um dos trabalhos, que foi publicado como livro, não foi localizado nas livrarias, e mesmo com a encomenda feita o exemplar não chegou a tempo de ser analisado.

Para cada um dos trabalhos analisados foi elaborada uma ficha da qual constam os dados gerais da obra e, os assuntos abordados em relação à formação do oficial de Polícia Militar que nos propiciou sistematizar o que foi estudado pelos pesquisadores, o tema, a metodologia, o objetivo geral e as propostas referentes à

formação, ensino, direitos humanos, cidadania e militarismo e transcrevê-los para a análise.

A análise dos dados coletados foi feita por meio do agrupamento dos pontos elencados sobre a formação, ensino, direitos humanos, cidadania e militarismo, verificamos quais os pontos que na opinião dos pesquisadores devem ser valorizados na formação do oficial de Polícia Militar e aqueles que necessitam ser afastados para que ocorram mudanças significativas e positivas na formação.

Em seguida faremos a descrição dos dados obtidos, descrevendo de maneira específica o que cada pesquisa contém em relação à temática proposta.

5.2 SELEÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Apresentaremos aqui o resumo de cada obra selecionada, constando as informações relevantes para análise como: título; metodologia; objetivos; pontos que contribuíram para a melhoria da formação do oficial de Polícia Militar e os aspectos que devem ser afastados do processo de formação.

Rudnicki (2007), em sua tese intitulada, *A formação social de oficiais da Polícia Militar: análise de caso da academia da brigada militar do Rio Grande do Sul*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG), estudou a formação social do oficial da Brigada Militar (BM) do Rio Grande do Sul (RS). Metodologicamente pesquisou livros, teses, dissertações, revistas e realizou entrevistas com policiais militares. O objetivo da pesquisa é responder sobre a participação da PM no estado do RS e identificar se o preparo dos oficiais da BM está voltado para a defesa do Estado ou do cidadão. Discute ainda se a exigência do curso de Direito para ingresso na Academia Policial Militar, desde a Lei de 1997, integra-se a essa lógica ou se está limitada a uma estratégia de reivindicação salarial.

Com a exigência do curso de Direito para a inclusão no curso de oficiais da BM, e no intuito de estudar a formação do oficial, o pesquisador elenca pontos que considera importantes, e que devem ser incorporados definitivamente a essa formação, assim como também aponta aspectos que deveriam ser revistos ou até

mesmo excluídos, mas que ainda permanecem na cultura da Brigada. Listamos abaixo esses pontos:

Rudnicki (2007) observa em sua pesquisa que se acrescentou e é necessário manter na formação do oficial de Polícia Militar o seguinte:

1. A disciplina de Direitos Humanos, para que ocorra a melhoria dos serviços prestados à população;
2. O currículo atual, com o ingresso de Bacharéis em Direito, prestigia o uso racional da força, com o surgimento de disciplinas de técnicas de policiamento que valorizam a dignidade humana;
3. Com o requisito do Curso de Direito, a Brigada Militar está transformando o paradigma militarista, formando jovens capazes de repensar concepções de Polícia, Estado e sociedade e estabelecer relações democráticas entre eles;
4. Policial autônomo e reflexivo, a Brigada declara estar em busca desse perfil para seus oficiais;
5. Os novos alunos-oficiais são juristas, conhecem o seu direito e o dos outros, e querem aprender a ser policiais.

O autor diz em sua pesquisa que é necessário modificar na formação do oficial de Polícia Militar o seguinte:

1. O currículo atual, que incorpora as propostas das “Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão”, mas ainda tem muita semelhança com o currículo anterior, inclusive com o da década de 1970 – longe de estabelecer um novo modelo de polícia;
2. Há ausência de espaço na grade curricular atual para se estabelecer conexão entre as disciplinas cursadas na faculdade, pelos alunos oriundos dos cursos de direito, e as atividades e conhecimentos necessários para um policial;
3. A manutenção da tradição militarista ainda é percebida pela valorização de disciplinas que envolvem trabalhos físicos;
4. Não ocorreu acréscimo representativo de horas-aulas para a discussão sobre como estabelecer uma doutrina de policiamento voltado à proteção da pessoa e adequado a uma sociedade democrática;

5. Inexistência de projeto pedagógico para o curso e de ementas e programas para as disciplinas, o que torna o projeto refém do entendimento do Comandante da Academia de Polícia Militar, cuja troca ocorre frequentemente;
6. Descaso com o aspecto intelectual (biblioteca com falta de livros e sem investimentos adequados) propõe-se repensar o policiamento, mas nada sobre os temas atuais pode ser encontrado na biblioteca;
7. O ensino ainda acontece em consonância com o modelo anterior das escolas clássicas (militarização do ensino); não prepara, não fornece habilidades: adestra, treina, mantém o padrão anterior, pouco se transformou após a Constituição de 1988.

Rosa (2004), em sua dissertação intitulada, *Políticas e estratégias de Comando da Polícia Militar de Santa Catarina e a gestão acadêmica do Curso de Formação dos Oficiais*, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estudou a gestão nas atividades do Curso de Formação de Oficiais. Metodologicamente trabalhou com estudos de caso, delimitando o período compreendido entre 1967 a 2003; utilizou ainda entrevistas e coletou dados em documentos como: leis, decretos, regulamentos, livros, revistas, internet e intranet. O objetivo da pesquisa era: “analisar as influências das Políticas e Estratégias de Comando da Polícia Militar de Santa Catarina na Gestão Acadêmica no Curso de Formação de Oficiais”.

A pesquisa destaca o Sistema de Ensino da PMSC e o CFO, e estabelece uma relação sobre os impactos gerados pelas políticas e estratégias de Comando da Polícia Militar na gestão acadêmica do CFO, propiciando uma reflexão sobre ações futuras; demonstra a formação híbrida que ocorre no CFO da PMSC. Os futuros oficiais podem ser formados paralelamente pela Polícia Militar, no que se refere ao ensino técnico-profissional e por uma Instituição de Ensino Superior civil ou militar, que se atém ao ensino sócio jurídico: atualmente a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) é a responsável. Em seu trabalho o pesquisador demonstra alguns pontos que considera relevantes para a formação dos oficiais da PM e outros que se deve modificar.

Rosa (2004) observa o que se acrescentou à formação do oficial da PMSC e em sua opinião é necessário manter, elencamos abaixo:

1. Com a nova Constituição Federal de 1988, ocorreu a mudança de foco na missão das polícias militares, portanto a formulação de novas políticas e estratégias direcionadas à área de ensino policial;
2. Convênios foram firmados com Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e a reformulação dos currículos se tornou mais dinâmica e atualizada, crescendo a tendência das disciplinas curriculares centradas nos Direitos Humanos;
3. A Corporação começou a se libertar da dependência do Exército, tendo a oportunidade de amadurecer como instituição policial, voltada para a defesa do cidadão, das leis e dos direitos, através do uso comedido da força;
4. No ano 2000 a edição do projeto Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, conduziu a formação voltada à proteção e defesa do cidadão, com ênfase nos direitos humanos, justiça social e cidadania;
5. A Educação Continuada em substituição à antiga Instrução Policial Militar, que objetiva propiciar ao policial militar a orientação e atualização constante, seja de caráter social, ou profissional.

O autor diz em sua pesquisa que é necessário ser repensado na formação do oficial de Polícia Militar o seguinte:

1. Desmilitarização do Curso: segundo o autor, policiais nada tem a ver com exércitos;
2. Desde 2004 há uma prevalência das disciplinas jurídicas sobre as demais, preparando assim o oficial para a advocacia: tornam-se necessários estudos para verificar se o curso de formação de oficiais não está demasiadamente focado nesta área em detrimento da segurança pública;
3. O Curso de Segurança Pública, nível bacharelado, ministrado concomitantemente com o Curso de Formação de Oficiais (CFO), pela UNIVALI é, segundo o autor, uma anomalia, pelo fato do candidato prestar um vestibular e frequentar dois cursos, o CFO e o CSPB e receber dois certificados;

4. A falta de um Corpo Docente permanente, com dedicação exclusiva ao ensino e pesquisa, com oficiais que justifiquem suas presenças pelas qualificações;
5. Até os dias atuais o ensino das polícias militares são fiscalizados, controlados e orientados pela Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) – órgão vinculado ao Estado Maior do Exército;
6. Permanecem nos currículos dos cursos de formação, disciplinas voltadas ao cumprimento de missões de exceção em detrimento às voltadas à Segurança Pública;

Cerqueira (2006), em sua dissertação intitulada *A disciplina em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo*, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), estudou a disciplina militar em sala de aula na Academia Policial Militar do Barro Branco (APMBB), em São Paulo. Metodologicamente realizou pesquisas bibliográficas na legislação, currículos e manuais; entrevistou e aplicou questionários aos policiais militares. O objetivo da pesquisa era: identificar e caracterizar aspectos de incompatibilidade entre o autoritarismo vigente na relação instrutor-cadete, bem como desenvolver o exercício da cidadania pelo cadete.

O autor aborda a formação do oficial sob o enfoque de temas como: direitos humanos, dignidade da pessoa humana, cidadania, autoritarismo. Fala também sobre a formação simultânea de oficiais na instituição militar e na universidade, constando que o currículo para a formação dos oficiais deve ser adequado às necessidades atuais. Na sequência verifica-se o que o autor escreve a respeito desses temas.

Cerqueira (2006) observa em sua pesquisa o que se acrescentou e é necessário ressaltar na formação do oficial de Polícia Militar:

1. A discussão da dimensão ética e política da formação do oficial, o que exige refletir sobre o currículo;
2. Refletir sobre o currículo para formação do oficial e na proposta do novo currículo inserir o desenvolvimento da cidadania;
3. Que a formação voltada para a cidadania seja híbrida, ou seja, na Academia do Barro Branco e nas Universidades Civas, para produzir oficiais

mais humanizados e autônomos, proporcionando um ambiente de diálogo para exercer a democracia social e a relação de cidadania;

4. A Escola de Oficiais deve desenvolver exemplos de comportamento, ressaltar valores do serviço policial, obediência a preceitos legais de respeito aos direitos dos cidadãos;

5. É possível propor uma direção mais adequada, do ponto de vista da cidadania, a formação do oficial da Polícia Militar pode ser pensada estrategicamente no presente, para que no futuro possa ter como resultado escolhas mais adequadas, voltadas para a cidadania.

Cerqueira (2006) diz em sua dissertação que é necessário ser afastado da formação do oficial de Polícia Militar o seguinte:

1. O autoritarismo, disciplina e a hierarquia que fazem o formador sentir-se mais seguro durante as instruções na Escola de Oficiais, mas que não garantem uma formação cidadã aos oficiais;

2. Há ambivalência na formação do oficial, ele é formado presumindo uma sociedade relativamente harmoniosa e consensual quando na verdade é complexa;

3. Os instrutores da Academia do Barro Branco se ancoram em práticas rotineiras, autoritárias e destituídas de sentido, ou porque são induzidos a isso pelo regimento interno, ou porque não sabem como mudá-las, ou ainda porque não se dispõem a mudanças;

Sandes (2007) em sua dissertação intitulada, *O uso legal da força na formação de jovens tenentes: Um desafio para atuação democrática da Polícia Militar de Mato Grosso*, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) estudou o uso legal da força na formação de oficiais da Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT). Metodologicamente utilizou análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas. O objetivo da pesquisa era: investigar os reflexos do processo formativo na atuação dos jovens egressos do Curso de Formação de Oficiais após a reforma das bases curriculares em nível regional.

O pesquisador aproveita sua experiência na formação de oficiais, como instrutor na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) e aborda a formação

do jovem tenente e sua relação com o uso legal da força, tendo em vista que o futuro oficial poderá fazer uso da força necessária para garantir a ordem pública e esta força deve ser comedida; para tanto apresenta noções de Estado, Polícia, e o perfil do candidato a oficial.

Sandes (2007) em sua pesquisa ressalta que a formação do oficial de Polícia Militar apresentou avanços como os abaixo elencados:

1. Durante a formação dos oficiais, disciplinas como: Técnicas Gerais de Policiamento, Direitos Humanos, Defesa Pessoal e Tiro Policial; contribuíram para a reflexão sobre o melhor uso da força legal;
2. Os oficiais entrevistados, formados entre 2001 e 2003, dizem que a carga horária para as disciplinas voltadas ao uso moderado da força deveria ser ampliada. Constata-se a conscientização dos jovens oficiais em relação à valorização da vida e da cidadania desejando melhor preparo técnico;
3. A inclusão da disciplina de Direitos Humanos na grade curricular do Curso de Formação de Oficiais foi uma inovação, inclusive os cursos de direitos fundamentais ministrados na Academia em conjunto com órgãos não governamentais estão relacionados com a diminuição da violência policial militar;
4. Entre os anos de 2003 e 2006 ocorreram diversos ajustes pedagógicos e políticos nas bases curriculares em âmbito nacional e regional, o que demonstra que mudanças estão sendo pensadas para a melhor formação do oficial de Polícia Militar.

Elencamos a partir do estudo de Sandes (2007) o que é necessário ser modificado da formação do oficial de Polícia Militar:

1. A formação do oficial de Polícia Militar conduz para que no conflito entre o Estado e o Cidadão a Instituição tenda a defesa do Estado em detrimento dos direitos do cidadão;
2. Na grade curricular para a formação do oficial, disciplinas de cunho generalista como espanhol e inglês tem carga horária muito extensa assim como as de conhecimento jurídico, dando-se pouca prioridade às disciplinas de ofício policial;

3. Os sujeitos entrevistados, em sua maioria, desconheciam os documentos que originaram os Princípios Básicos de Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF);
4. Os oficiais mais antigos criticam o novo modelo de formação, que surge na tentativa de causar um efeito paralisante e proteger assim uma antiga identidade grupal;
5. A formação não propicia capacitação adequada, em relação à utilização da força, o que é possível perceber na declaração de um dos entrevistados “tenho medo de usar a força letal”.

Leal (2011), em sua dissertação intitulada, *Currículo cultura: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde*, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), tratou das suas experiências vividas nos três anos de formação no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT). Metodologicamente o estudo seguiu as bases da etnografia e da fenomenologia, o autor também utilizou suas experiências particulares para desenvolver o trabalho. O objetivo da pesquisa é: “fomentar o redirecionamento na cultura organizacional da Instituição investigada, evitando assim possíveis prejuízos à voga humanística e ao Estado Democrático de Direito”. Também visa subsidiar uma proposta de currículo que traga para seu bojo questões como alteridade, flexibilidade, sensibilidade, dialogicidade e emancipação ao aluno oficial.

A pesquisa gira em torno das vivências do autor enquanto aluno do CFO, cita passagens por ele vividas em seu período de formação; narra acontecimentos rotineiros do dia a dia do aluno oficial na Academia Policial Militar da Costa Verde (APMCV) questionando as repercussões na vida profissional e social do futuro oficial de Polícia Militar.

Leal (2011) ao descrever a rotina do aluno e questionar os impactos na carreira do futuro do oficial e até mesmo da PMMT, deixa ao leitor a possibilidade de refletir sobre os pontos lançados. Para nosso estudo aponta as seguintes constatações e a necessidade de mudanças na formação as quais elencamos:

1. Muitas policiais militares ainda não entenderam que a partir de 1988, com a nova Constituição Federal, a lógica que passou a ser proposta para

as atividades de formação do policial foi a de proteção do cidadão e aos anseios da sociedade;

2. Na APMCV não há engajamento entre a teoria da Matriz Curricular e cultura fomentada no cotidiano da Academia Policial, o que o autor chama de “currículo cultural” – ou seja, a prática não segue a teoria;

3. Para que as mudanças ocorram deve-se mudar a cultura do grupo que ainda se fundamenta na disputa por poder e vaidades, mantendo a cultura e tradições antigas;

4. Devem ser valorizadas as capacidades individuais por meio da atualização ininterrupta do policial militar, como forma de promoção de valores adequados à cidadania e à democracia.

A seguir organizamos as informações coletadas em quadros, com o objetivo de fazer uma leitura comparativa a qual posteriormente nos possibilitará prosseguir com a análise para as conclusões finais.

Autor	Tema
Rudnicki (2007)	Ensino policial, formação dos oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.
Rosa (2004)	Políticas e estratégias organizacionais, processos decisórios em organizações militares, e o ensino militar.
Cerqueira (2006)	A disciplina militar em sala de aula na Academia Policial Militar do Barro Branco.
Sandes (2007)	Estado, democratização da Polícia Militar e o uso legal da força.
Leal (2011)	Descrição autoetnográfica do processo educacional na Academia Policial Militar Costa Verde de Mato Grosso.

QUADRO 6 – TEMAS ABORDADOS NAS PESQUISAS ANALISADAS
FONTE: O AUTOR (2013)

No Quadro 6 podem ser observados os temas abordados nas cinco pesquisas selecionadas. De acordo com a proposta desta pesquisa os temas da tese de Rudnicki (2007), e as dissertações de Rosa (2004), Cerqueira (2006), Sandes (2007) e Leal (2011) se relacionam com os aspectos da formação dos oficiais de Polícia Militar.

Autor	Metodologia
Rudnicki (2007)	Pesquisas bibliográficas em livros, teses, dissertações, revistas e entrevistas.
Rosa (2004)	Estudos de caso, delimitando o período compreendido entre 1967 a 2003; entrevistas e coleta dados em leis, decretos, regulamentos, livros, revistas, internet e intranet.
Cerqueira (2006)	Pesquisas bibliográficas na legislação, currículos e manuais; entrevistas e questionários.
CONTINUA	

CONCLUSÃO	
Sandes (2007)	Análise de documentos, estudo bibliográfico e entrevistas.
Leal (2011)	O estudo seguiu as bases da etnografia e da fenomenologia, o autor utilizou suas experiências particulares para desenvolver o trabalho.

QUADRO 7 – METODOLOGIAS UTILIZADAS NAS PESQUISAS ANALISADAS

FONTE: O AUTOR (2013)

O Quadro 7 apresenta a metodologia aplicada aos textos acadêmicos, cujo conteúdo analisamos, totalizando cinco textos: quatro deles evidenciam no corpo da pesquisa que utilizaram a pesquisa bibliográfica e análise de documentos como fonte de consulta: teses, dissertações, revistas, leis, decretos, regulamentos, currículos e manuais. Quatro dos textos utilizaram concomitantemente a análise bibliográfica e também entrevistas. Um pesquisador aplicou questionários, somados à busca bibliográfica e entrevistas. O Estudo de Caso foi utilizado por um autor, que também se valeu de entrevistas e bibliografias, além da busca de dados pela internet e na intranet da instituição de Polícia Militar à qual a pesquisa se vinculou. Foram a base para o desenvolvimento de pesquisa etnográfica e fenomenológica, as experiências pessoais durante o período de CFO, vividas por um dos autores.

Devido ao recente interesse em pesquisar temas relacionados à Segurança Pública nos meios acadêmicos e programas de pós-graduação brasileiros, podemos entender que os autores se voltem para pesquisas exploratório-descritivas com prevalência de análises documentais.

Autor	Objetivo
Rudnick (2007)	Responder sobre a participação da Polícia Militar na segurança pública no estado do Rio Grande do Sul e identificar se o preparo dos oficiais da BM está voltado para a defesa do Estado ou do cidadão. Discute ainda se a exigência do curso de Direito para ingresso na Academia Policial Militar, desde a Lei de 1997, integra-se a essa lógica ou se está limitada a uma estratégia de reivindicação de uma melhor matriz salarial.
Rosa (2004)	Analisar as influências das Políticas e Estratégias de Comando da Polícia Militar de Santa Catarina na Gestão Acadêmica no Curso de Formação de Oficiais.
Cerqueira (2006)	Identificar e caracterizar aspectos de incompatibilidade entre o autoritarismo vigente na relação instrutor-cadete, bem como desenvolver o exercício da cidadania pelo cadete.
Sandes (2007)	Investigar os reflexos do processo formativo na atuação dos jovens egressos do Curso de Formação de Oficiais após a reforma das bases curriculares em nível regional.
Leal (2011)	Fomentar o redirecionamento na cultura organizacional da Instituição investigada, evitando assim possíveis prejuízos à voga humanística e ao Estado Democrático de Direito; também subsidiar uma proposta de currículo que traga questões como alteridade, flexibilidade, sensibilidade, dialogicidade e emancipação ao aluno oficial Academia Policial Militar Costa Verde.

QUADRO 8 – OBJETIVOS A SEREM ATINGIDOS NAS PESQUISAS ANALISADAS

FONTE: O AUTOR (2013)

O Quadro 8 permite observar quais foram os objetivos salientados pelos autores no desenvolver de suas pesquisas. Pode-se constatar que os objetivos elencados pelos autores sugerem levá-los a conhecer a formação do oficial de Polícia Militar, para tanto verificamos que as pesquisas buscam identificar o preparo do oficial em relação ao serviço prestado, se este está sendo realizado em prol do Estado ou do cidadão; a análise das influências exercidas pelas políticas e estratégias de comando na gestão acadêmica dos cursos de formação de oficiais; a possível incompatibilidade entre o autoritarismo e o relacionamento entre instrutores e cadetes, e os reflexos para a cidadania; fomentar e subsidiar o redimensionamento cultural organizacional, promovendo a cidadania e a emancipação do aluno Oficial. Esses são os objetivos almejados pelos pesquisadores.

Autor	Grau	Estado	Universidade	Ano
Rudnick	Doutorado	RGS	UFRGS	2007
Rosa	Mestrado	SC	UFSC	2004
Cerqueira	Mestrado	SP	PUC - SP	2006
Sandes	Mestrado	MT	UFMT	2007
Leal	Mestrado	MT	UFMT	2011

QUADRO 9 – GRAU ACADÊMICO, ESTADO, UNIVERSIDADE E ANO EM QUE FOI PRODUZIDA A PESQUISA
FONTE: O AUTOR (2013)

O Quadro 9 possibilita fazer a leitura das cinco obras selecionadas. Uma delas do grau de doutorado, quatro em nível de mestrado acadêmico. A tese foi desenvolvida no RS. Uma dissertação foi defendida em Santa Catarina, outra foi em São Paulo, e o estado do Mato Grosso produziu duas dissertações. Constata-se da leitura do Quadro 4 que das instituições de ensino superior, uma é de ensino privado, sendo as demais são do ensino público federal. Em que pese ter atingido um universo pequeno, essa distribuição nos possibilitou estudar academias policiais militares de diferentes estados do Brasil, inclusive em períodos cronológicos distintos.

Em relação aos diferentes estados e períodos em que foram realizadas as pesquisas, buscamos observar mudanças na formação, que buscaremos apresentar em nossas conclusões, no capítulo 6.

Aspectos salientados pelos autores dos avanços na formação do oficial de Polícia Militar os quais devem ser mantidos e aprimorados nos cursos	
1	A disciplina de Direitos Humanos, para que ocorra a melhoria dos serviços prestados a população;
2	O currículo atual, com o ingresso de Bacharéis em Direito, prestigia o uso racional da força, com o surgimento de disciplinas de técnicas de policiamento que valorizam a dignidade humana;
3	Com o requisito do Curso de Direito a Brigada Militar está transformando o paradigma militarista, formando jovens capazes de repensar concepções de Polícia, Estado e sociedade e estabelecer relações democráticas entre eles;
4	Policial autônomo e reflexivo, a Brigada declara estar em busca desse perfil para seus oficiais;
5	Os novos alunos-oficiais são juristas, conhecem o seu direito e dos outros, e querem aprender a ser policiais;
6	Com a nova Constituição Federal de 1988, ocorreu a mudança de foco na missão das polícias militares, portanto a formulação de novas políticas e estratégias direcionadas à área de ensino policial;
7	Convênios foram firmados com Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e a reformulação dos currículos se tornaram mais dinâmica e atualizada, crescendo a tendência das disciplinas curriculares centradas nos Direitos Humanos;
8	A Corporação começou a se libertar da dependência do Exército, tendo a oportunidade de amadurecer como instituição policial, voltada para a defesa do cidadão, das leis e dos direitos, através do uso comedido da força;
9	No ano 2000 a edição do projeto Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, conduziu a formação voltada à proteção e defesa do cidadão, com ênfase aos direitos humanos, justiça social e cidadania;
10	A Educação Continuada em substituição à antiga Instrução Policial Militar, que objetiva propiciar ao policial militar a orientação e atualização constante, seja de caráter social, ou profissional.
11	A discussão da dimensão ética e política da formação do oficial, o que exige refletir sobre o currículo;
12	Refletir sobre o currículo para formação do oficial e na proposta do novo currículo inserir o desenvolvimento da cidadania;
13	Que a formação voltada para a cidadania seja híbrida, ou seja, na Academia do Barro Branco e nas Universidades Civas, para produzir oficiais mais humanizados e autônomos proporcionando um ambiente de diálogo para exercer a democracia social e a relação de cidadania;
14	A Escola de Oficiais deve desenvolver exemplos de comportamento, ressaltar valores do serviço policial, obediência a preceitos legais de respeito aos direitos dos cidadãos;
15	É possível propor uma direção mais adequada, do ponto de vista da cidadania, a formação do oficial da Polícia Militar pode ser pensada estrategicamente no presente, para que no futuro possa ter como resultado escolhas mais adequadas, voltadas para a cidadania.
16	Durante a formação dos oficiais, disciplinas como: Técnicas Gerais de Policiamento, Direitos Humanos, Defesa Pessoal e Tiro Policial; contribuíram para a reflexão sobre o melhor uso da força legal;
17	Os oficiais entrevistados, formados entre 2001 e 2003, dizem que a carga horária para as disciplinas voltadas ao uso moderado da força deveria ser ampliada. Constata-se a conscientização dos jovens oficiais em relação à valorização da vida e da cidadania desejando melhor preparo técnico;
18	A inclusão da disciplina de Direitos Humanos na grade curricular do Curso de Formação de Oficiais foi uma inovação, inclusive os cursos de direitos fundamentais ministrados na Academia em conjunto com órgãos não governamentais estão relacionados com a diminuição da violência policial militar;
19	Entre os anos de 2003 e 2006 ocorreram diversos ajustes pedagógicos e políticos nas bases curriculares em âmbito nacional e regional, o que demonstra que mudanças estão sendo pensadas para a melhor formação do oficial de Polícia Militar.

QUADRO 10 - AVANÇOS NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR QUE DEVEM SER MANTIDOS E APRIMORADOS NOS CURSOS
FONTE: O AUTOR (2013)

No Quadro 10 elencamos dezenove aspectos que tratam dos pontos que devem ser mantidos e aprimorados nos cursos de formação de oficial. Dos dezenove pontos oito tratam de conceitos de Direitos Humanos, Cidadania, Justiça Social e valorização da vida como temas importantes que foram somados à formação do oficial de Polícia Militar e contribuem para a diminuição da violência policial, entre outros aspectos positivos. Três pontos ressaltam fatores positivos à formação acadêmica civil, Bacharelado em Direito, para o ingresso no CFO. Um dos pontos diz ser positiva a formação híbrida e concomitante, feita na Academia e na universidade. Um item deles diz que o perfil desejado atualmente para o oficial de Polícia Militar é o de um profissional autônomo e reflexivo. Outro item considera que as polícias estejam libertando-se do Exército Brasileiro e amadurecendo como instituição policial. Todos os pontos sugerem que as antigas instruções militares estão sendo aos poucos abandonadas e substituídas pelo ensino continuado por meio de novas estratégias de ensino policial onde há a dimensão ética e política na formação do oficial, mostrando que ela está sendo pensada e refletida.

Aspectos salientados pelos autores na formação do oficial de Polícia Militar os quais devem ser reformulados ou excluídos dos cursos	
1	O currículo atual que incorpora as propostas das “Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão”, mas ainda tem muita semelhança com o currículo anterior, inclusive com o da década de 1970 – longe de estabelecer um novo modelo de polícia.
2	Há ausência de espaço na grade curricular atual, para se estabelecer conexão entre as disciplinas cursadas na faculdade, pelos alunos oriundos dos cursos de direito, e as atividades e conhecimentos necessários para um policial.
3	A manutenção da tradição militarista ainda percebida pela valorização de disciplinas que envolvem trabalhos físicos.
4	Não ocorreu acréscimo representativo de horas-aulas para a discussão sobre como estabelecer uma doutrina de policiamento voltado à proteção da pessoa e adequado a uma sociedade democrática.
5	Inexistência de projeto pedagógico para o curso e de ementas e programas para as disciplinas, o que torna o projeto refém do entendimento do Comandante da Academia de Polícia Militar, cuja troca ocorre frequentemente.
6	Descaso com o aspecto intelectual (biblioteca com falta de livros e sem investimentos adequados) propõe-se repensar o policiamento, mas nada sobre os temas atuais pode ser encontrado na biblioteca.
7	O ensino ainda acontece em consonância como o modelo anterior das escolas clássicas (militarização do ensino).
8	Deve ocorrer a desmilitarização do Curso, segundo o autor, policiais nada tem a ver com exércitos.
9	Há a prevalência das disciplinas jurídicas sobre as demais, desde 2004 preparando o oficial mais para a advocacia do que para o policiamento, torna-se necessário o estudo a respeito para verificar se o CFO não está demasiadamente focado nesta área em detrimento da segurança pública.
CONTINUA	

CONTINUAÇÃO	
10	Curso de Segurança Pública, nível bacharelado ministrado concomitantemente com o Curso de Formação de Oficiais, pela UNIVALI é segundo o autor uma anomalia, pelo fato do candidato prestar um vestibular e frequentar dois cursos o CFO e o CSPB e receber dois certificados.
11	A falta de um Corpo Docente permanente, com dedicação exclusiva ao ensino e pesquisa, com oficiais que justifiquem suas presenças pelas qualificações profissionais.
12	Até os dias atuais o ensino das polícias militares são fiscalizados, controlados e orientados pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) – órgão vinculado ao Estado Maior do Exército.
13	Permanecem nos currículos dos cursos de formação, disciplinas voltadas ao cumprimento de missões de exceção em detrimento as voltadas à Segurança Pública.
14	Desmilitarização do Curso, segundo o autor, policiais nada tem a ver com exércitos.
15	O autoritarismo, disciplina e a hierarquia que fazem o formador sentir-se mais seguro durante as instruções na Escola de Oficiais, mas não garantem uma formação cidadã aos oficiais.
16	Há ambivalência na formação do oficial, ele é formado presumindo uma sociedade relativamente harmoniosa e consensual quando na verdade é complexa.
17	Os instrutores da Academia do Barro Branco se ancoram em práticas rotineiras, autoritárias e destituídas de sentido, ou porque são induzidos a isso pelo regimento interno, ou porque não sabem como mudá-las, ou ainda porque não se dispõe a mudanças.
18	A formação do oficial de Polícia Militar conduz para que no conflito entre o Estado e o Cidadão a Instituição tenda a defesa do Estado em detrimento dos direitos do cidadão.
19	Na grade curricular para a formação do oficial, disciplinas de cunho generalista como espanhol e inglês têm carga horária muito extensa, assim como as de conhecimento jurídico, dando-se pouca prioridade às disciplinas de ofício policial.
20	Os sujeitos entrevistados, em sua maioria, desconheciam os documentos que originaram os Princípios Básicos de Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF).
21	Os oficiais mais antigos criticam o novo modelo de formação, isso surge na tentativa de causar um efeito paralisante e proteger assim uma antiga identidade grupal.
22	A formação não propicia capacitação adequada em relação à utilização da força, o que é possível perceber na declaração de um dos entrevistados.
23	A formação do oficial de Polícia Militar conduz para que no conflito entre o Estado e o Cidadão a Instituição tenda à defesa do Estado em detrimento dos direitos do cidadão.
24	Muitas policiais militares ainda não entenderam que a partir de 1988, com a nova Constituição Federal, a lógica que passou a ser proposta para as atividades de formação do policial foi a de proteção do cidadão e aos anseios da sociedade.
25	Na APMCV não há engajamento entre a teoria da Matriz Curricular e cultura fomentada no cotidiano da Academia Policial, o que o autor chama de “currículo cultural” – ou seja, a prática não segue a teoria.
26	Para que as mudanças ocorram deve-se mudar a cultura do grupo que ainda se fundamenta na disputa por poder e vaidades, mantendo a cultura e tradições antigas.
27	Devem ser valorizadas as capacidades individuais por meio da atualização ininterrupta do policial militar, como forma de promoção de valores adequados a cidadania e a democracia.

QUADRO 11 - ASPECTOS NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR OS QUAIS DEVEM SER REFORMULADOS OU EXCLUÍDOS DOS CURSOS
 FONTE: O AUTOR (2013)

O Quadro 11 mostra vinte e sete itens selecionados durante a leitura dos trabalhos que serviram de base para esta pesquisa. Estes itens salientam alguns aspectos recortados dos textos e apontados por seus autores como pontos a serem

reformulados ou excluídos da formação do oficial de Polícia Militar. Entre os vinte e seis itens elencados podemos observar que: tratam diretamente dos currículos dos cursos, disciplinas, horas-aula e sugerem o descaso com o aspecto intelectual da formação, pautando o ensino policial militar no modelo antigo aos moldes do Exército Brasileiro; fazem um alerta para o não aproveitamento das disciplinas, em relação ao CFO quando este tem como pré-requisito a formação superior do candidato em Direito, para o ingresso no CFO; e ainda quando o mesmo curso universitário é feito concomitantemente com CFO estando o cadete sujeito a duas jornadas de formação, uma no CFO e outra na universidade, inclusive com duas certificações tendo prestado um único concurso vestibular; outros pontos elencados dizem respeito ao caráter militar da instituição policial, e à necessidade de desmilitarização dos cursos, à diminuição do autoritarismo e da hierarquia militar, assim como da fiscalização exercida pelo EB nas polícias militares; a falta de corpo docente nas academias de Polícia Militar, com professores qualificados cujos conhecimentos sejam adequados à vida profissional e acadêmica também é apontado como fator que deve ser revisto; apontam-se críticas ao preparo do oficial, o qual não seria adequado para uma polícia voltada para a cidadania e às necessidades sociais, o maior empecilho para a mudança na formação seria a cultura tradicionalista e conservadora mantida pelos oficiais mais antigos, os quais tentam menosprezar o novo modelo de formação do oficial de polícia; o desconhecimento de documentos relevantes para a formação e para a atividade profissional.

6 CONCLUSÃO

No início deste trabalho ficou evidenciado que a motivação para desenvolver a pesquisa estava centrada nas dúvidas e receios deste pesquisador em relação à formação do profissional de segurança pública, notadamente em relação à formação como oficial de Polícia Militar.

Neste contexto, organizamos o trabalho de pesquisa em seis capítulos e, dado o inusual maior número de capítulos, cabe, segundo nosso parecer, à guisa de abertura de conclusão, a recapitulação.

Na introdução apresentou-se um breve relato da carreira do autor, e as motivações para esta pesquisa, assim como os objetivos e justificativas. Frisamos a questão de ser o oficial o principal formador de futuros policiais militares desde os soldados até os coronéis de Polícia Militar. Apresentamos os questionamentos em relação a formação dos policiais militares, pautando-nos evidentemente também na experiência profissional deste pesquisador em atividades policiais militares em quartéis, presídios e no policiamento urbano, e também como instrutor de cursos de formação na APMG.

No capítulo dois identificamos as figuras do Policial, do Militar e do Policial Militar, constatando ser este último um ser híbrido militarmente doutrinado e com a função de proteger o cidadão e a democracia, sendo ele, o policial militar, inclusive cidadão de direitos e deveres. Ainda coube neste ponto a descrição sucinta da chegada dos militares ao Brasil e as influências e repercussão que suas tradições causaram nas forças policiais militares. Também de maneira breve foi apresentada a criação da PMPR, força oriunda do Exército Brasileiro a quem tradicionalmente e constitucionalmente é subordinada.

O capítulo três tratou da formação do oficial de Polícia Militar do Paraná, descreveu a rotina da Escola de Oficiais da APMG. Relatou o processo de seleção dos futuros oficiais da PMPR, desde o concurso vestibular, sua apresentação marcada por aula solene e a quarentena para a adaptação a vida militar. Frisamos que em seu cotidiano marcado por regras rígidas, as atividades desenvolvidas pelos cadetes, procuram transmitir os valores morais, éticos e históricos da PMPR, preparando-os para serem aspirantes à oficial e posteriormente tenentes. Neste

capítulo três também foram apresentados os pontos relevantes atinentes a documentação de ensino da PMPR.

O quarto capítulo apresentou a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, este documento que constatamos ser o mais completo já apresentado no Brasil em relação à formação de agentes de segurança pública, teve papel fundamental na decisão de realizarmos este estudo, quando tomamos conhecimento de que ele deveria ser adotado como referencial teórico-metodológico para os cursos de formação de policiais militares, e era desconhecido por muitos dos instrutores da APMG; descrevemos sumariamente as propostas governamentais e os estudos desenvolvidos até a apresentação pela SENASP em 2003 da Matriz Curricular Nacional.

O capítulo cinco falou sobre a metodologia, que se pautou na consulta em documentos oficiais e literatura científica disponível, bem como na busca em teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduações brasileiros entre os anos de 1988 e 2011; para localizarmos as teses e dissertações utilizamos o Banco de Teses da CAPES. Localizadas os documentos e obras fizemos a seleção das teses e dissertações que tratavam da formação do oficial de Polícia Militar procedendo a coleta de dados. As informações selecionadas foram aquelas que tratavam dos aspectos da formação as quais foram sugeridas pelos autores como fatores que melhoraram a formação do oficial, e também selecionamos as informações que segundo os autores em nada contribuíram para avanços na formação e que inclusive deveriam ser afastadas definitivamente para não ocasionarem prejuízos ao preparo dos futuros oficiais. Os dados, depois de selecionados, foram organizados em quadros para melhor visualização e estudo.

Neste contexto, da análise dos dados coletados das teses e dissertações estudadas pudemos verificar o que está sendo pensado em relação à formação do oficial de Polícia Militar no Brasil. Lendo os trabalhos dos autores constatamos que os estudos em relação a Segurança Pública, Polícia Militar e principalmente sobre os Oficiais de Polícia Militar são temas ainda pouco debatidos, o que é preocupante quando verificado a importância de tais temas para a sociedade brasileira.

Verificamos que a concentração de pesquisas acadêmicas nos programas de pós-graduação brasileiros, que envolvem Polícia Militar, está na formação genérica do policial militar, lembrando que existem duas carreiras distintas para os policiais militares: a das praças, que se inicia como soldado de 2ª Classe e a de

Oficial de Polícia Militar, que tem início como Cadete; o menor número de estudos sobre a formação do oficial também foi fator para que focássemos nossa pesquisa neste tema, tendo em vista o papel de formador de novos policiais militares que cabe principalmente ao Oficial na PMPR.

Em relação aos supostos avanços apresentados nas pesquisas estudadas, está a presença da disciplina de Direitos Humanos nos cursos de formação das polícias militares do Brasil, inclusive com os conceitos de Cidadania, Justiça Social e Valorização da Vida presentes em todas as obras analisadas, que apontam tais temas como importantes para reflexão e a diminuição da violência policial.

Ainda foram constatados, nos escritos dos autores pesquisados, os debates em relação à formação acadêmica civil para o oficial de Polícia Militar. Os autores levantam opiniões sobre a admissão de candidatos com formação acadêmica na área jurídica, como ocorre no Rio Grande do Sul, onde os candidatos ao oficialato, bacharéis em Direito, são promovidos ao posto de Capitão de Polícia Militar após sua formatura na Academia Policial Militar; e também sobre a formação concomitante na Academia Militar e na Universidade Civil; conforme a Academia de Polícia Militar de Santa Catarina, onde o Cadete tem aulas na Escola de Oficiais e na Universidade e quando formado, mesmo prestando um único vestibular, obtém dois Diplomas, um militar e outro civil. Estas discussões impulsionam certamente a busca da formação adequada para os oficiais, porém só saberemos o resultado no futuro, quando talvez tenhamos a formação unificada e equânime das forças policiais militares do Brasil.

As pesquisas também versam sobre o perfil profissional desejado para o oficial de Polícia Militar, o qual foi descrito como sendo a de um profissional autônomo e reflexivo, ao contrário da doutrina disseminada no passado recente, anterior a promulgação da constituição federal de 1988 e da apresentação da Matriz Curricular Nacional em 2003, quando os policiais militares, praças e oficiais, deveriam obedecer a ordens sem o exercício da autonomia intelectual. A formação atual procura conduzir o profissional a ter atitudes refletidas, as quais devem pautar-se em conhecimentos teóricos e práticos, com competências que atendam às demandas sociais relativas à segurança pública, voltando-se para a defesa da Cidadania.

O amadurecimento das Instituições Policiais Militares, as quais, segundo os pesquisadores, estão se desvinculando do Exército Brasileiro e adquirindo

identidade própria, também é fator determinante para a melhoria dos serviços prestados à sociedade. A função a ser desempenhada pelas polícias militares afasta-se das atividades das Forças Armadas: enquanto uma está relacionada com a defesa do Estado de um suposto inimigo personificado em ser humano, a atividade de polícia está disposta para enfrentar o crime, que tem causa em fatores sociais por vezes abstratos, geralmente desencadeados por omissão do Estado, que demandam estratégias socialmente elaboradas, através de estudos multidisciplinares.

Pelo exposto, novas estratégias de ensino policial estão sendo pensadas para a formação do oficial de Polícia Militar, notadamente estão sendo abandonadas aos poucos algumas instruções militares antigas e substituídas pelo ensino continuado com dimensões éticas e políticas inovadoras; mas, conforme alertam os pesquisadores, as mudanças dependem também da vontade política de implementar as novas filosofias de segurança pública. Com isso constatamos que as demandas governamentais são determinantes para o sucesso de projetos e programas na área da Segurança Pública.

Alinhados com os autores consultados, temos a convicção de que estes aspectos merecem discussão, debates e estudos; os pesquisadores ainda trazem informações sobre os aspectos que estão sendo superados na formação dos oficiais de Polícia Militar, supondo serem eles ultrapassados e prejudiciais à formação, porém que ainda perduram nas academias de polícia no Brasil.

Como foi visto ainda prevalece o modelo antigo, baseado na tradição militar de formação, onde a filosofia de máxima ocupação do tempo privilegia as faxinas, manutenção de equipamentos e atividades físicas não planejadas em detrimento ao estudo e a reflexão. Ainda é verificada a falta de investimentos nas bibliotecas das Academias Policiais Militares, onde livros atualizados referentes a temas como Direitos Humanos, e mesmo de disciplinas profissionais não são encontrados.

Em relação ao candidato com formação acadêmica em Direito, ou a formação com dupla jornada entre a academia militar e a universidade, os autores apresentam como fator prejudicial o não aproveitamento das disciplinas cursadas na universidade, por falta de planejamento adequado. A questão da formação jurídica supostamente é colocada como base para possíveis reivindicações de carreira e salarial, onde a prevalência de tais matérias acaba preparando o oficial de Polícia Militar para o exercício da advocacia em prejuízo da formação policial.

A desmilitarização dos cursos de formação de oficiais é apresentado como necessário para a diminuição do autoritarismo e da forte hierarquia, assim como da excessiva fiscalização do Exército Brasileiro, que supostamente traz prejuízos à formação do policial.

A falta de corpo docente qualificado nas academias de Polícia Militar, com professores competentes profissionalmente e com preparo adequado à vida acadêmica, também é suscitado como fator de comprometimento da boa formação dos oficiais de Polícia Militar. Aponta-se que o preparo do futuro oficial, devido a este e aos outros fatores apresentados, não seria o adequado para uma polícia voltada para a cidadania e as necessidades sociais.

Por fim, o maior empecilho, segundo os autores, para que haja mudanças efetivas na formação dos oficiais de Polícia Militar é a cultura conservadora mantida por grupos de oficiais formadores que parecem não considerar o modelo de formação de profissionais de segurança pública sugerido pela Matriz Curricular Nacional de 2003.

Concluimos esta pesquisa evidenciando que o nosso propósito de conhecer o que dizem as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros entre 1988 e 2011 sobre a formação dos oficiais de Polícia Militar no Brasil, foi alcançado. No entanto, nosso conhecimento a respeito do tema mostrou fragilidade, pois mesmo após o Mestrado em Educação terminado, sabemos que muito ainda há a ser estudado sobre a formação do oficial de Polícia Militar e sobre segurança pública no Brasil.

Nossas considerações finais, tendo em vista o que foi constatado através das leituras, pesquisas e análise dos dados, são no sentido de que o conhecimento a respeito do tema ainda é incipiente, emergente e que o caminho para a melhor formação dos agentes de segurança pública está ainda para ser trilhado.

De início, vemos como necessário promover debates entre aqueles que estudam o tema, debates que suscitem novas propostas formativas, pautadas em análises adequadas ao contexto social e às necessidades do profissional oficial de Polícia Militar. Estudos sobre a formação inicial e continuada, os quais acompanhem as modificações ocorridas no decurso do tempo possibilitarão o conhecimento e aperfeiçoamento da Matriz Curricular Nacional. Também é necessária a divulgação das informações em relação ao tema, para fomentar o conhecimento dentro das academias de polícia e também entre os policiais militares de todos os escalões,

para que estejam preparados para buscar as mais amplas informações concernentes à capacitação para suas carreiras.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ (APMG). **Manual do Cadete**. [São José dos Pinhais]: [s.n], [2011?].

AZEVEDO, R. de O. **Academia Policial-Militar do Guatupê: berço de líderes**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2001.

BASÍLIO, M. P. **O desafio na formação do policial militar do Estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?** 216 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio De Janeiro, 2007.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução de: BELMONTE, R. A. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Original em Inglês.

BLASIUS, L. **A resiliência na formação do policial militar**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 7. ed. Brasília: UnB, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de mar. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6061.htm>. Acesso em: 20/03/13.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

_____. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas Dos Profissionais Da Área De Segurança Pública**. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRIE.htm>>. Acesso em: 21/4/2012.

_____. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 04/5/2013.

_____. **Projeto de Lei n. 3734**, de 11 de abril de 2012. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FEB C653A1256203445651A2E976AFB85.node2?codteor=987409&filename=Avulso+-PL+3734/2012>. Acesso: 20/03/13.

BRITO, F. de A. T. de. **Direitos humanos e cidadania em foco: percepções sobre a formação do policial militar da Paraíba**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. rev., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CERQUEIRA, H. de G. **A disciplina militar em sala de aluno: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do estado de São Paulo**. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHÖN, D. **Formar professores como profissionais reflexivos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8 ed. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010. Tradução de: *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*.

HAMADA, H. H. **Ensino profissional na polícia militar de minas gerais: análise do efeito-professor no curso técnico em segurança pública**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LEAL, G. R. **Currículo cultural: uma autoetnografia na Academia De Polícia Militar Costa Verde**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

LUIZ, R. de S. **Ensino Policial Militar**. 139 f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral n. 243**, de 26 de fevereiro 2008. Aprova as Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem. Aditamento ao Boletim Geral n. 038, de 27 de fev. 2008, Paraná, Ctba, 27 de fev. 2008. Disponível em <http://www.policiamilitar.pr.gov.br/arquivos/File/dir_ensino/AditBcg038.pdf>. Acesso em 20/03/13.

_____. **Portaria do Comando-Geral n. 236**, de 26 de fevereiro de 2008. Aprova a Portaria de Ensino da PMPR. Aditamento ao Boletim Geral n. 037, de 25 de fev. 2008, Paraná, Ctba, 25 de fev. 2008. Disponível em: <http://www.policiamilitar.pr.gov.br/arquivos/File/pm1/Normas%20Administrativas/Portarias/2008_02_26_-_Portaria_CG_236_-_Portaria_de_Ensino.pdf>. Acesso em 20/03/13.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSA, H. P. **Políticas e estratégias de comando da Polícia Militar de Santa Catarina e a gestão acadêmica do curso de formação de oficiais**. 242 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RUDNICKI, D. **A formação social de oficiais da Polícia Militar: análise do caso da academia da brigada militar do Rio Grande do Sul**. 365 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANDES, W. F. **O uso legal da força na formação de jovens tenentes: um desafio para atuação democrática da Polícia Militar de Mato Grosso**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SILVA, H. **O poder militar**. Colaboração: Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1984.

SILVA, S. R. da R. e. **Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar**. 216 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

VERAS, J.B.R. **Docência na Polícia Militar do Ceará: curso de formação de soldados de fileiras (turma 2007)**. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A -	TESES E DISSERTAÇÕES DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR	85
APÊNDICE B	TESES E DISSERTAÇÕES DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR UTILIZADAS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS.....	89

APÊNDICE A - TESES E DISSERTAÇÕES DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

Teses:

01	IES: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SOCIOLOGIA	Ano: 2004
Título	TORNAR-SE POLICIAL: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO POLICIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	
Autor/Nível	PAULA FERREIRA PONCIONI. / DOUTORADO.	

02	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - SOCIOLOGIA	Ano: 2007
Título	A FORMAÇÃO SOCIAL DE OFICIAIS DA POLICIA MILITAR: ANÁLISE DE CASO DA ACADEMINA DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL.	
Autor/Nível	DANI RUDNICKI / DOUTORADO.	

03	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – EDUCAÇÃO	Ano: 2007
Título	OS SABERES EM POTENCIAL DA ATIVIDADE POLICIAL OSTENSIVA: SISTEMATIZANDO MODELOS A PARTIR DA EXPERIENCIA POTIGUAR.	
Autor/Nível	SAIRO ROGÉRIO DA ROCHA E SILVA. /DOUTORADO.	

04	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO	Ano: 2008
Título	ENSINO POLICIAL MILITAR.	
Autor/Nível	RONILSON DE SOUZA LUIZ. / DOUTORADO.	

05	IES: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – CIÊNCIA POLÍTICA.	Ano: 2009
Título	UMA ANÁLISE DE PRODUÇÃO DE POLÍTICA: NA REFORMA DE EDUCAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS.	
Autor/Nível	DAYSE ASSUNÇÃO MIRANDA. / DOUTORADO.	

06	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - SOCIOLOGIA	Ano: 2011
Título	PODER/SABER E CORPO: OS REGIMES DISCIPLINARES E A CONSTRUÇÃO MICROFÍSICA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA.	
Autor/Nível	EDUARDO NUNES JACONDINO. /DOUTORADO.	

Dissertações:

01	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – CIENCIAS SOCIAIS	Ano: 1999
Título	ESCOLA DE BRAVOS – COTIDIANO E CURRÍCULO NUMA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR.	
Autor/Nível	CARLOS FRANCISCO LINHARES DE ALBUQUERQUE. /MESTRADO.	

02	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - EDUCAÇÃO	Ano: 1999
Título	ESPELHO, ESPELHO MEU... NOVA IMAGEM PARA POLÍCIA MILITAR, UMA QUESTÃO (TAMBÉM) CURRICULAR.	
Autor/Nível	SANDRA CRISTINA SOUZA REIS ABREU. /MESTRADO.	

03	IES: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (ESCOLA DE GOVERNO) – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Ano: 2000
Título	A FORMAÇÃO BÁSICA DO POLICIAL MILITAR DE MINAS GERAIS: AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO MILITAR EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO.	
Autor/Nível	MARCOS ANTONIO SANTOS. /MESTRADO.	
04	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – ANTROPOLOGIA SOCIAL	Ano: 2001
Título	EM QAP: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM SABER SER SOLDADO DA BRIGADA MILITAR.	
Autor/Nível	FERNANDA VALLI NUMMER. /MESTRADO.	
05	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – EDUCAÇÃO	Ano: 2003
Título	O ENSINO POLICIAL E A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS.	
Autor/Nível	BALTAZAR DONIZETE DE SOUZA. /MESTRADO.	
06	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO (CURRÍCULO)	Ano: 2003
Título	O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR FRENTE ÀS DEMANDAS DEMOCRÁTICAS.	
Autor/Nível	RONILSON DE SOUZA LUIZ. /MESTRADO.	
07	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRAÇÃO	Ano: 2004
Título	POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E A GESTÃO ACADEMICA DO CURSO DE FORMAÇÃO DOS OFICIAIS.	
Autor/Nível	HAMILTON PACHECO DA ROSA. / MESTRADO.	
08	IES: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO	Ano: 2004
Título	EDUCAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES: UM DESAFIO DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	
Autor/Nível	GERALDO JANIO VENDRAMINI. /MESTRADO.	
09	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - EDUCAÇÃO	Ano: 2004
Título	A FACE OCULTA DO ENSINO POLICIAL MILITAR E A FORMAÇÃO DO JOVEM POLICIAL...	
Autor/Nível	EMÍLIA ALVES. /MESTRADO.	
10	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA / JOÃO PESSOA – SERVIÇO SOCIAL	Ano: 2005
Título	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA EM FOCO: ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DA PARAÍBA.	
Autor/Nível	FRANCISCO DE ASSIS TOSCONO DE BRITO. /MESTRADO.	
11	IES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - EDUCAÇÃO	Ano: 2005
Título	PROCESSOS SOCIAIS E EDUCATIVOS NA FORMAÇÃO DO SOLDADO: UM OLHAR SOBRE A POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE.	
Autor/Nível	KARLA PATRÍCIA BARBOSA COSTA. /MESTRADO.	

12	IES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI – EDUCAÇÃO	Ano: 2006
Título	A PRÁTICA DOCENTE NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO PIAUI: UMA ABORDAGEM À LUZ DO AGIR COMUNICATIVO.	
Autor/Nível	JOSÉ ADERSINO ALVES DE MOURA. /MESTRADO.	
13	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO (CURRÍCULO)	Ano: 2006
Título	A DISCIPLINA EM SALA DE AULA: A RELAÇÃO PEDAGÓGICA EM UMA INSTITUIÇÃO FORMADORA DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO.	
Autor/Nível	HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA. /MESTRADO.	
14	IES: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ - ADMINISTRAÇÃO	Ano: 2007
Título	O DESAFIO DA FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UTOPIA OU REALIDADE POSSIVEL?	
Autor/Nível	MARCIO PEREIRA BASÍLIO. /MESTRADO.	
15	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – EDUCAÇÃO	Ano: 2007
Título	O USO LEGAL DA FORÇA NA FORMAÇÃO DE JOVENS TENENTES: UM DESAFIO PARA ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO.	
Autor/Nível	WILQUERSON FELIZARDO SANDES. /MESTRADO.	
16	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - EDUCAÇÃO	Ano: 2008
Título	A RESILIÊNCIA E A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR.	
Autor/Nível	LUCIANO BLASIUS. MESTRADO.	
17	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-EDUCAÇÃO	Ano: 2008
Título	DOCÊNCIA NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ: CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DE FILEIRAS (TURAM 2007).	
Autor/Nível	JOÃO BATISTA RESENDO VERAS. / MESTRADO.	
18	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAIS – ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	Ano: 2008
Título	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO E NA ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR.	
Autor/Nível	EMERSON BERNARDES DA SILVA. /MESTRADO.	
19	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - EDUCAÇÃO	Ano: 2008
Título	FENOMENOLOGIA DA EDUCAÇÃO JURÍDICA NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR.	
Autor/Nível	EDSON BENEDITO RONDON FILHO. /MESTRADO.	
20	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - EDUCAÇÃO	Ano: 2009
Título	A FORMAÇÃO DA MULHER PARA SE TORNAR POLICIAL MILITAR EM MATO GROSSO.	
Autor/Nível	DIVA MARIA DE OLIVEIRA MAINARDI. /MESTRADO.	
21	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE GOIAIS – ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	Ano: 2009
Título	FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE GOIAIS PARA ATUAR NO BIOMA CERRADO.	
Autor/Nível	PAULO CÉLIO DE SOUZA LEAL. /MESTRADO.	

22	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - ANTROPOLOGIA	Ano: 2009
Título	ENTRE A CASERNA E A RUA: O DILEMA DO “PATO”. UMA ANÁLISE ANTROPOLOGICA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR A PARTIR DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DOM JOÃO VI.	
Autor/Nível	ROBSON RODRIGUES DA SILVA. /MESTRADO.	
23	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – CIENCIAS SOCIAIS	Ano: 2009
Título	A VIOLENCIA POLICIAL MILITAR E O CONTEXTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE VIOLENCIA E EDUCAÇÃO NO ESPAÇO DA POLICIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE.	
Autor/Nível	JOÃO BATISTA DA SILVA. /MESTRADO.	
24	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - EDUCAÇÃO	Ano: 2011
Título	CURRÍCULO CULTURA: UMA AUTOETNOGRAFIA NA ACADEMIA DE POLICIA MILITAR COSTA VERDE.	
Autor/Nível	GABRIEL RODRIGUES LEAL. /MESTRADO.	
25	IES: CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ – CIÊNCIAS JURÍDICAS.	Ano: 2011
Título	A FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: UM DIREITO DE PERSONALIDADE.	
Autor/Nível	FREDERICO MARCOS KRUGER. /MESTRADO.	
26	IES: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, POLÍTICA PÚBLICA E SOCIEDADE.	Ano: 2011
Título	SEGURANÇA PÚBLICA, FORMAÇÃO POLICIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: NOVAS ORIENTAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DE UMA POLÍCIA CIDADÃ?	
Autor/Nível	ANA KARINE PESSOA CAVALCANTE MIRANDA. /MESTRADO.	
27	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – ANTROPOLOGIA SOCIAL	Ano: 2011
Título	DIVERSIDADE E PRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO SOLDADO POLICIAL MILITAR EM RORAIMA.	
Autor/Nível	FAGNER PEREIRA VIEIRA. /MESTRADO.	
28	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CIENCIAS SOCIAIS	Ano: 2011
Título	POLÍCIA E POLICIAMENTO: AS AMBIVALENCIAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PRÁTICAS POLICIAIS NA PERIFERIA DE BELÉM.	
Autor/Nível	ELCIMAR MARIA DE OLIVEIRA LIMA. /MESTRADO.	

APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR UTILIZADAS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS

Tese:

01	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - SOCIOLOGIA	Ano: 2007
Título	A FORMAÇÃO SOCIAL DE OFICIAIS DA POLICIA MILITAR: ANÁLISE DE CASO DA ACADEMIA DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL.	
Autor/Nível	DANI RUDNICKI / DOUTORADO.	

Dissertações:

01	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – CIENCIAS SOCIAIS	Ano: 1999
Título	ESCOLA DE BRAVOS – COTIDIANO E CURRÍCULO NUMA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR.	
Autor/Nível	CARLOS FRANCISCO LINHARES DE ALBUQUERQUE. /MESTRADO.	

02	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE GOIAIS – EDUCAÇÃO	Ano: 2003
Título	O ENSINO POLICIAL E A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA ACADEMIA DE POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIAIS.	
Autor/Nível	BALTAZAR DONIZETE DE SOUZA. /MESTRADO.	

03	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRAÇÃO	Ano: 2004
Título	POLITICAS E ESTRATÉGIAS DE COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E A GESTÃO ACADEMICA DO CURSO DE FORMAÇÃO DOS OFICIAIS.	
Autor/Nível	HAMILTON PACHECO DA ROSA. / MESTRADO.	

04	IES: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO (CURRICULO)	Ano: 2006
Título	A DISCIPLINA EM SALA DE AULA: A RELAÇÃO PEDAGOGICA EM UMA INSTITUIÇÃO FORMADORA DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO.	
Autor/Nível	HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA. /MESTRADO.	

05	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – EDUCAÇÃO	Ano: 2007
Título	O USO LEGAL DA FORÇA NA FORMAÇÃO DE JOVENS TENENTES: UM DESAFIO PARA ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO.	
Autor/Nível	WILQUERSON FELIZARDO SANDES. /MESTRADO.	

06	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - ANTROPOLOGIA	Ano: 2009
Título	ENTRE A CASERNA E A RUA: O DILEMA DO “PATO”. UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR A PARTIR DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DOM JOÃO VI.	
Autor/Nível	ROBSON RODRIGUES DA SILVA. /MESTRADO.	

07	IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - EDUCAÇÃO	Ano: 2011
Título	CURRÍCULO CULTURAL: UMA AUTOETNOGRAFIA NA ACADEMIA DE POLICIA MILITAR COSTA VERDE.	
Autor/Nível	GABRIEL RODRIGUES LEAL. /MESTRADO.	

ANEXOS

ANEXO A -	PLANO DE CURSO DO CFO.....	92
ANEXO B -	PLANO DE MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS.....	123

ANEXO A – PLANO DE CURSO CFO

**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
ESCOLA SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ENSINO**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – BACHARELADO**1º CFO PM – 2012****2º CFO PM – 2013****3º CFO PM – 2014****1 INTRODUÇÃO**

O Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares (CFO/PM) foi reconhecido oficialmente como curso superior, conforme homologação do Ministério da Educação e Cultura, pelo Parecer n.º 400/82 do Conselho Federal de Educação, publicado no D.O.U. n.º 170, de 6 set. 82, têm a duração de três anos e destina-se à formação dos futuros oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR), propiciando, desenvolvendo e estimulando os conhecimentos técnico-profissionais, os valores e as habilidades necessárias à formação para a ocupação dos cargos e ao exercício das funções próprias dos oficiais subalternos e intermediários do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM).

De acordo com o Decreto Estadual nº 4491 de 9 de maio de 2012, a APMG foi credenciada, em caráter excepcional, pelo prazo de 180 dias, como Escola Superior de Segurança Pública, bem como foi autorizado o funcionamento do **Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado**, vindo a substituir o CFO.

Entende-se aqui o Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado como um curso completo, em toda sua plenitude pedagógica, desde seu primeiro ano em 2012 até sua conclusão em 2014.

Ao ser matriculado no Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado, o discente recebe a denominação de Cadete, termo que será utilizado neste Plano de Curso (PC).

2 FINALIDADE

O presente PC tem a finalidade precípua de disciplinar os diversos procedimentos relativos ao funcionamento do Curso de Graduação em Segurança pública – Bacharelado, para os anos-letivos de 2012, 2013 e 2014.

3 OBJETIVOS

a) Normatizar os procedimentos a serem observados pela direção do ensino da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), pelo corpo docente e pelos Cadetes, durante o desenvolvimento deste Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado;

b) Estabelecer as bases gerais para o desenvolvimento e execução das atividades, relacionadas com o processo ensino-aprendizagem a serem desenvolvidas pelos Cadetes, docentes e administração da APMG;

c) Fixar parâmetros de conduta para toda a atividade de ensino.

4 REFERÊNCIAS

- a) Lei nº 9.394, 20 dez. 96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- b) Lei Estadual nº 1943, de 23 jun. 54;
- c) Decreto Estadual n.º 4.509, de 21 out. 61 (RCFA);
- d) Decreto Estadual n.º 3.549, de 15 fev. 01;
- e) Decreto Estadual nº 1.753, de 26 ago. 03;
- f) Decreto Estadual nº 4491, de 9 de mai. 12;
- g) Portaria de Ensino (PE);
- h) Plano Geral de Ensino (PGE);
- i) Regimento Interno da Academia Policial Militar do Guatupê e suas alterações (RIAPMG);

j) Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento da Aprendizagem (NOTARA);

k) Matriz Curricular Nacional (MACUNA).

l) Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado.

5 PLANEJAMENTO DO ENSINO

5.1 OBJETIVOS GERAIS DO CURSO

a) Propiciar ensinamentos superiores aos Cadetes, preparando-os para o exercício do oficialato na Polícia Militar;

b) Desenvolver cultura técnico-profissional qualitativa, capacitando e potencializando o Cadete para o desempenho das atribuições necessárias ao cumprimento das missões legalmente destinadas ao oficial;

c) Evidenciar valores sociais, éticos e morais necessários a uma formação policial-militar (PM) alicerçada nas ciências, nos planejamentos, nas pesquisas, nas estratégias, nas táticas e nas técnicas PMs;

d) Capacitar o futuro oficial para o exercício das atividades PMs, para o comando, a instrução e a administração de pelotões e companhias, ou correspondentes;

e) Preparar profissionalmente o Cadete, em consonância com os aspectos éticos, morais, intelectuais, físicos, cognitivos e psicológicos, objetivando a construção cognitiva das qualidades necessárias para o desenvolvimento das funções de chefia, de liderança e de responsabilidade pública, necessárias ao desempenho de suas atividades, voltadas à proteção da vida, da incolumidade física, do patrimônio público e privado, das relações sociais e institucionais;

f) Evidenciar no futuro Oficial o sentimento de obediência às leis e o cumprimento delas, demonstrado pelos princípios da moralidade, da ética, da legalidade, da responsabilidade, da transparência, da hierarquia, da disciplina, da lealdade e da justiça;

- g) Fortalecer o sentimento do dever e da proteção à sociedade, à Polícia Militar, à Pátria e da fidelidade às instituições democráticas;
- h) Planejar, coordenar, desenvolver e desempenhar as atividades e os serviços operacionais de policiamento ostensivo, visando à proteção da sociedade;
- i) Desenvolver competências pessoais.

5.2 ÁREAS DO ENSINO

- a) Ensino Fundamental: destinado a assegurar adequada base humanística e científica, com vistas ao desenvolvimento da cultura dos integrantes da PM;
- b) Ensino Profissional/Operacional: destinado a assegurar o necessário embasamento técnico e operacional aos integrantes da PM, capacitando para o efetivo exercício das funções típicas da profissão;
- c) Ensino Complementar: destinado ao desenvolvimento de competências essenciais não enquadradas nas áreas acima citadas.

5.3 DADOS SOBRE O CURSO

Este Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado será desenvolvido conforme legislação em vigor para os anos-letivos de 2012, 2013 e 2014. O planejamento do ensino prevê o desenvolvimento de atividades, conforme calendário acadêmico para o curso, de acordo com as necessidades letivas e pedagógicas, tendo como datas principais:

- a) Apresentação: 11 de junho de 2012.
- b) Início das aulas: 18 de junho de 2012.
- c) Formatura:

5.4 REGIME ESCOLAR

O regime escolar será de cinco dias semanais, de segunda à sexta-feira, de efetiva atividade letiva, compreendendo uma carga horária semanal de no mínimo quarenta horas/aulas. Havendo necessidade poderão ocorrer aulas aos sábados.

De acordo com necessidades da administração da APMG poderão ocorrer acréscimos de atividades curriculares e extracurriculares, objetivando uma formação integral aos Cadetes.

A duração da hora/aula será de cinquenta minutos, podendo sofrer alterações conforme necessidades momentâneas.

Durante o desenvolvimento do Curso haverá um desfile semanal, preferencialmente às quintas-feiras, com o tempo previsto de uma hora/aula.

Os Cadetes, a critério do Comandante da APMG, cumprirão regime integral de internato, sendo liberados após o término do expediente das sextas-feiras, devendo retornar à APMG aos domingos até às 21h, salvo determinações ou situações contrárias que exijam suas presenças junto às atividades desenvolvidas pela Escola de Oficiais (EsO).

Os Cadetes estão sujeitos a serviços, estágios e outras atividades previstas pelo comando da APMG, que poderão ocorrer aos finais de semana.

Às sextas-feiras e aos sábados poderão ser programadas aulas, planejadas atividades de estágios ou de execução de modalidades de policiamento, em locais e horários a serem estabelecidos pelo Comandante da APMG.

Tais atividades terão um caráter predominantemente técnico-pedagógico e objetivam a operacionalização e a prática dos conteúdos ministrados em sala de aula.

5.5 LOCAL DE FUNCIONAMENTO

O Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado ocorrerá na APMG, nas dependências destinadas à EsO, podendo ocorrer aulas externas, previamente agendadas e de acordo com a necessidade das atividades letivas.

Os Cadetes poderão ser designados para estágios em todo o Estado, ficando também sujeitos a deslocamentos para fora do mesmo, de acordo com as necessidades letivas ou da administração PM.

5.6 CORPO DISCENTE

Constituído por Cadetes matriculados neste Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado, conforme termo de matrícula do 1º ano de Curso para o ano de 2012, publicado em Boletim Interno da APMG e Boletim Geral da PMPR.

5.7 CORPO DOCENTE

Constituído por Professores, Instrutores e Monitores propostos pelo Comandante da APMG e nomeados através de Portaria do Diretor de Ensino e Pesquisa da PMPR, que será publicada em Boletim do Comando-Geral.

5.8 HORÁRIO DAS AULAS

O horário das aulas ocorrerá conforme anexo B, podendo sofrer alterações de acordo com as exigências administrativas da APMG e da PMPR.

5.9 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular, com as áreas de ensino, as disciplinas, com suas respectivas cargas horárias, e as atividades extracurriculares, será de acordo com o anexo C.

Após criteriosa análise da matriz curricular integral do Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado, e atendendo a necessidades curriculares detectadas, ocorreu a implantação de disciplinas fundamentais à adequada, completa e integral formação dos Cadetes. Tais inclusões foram essenciais para atualizar o currículo do curso à nova proposta pedagógica da Secretaria Nacional de Segurança (SENASP), através da MACUNA.

5.10 DAS AVALIAÇÕES

A avaliação do rendimento, da aprendizagem e do desempenho escolar, a organização, aplicação e apuração dos resultados das provas dos Cadetes ocorrerão mediante os processos estabelecidos pelas Normas Técnicas de Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem (NOTARA), em vigor na PMPR.

Ocorrendo atualização das NOTARA ou a substituição dessas por outras formas de avaliação do rendimento e da aprendizagem, devidamente homologadas pelo Comando da APMG, valerão as novas determinações adotadas.

O número de avaliações para o Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado, está no anexo D.

As disciplinas de Língua Estrangeira Moderna (Inglês I, II e III), Língua Estrangeira Moderna (Espanhol I, II e III), Libras, Marketing Pessoal I e II, Trabalho Comunitário I, II e III e Qualidade de Vida terão avaliação conforme a NOTARA, porém suas médias não serão computadas na Média Final do aluno.

Para a disciplina de Projeto de Pesquisa, no 1º ano-letivo de 2012, os cadetes apresentarão individualmente seu projeto de pesquisa, no final do ano-letivo, para a banca de qualificação.

A banca de qualificação validará o projeto de pesquisa, com ênfase à parte metodológica, para que no 2º ano do curso, ano-letivo de 2013, para que o Cadete possa desenvolver sua pesquisa. Na qualificação receberão o conceito APTO, APTO COM CORREÇÕES ou INAPTO.

Recebendo o conceito:

a) APTO desenvolverão suas pesquisas em 2014, de acordo com o projeto qualificado;

b) APTO COM CORREÇÕES farão a correção em sete dias e re-apresentarão à banca para que esta emane novo conceito;

c) INAPTO desenvolverão novo projeto de pesquisa e o apresentarão no início do ano-letivo de 2015 para avaliação e conceituação do novo projeto.

Na disciplina de Trabalho Técnico Científico, no 3º ano do curso, ano-letivo de 2014, os Cadetes defenderão suas pesquisas científicas para uma banca, conforme previsão em calendário, e receberão o conceito APTO ou INAPTO.

O Cadete que receber o conceito INAPTO deverá reapresentar o trabalho, com as correções determinadas pela banca, no prazo de sete dias.

As bancas de qualificação e de defesa serão indicadas pelo Comandante da APMG e serão compostas do:

- a) Orientador de conteúdo;
- b) Orientador metodológico; e
- c) Avaliador de conteúdo.

Preferencialmente a banca de qualificação deverá ser a mesma da banca de defesa.

O Estágio Administrativo Supervisionado, Estágio Administrativo e Operacional, Estágio Operacional Supervisionado e a Avaliação Multidisciplinar Operativa serão avaliados através de conceitos APTO ou INAPTO.

5.11 DAS AVALIAÇÕES EM SEGUNDA CHAMADA

O Cadete que faltar, por motivo justificado, a qualquer prova poderá realizá-la em segunda chamada, desde que atenda o previsto na NOTARA.

5.12 DO RENDIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS CADETES

A média de aprovação para o 1º ano do curso, ano-letivo de 2012, denominada média final (MF1), será composta pela soma de todas as notas finais das disciplinas dividida pelo número de disciplinas computadas, sendo cada nota final representada por NF seguido do número da disciplina, numeração encontrada no anexo D, conforme fórmula abaixo:

$$\text{MF1} = \frac{\text{NF1} + \text{NF2} + \text{NF3}}{\text{nº de disciplinas}}$$

Excetuam-se as disciplinas citadas no item 5.10.

A média de aprovação para o 2º ano do curso, ano-letivo de 2013, denominada média final (MF2), será composta pela soma de todas as notas finais das disciplinas divididas pelo número de disciplinas computadas, sendo cada nota final representada por NF seguido do número da disciplina, conforme fórmula abaixo:

$$\text{MF2} = \frac{\text{NF1} + \text{NF2} + \text{NF3}}{\text{nº de disciplinas}}$$

Excetuam-se as disciplinas citadas no item 5.10.

A média de aprovação para o 3º ano do curso, ano-letivo 2014, denominada média final (MF3), será composta pela soma de todas as notas finais das disciplinas divididas pelo número de disciplinas computadas, sendo cada nota final representada por NF seguido do número da disciplina, conforme fórmula abaixo:

$$\text{MF3} = \frac{\text{NF1} + \text{NF2} + \text{NF3}}{\text{nº de disciplinas}}$$

Excetuam-se as disciplinas citadas no item 5.10.

A classificação dos Cadetes ao término dos três anos do Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado será através da média final de curso (MFC), a qual será obtida através da soma da MF1, MF2 e MF3 dividida por três.

Para essa classificação os Cadetes que possuírem uma VR serão classificados após os que não tenham nenhuma VR. Os cadetes que possuírem duas VRs após os que possuírem uma VR. Os cadetes que possuírem três VRs atrás dos que possuírem duas VRs e assim sucessivamente.

5.13 CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

5.13.1 Em cada disciplina

Conforme preconiza a NOTARA, O Cadete será considerado aprovado em cada disciplina, tendo frequência de acordo com o previsto no item **5.20**, quando:

- a) obtiver NF da(s) VA(s) igual ou superior a 7,0 (sete);
- b) obtiver NF igual ou superior a 7,0 (sete), quando submetido à VF. Nesse caso sua NF da(s) VA(s) será desconsiderada e para o compute da MF1, MF2 ou MF3, mesmo que sua NF na VF seja superior a 7,0 (sete), será auferido o valor de 7,0 (sete) nessa NF;
- c) obtiver NF igual ou superior a 5,0 (cinco), quando submetido à VR. Nesse caso sua NF da(s) VA(s) e da VF será desconsiderada e para compute da MF1, MF2 ou MF3 será utilizada a NF alcançada na VR.

5.13.2 No ano-letivo

Será considerado aprovado no ano-letivo, o Cadete que preencha todos os seguintes requisitos:

a) atinja aprovação de acordo com o preconizado 5.12.1 em todas as disciplinas:

b) não esteja enquadrado em qualquer causa de reprovação.

d) atenda às demais condições de aprovação, conforme estabelecem as normas em vigor.

Não haverá conclusão do Curso com dependência de disciplina.

5.14 CONDIÇÕES PARA RECUPERAÇÃO

Será submetido à verificação de recuperação (VR) o Cadete que obtiver na disciplina NF menor que:

a) 7,0 (sete) após a realização da VF;

b) 4,0 (quatro) após a realização da(s) VA(s), passando a essa condição diretamente, sem realizar a VF.

5.15 CONDIÇÕES DE REPROVAÇÃO

Será considerado reprovado no ano-letivo, o Cadete que:

a) após realizar a(s) VA(s) obtenha NF da disciplina menor que 3,0 (três);

b) após realizar a VR obtenha NF da disciplina menor que 5,0 (cinco);

c) ficar para VR em três ou mais disciplinas;

d) inserir-se nas demais condições de reprovação estabelecidas em normas específicas vigentes.

São ainda condições de reprovação:

a) deixar de realizar as verificações, provas ou avaliações previstas sem motivo justificável ou sem que tenha requerido em tempo hábil a realização das mesmas em 2ª chamada;

b) for considerado INAPTO no Estágio Supervisionado;

c) for considerado INAPTO na disciplina de Metodologia da Pesquisa, mesmo após ter o prazo de sete dias contados da primeira defesa, sem fazer as correções determinadas pela banca;

d) considerando isoladamente cada disciplina, venha exceder o limite de quinze por cento de faltas, em relação à carga-horária prevista para cada disciplina, sem motivo justificável;

e) inserir-se nas demais condições de reprovação estabelecidas em normas específicas vigentes.

5.16 PEDIDOS DE REVISÃO DE VERIFICAÇÃO

O Cadete que se julgar prejudicado ou não concordar com a nota (menção) que lhe tenha sido atribuída poderá solicitar, com razões fundamentadas, a revisão da mesma ao Comandante da APMG, conforme Anexo E, devendo o pedido de revisão ser encaminhado através do seu Coordenador, conforme o estabelecido pelas NOTARA.

5.17 DESLIGAMENTO DO CURSO

Será desligado do Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado o Cadete que:

a) for reprovado, sendo oportunizada a rematrícula uma única vez durante o transcorrer do Curso;

b) for submetido ao devido e legal processo administrativo e seja excluído da PMPR, após ingressar no “mau” comportamento;

c) considerando isoladamente cada disciplina, venha exceder o limite de quinze por cento de faltas, em relação à carga-horária prevista para cada disciplina, sem motivo justificável;

d) solicitar e tiver deferido seu requerimento de desligamento do curso, trancamento de matrícula ou licenciamento da PMPR;

- e) incidir em qualquer condição de incapacidade física para o prosseguimento do ano-letivo, devidamente comprovado em inspeção de saúde;
- f) omitir informações ou adulterar qualquer documento para ingressar na PMPR ou no Curso;
- g) falecer;
- h) inserir-se nas demais condições de desligamento estabelecidas em normas específicas vigentes.

5.18 LICENCIAMENTO E EXCLUSÃO DA CORPORÇÃO

Conforme estabelece a Lei n.º 1.943, de 23 de Junho de 1.954, Lei nº 6961, de 28 nov. 77 e demais legislações em vigor que tratam sobre o tema.

5.19 REMATRÍCULA

O Cadete terá direito à matrícula nas seguintes condições:

- a) quando desligado por motivo de saúde devidamente comprovada pela Junta Médica da PMPR;
- b) sofrer acidente em serviço.

O Cadete desligado terá direito à matrícula após ser submetido à avaliação por junta médica e ser considerado “APTO”.

O Cadete reprovado terá direito à matrícula uma única vez durante todo o Curso.

5.20 FREQUÊNCIA

A frequência aos trabalhos escolares é obrigatória e considerada ato de serviço. O Cadete é obrigado a participar de todas as atividades estabelecidas para o Curso. Sua ausência injustificada será considerada transgressão disciplinar.

O Cadete que faltar a qualquer verificação, avaliação, prova, teste ou exame, sem motivo justificado, terá como NF o valor zero.

Em cada disciplina ou atividade curricular será obrigatória a frequência mínima de oitenta e cinco por cento.

O número de faltas por disciplina não poderá exceder a quinze por cento, salvo se forem justificadas. São consideradas justificadas as faltas por:

- a) baixa hospitalar;
- b) dispensa nojo;
- c) dispensas maternidade e paternidade;
- d) atendimento à convocação da Justiça e de ordem disciplinar;
- e) outros motivos a critério do Comandante da APMG.

As faltas quando consideradas justificadas poderão ser abonadas pelo Comandante da APMG, e somente ele poderá, em caso de urgência e comprovada necessidade, dispensar o Cadete de qualquer trabalho escolar.

5.21 VISITAS E PALESTRAS

As visitas necessárias ao processo ensino-aprendizagem deverão ser programadas com antecedência mínima de cinco dias e seu planejamento submetido à aprovação da Divisão de Ensino. Tal solicitação ocorrerá através de documento próprio, conforme anexo F.

As palestras serão estipuladas durante o transcorrer do ano-letivo pela Divisão de Ensino e aprovadas pelo Comandante da APMG.

5.22 DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS CADETES

Os deveres e responsabilidades dos Cadetes estão definidos no Manual do Cadete (MC). Além das prescrições contidas no MC, em diretrizes, normas, regulamentos, etc., os deveres e responsabilidades do Cadete, compreendem ainda:

- a) observar rigorosa probidade na execução de qualquer prova ou trabalho acadêmico;
- b) obter o máximo de aproveitamento do processo ensino-aprendizagem;
- c) apresentar-se corretamente fardado e observar as atitudes regulamentares;
- d) representar bem a PMPR, a APMG e a EsO em solenidades, formaturas e situações diversas;
- e) zelar pela boa conservação do patrimônio da APMG sob sua responsabilidade;
- f) outros estabelecidos pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral da PMPR, pelo Comandante da APMG ou da EsO.

5.23 DAS PROIBIÇÕES

É expressamente vedado ao Cadete sob pena de transgressão disciplinar:

- a) dirigir-se à autoridade acima do Comandante da EsO, sem a devida autorização deste;
- b) solicitar reprodução de materiais nas fotocopiadoras da APMG, sem a autorização do responsável;
- c) deslocar-se em trajes civis pelo interior do aquartelamento nos horários de expediente, ressalvado o deslocamento para entrada e saída;
- d) dirigir-se ao refeitório da APMG em trajes civis, mesmo fora do horário de expediente, bem como nos finais de semana e feriados, sendo permitido o uso do agasalho padrão EsO.
- e) Utilizar-se de funcionários da APMG e/ou militares estaduais, para realização de missões e/ou confecção de trabalhos de qualquer natureza, em caráter particular, durante os horários de expediente.

6 PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

6.1 ALOJAMENTO

Os Cadetes ocuparão as dependências da EsO e os alojamentos do Bloco III, conforme critérios definidos pelo Comandante da EsO e diante aprovação do Comandante da APMG.

6.2 ALIMENTAÇÃO

Será fornecida pela APMG.

6.3 LAVANDERIA

Os Cadetes arranchados poderão utilizar os serviços de lavanderia existente na APMG, mediante prévia autorização do Comandante da EsO e do Chefe da Divisão Administrativa da APMG.

6.4 TRANSPORTE

Para o deslocamento do Quartel do Comando-Geral à APMG, ou vice-versa, para as aulas externas e outros deslocamentos referentes às atividades do Curso os Cadetes poderão utilizar os meios de transporte disponibilizados pela Seção de Transportes.

7 SOLENIDADES CÍVICO-MILITARES

Ocorrerão formaturas semanais e outras solenidades esporádicas tendo os Cadetes a obrigação de participação quando escalados, quer na condição de assistentes, de comandantes, de integrantes do efetivo ou composição do Estado Maior.

8 ATIVIDADES EXTRACLASSE

Sempre que houver condições e disponibilidade no calendário-letivo, a critério do Comandante da APMG, serão desenvolvidas atividades extraclasse.

O desenvolvimento de atividades extraclasse que interfiram no processo ensino-aprendizagem e necessitem de reformulação do calendário-letivo depende fundamentalmente de consulta preliminar à Divisão de Ensino e da aprovação do Comandante da APMG.

Os estágios supervisionados, as atividades sociais e as atividades extraclasse desenvolvidas pelos cadetes deverão ser relatadas à Divisão de Ensino, via Comandante da EsO, para possibilitar o controle estatístico, com vistas ao Relatório Anual de Ensino, a ser elaborado pela STE ao término de ano-letivo ou curso.

O desencadeamento dos estágios supervisionados dos Cadetes ficará condicionado à elaboração do respectivo Plano de Estágio, cuja atribuição ficará a cargo do Comando da EsO, mediante aprovação do Comandante da APMG.

Os estágios supervisionados serão realizados nas sextas-feiras, após o expediente, nos finais de semana e feriados. A carga-horária destinada ao estágio não será computada no calendário acadêmico.

9 COORDENAÇÃO

A Coordenação geral do Curso de Graduação em Segurança Pública – Bacharelado CFO/PM caberá ao Comandante da EsO e cada turma terá coordenador um Oficial subalterno proposto pelo Comandante da EsO e designado pelo Comandante da APMG.

Os coordenadores são os principais auxiliares do Comandante da EsO na disciplina, instrução, educação, orientação pedagógica e administração da Escola.

As funções de Orientação Educacional e Psicológica serão exercidas, na medida do possível, pelos respectivos coordenadores de turma, com apoio e consulta de profissionais das áreas.

Os coordenadores de turma, para o desempenho de suas atribuições, deverão observar o contido nas NGA n.º 01/95, do Comandante da APMG.

10 FARDAMENTO

Será determinado pelo Comando da EsO, de acordo com a atividade a ser desenvolvida. O Cadete manterá todos os fardamentos previstos na EsO e sempre em condições de serem utilizados.

11 PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a) os Cadetes concorrerão às escalas de serviço, afetos à sua condição hierárquica, na forma a ser definida pelo Comandante da EsO;

b) o Cadete mais antigo é o responsável pela carga de materiais e equipamentos existentes na sua respectiva sala de aula, devendo zelar pela sua conservação e guarda;

c) o Cadete que for flagrado usando de meios ilícitos na realização de qualquer verificação receberá nota ZERO na referida prova, bem como será

submetido aos procedimentos previstos nas NOTARA e nesse PC, ficando sujeito às sanções disciplinares previstas em regulamento. Quando ocorrer tal fato o aplicador da prova fará de imediato a apreensão da mesma, devendo arrolar testemunhas, comunicar o fato e anexar, se possível, o meio utilizado para o ilícito, conforme anexo G;

d) o Coordenador do curso deverá distribuir uma via do presente PC ao Chefe de Turma, essa permanecerá à disposição dos Cadetes durante o curso, sendo que a cada início de ano-letivo deverão ser acrescidos os anexos referentes ao ano-letivo em vigência. Em outra cópia pegará a ciência dos Cadetes, essa então deverá retornar à STE onde permanecerá arquivada;

e) o Coordenador deverá elaborar e encaminhar à Divisão de Ensino o relatório final do ano-letivo, segundo as normas em vigor, em até dez dias úteis após a conclusão do mesmo, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas, conforme modelo prescrito na Diretriz Geral de Ensino;

f) considerando a escassez de recursos, o qual interfere diretamente no planejamento administrativo, poderão ser adotados mecanismos necessários para ajustar da melhor forma possível o andamento do Curso nos anos-letivos;

g) os casos omissos ao presente PC serão resolvidos subsidiariamente em conformidade com a legislação em vigor. Os não previstos serão deliberados pelo Comandante da APMG.

Ten.-Cel. QOPM João de Paula Carneiro Filho,
Comandante da APMG

DISTRIBUIÇÃO: Diretoria de Ensino e Pesquisa, EsO e CFO/PM ano de inclusão 2012.

Quadro de Trabalho Semanal (QTS)						
Horários	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
07:30 – 08:20	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
08:20 – 09:10	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
09:10 – 09:30	Intervalo					
09:30 – 10:20	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
10:20 – 11:10	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
11:10 – 12:00	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	desfile	<i>aula</i>	
Almoço						
13:30 – 14:20	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
14:20 – 15:10	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
15:10 – 15:20	Intervalo					
15:20 – 16:10	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
16:10 – 17:00	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	
17:00 – 17:50	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	<i>aula</i>	

OBSERVAÇÃO: a marcação das aulas ocorrerá de acordo com as necessidades do corrente ano-letivo, podendo inclusive ocorrer aulas aos sábados.

ANEXO C 1

ÁREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINAS	C/H
FUNDAMENTAL	1	CIÊNCIAS POLÍTICAS	20
	2	DIREITO CIVIL APLICADO	30
	3	DIREITO CONSTITUCIONAL	40
	4	DIREITO PENAL I	40
	5	DIREITOS HUMANOS	30
	6	EDUCAÇÃO FÍSICA I	120
	7	FILOSOFIA E LÓGICA	20
	8	HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR	20
	9	IDENTIF. DE SUBST. ILÍCITAS (TOXICOS)	10
	10	INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA	30
	11	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO	30
	12	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL I	30
	13	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ESPANHOL I	30
	14	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLES I	30
	15	LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	20
	16	MARKETING PESSOAL E SOCIAL	40
	17	METODOLOGIA CIENTÍFICA	20
	18	POLÍCIA COMUNITÁRIA E POL. COMUNITÁRIO	30
	19	PORTUGUÊS E REDAÇÃO OFICIAL	30
	20	PSICOLOGIA APLICADA A ATIVIDADE PM	30
	21	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	30
TOTAL FUNDAMENTAL - HORAS-AULAS			680
PROFISSIONAL OPERACIONAL	22	DEFESA PESSOAL I	40
	23	ESTÁGIO ADMINISTRATIVO	50
	24	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO I	50
	25	MANEABILIDADE TERRESTRE	30
	26	ORDEM UNIDA I	30
	27	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	50
	28	PREV. COMU. DE CRIMES E ACIDENTES	20
	29	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	30
	30	PRONTO SOCORRISMO I	20
	31	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS I	56
	32	TELECOMUNICAÇÕES	30
	33	TIRO POLICIAL I	85
TOTAL PROFISSIONAL - HORAS-AULAS			491
COMPLEMENTAR	34	ATIV. ACADEM. DESP. CIENTIFICAS E CULTURAIS	100
	35	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	150
	36	TRABALHO COMUNITÁRIO	10
TOTAL COMPLEMENTAR - HORAS-AULAS			260
TOTAL GERAL - HORAS-AULAS			1431

As disciplinas complementares receberão conceito APTO ou INAPTO.

ANEXO C 2

ÁREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINAS	C/H
FUNDAMENTAL	1	DEONTOLOGIA	30
	2	DIREITO ADMINISTRATIVO	40
	3	DIREITO PENAL II	40
	4	DIREITO PENAL MILITAR I	20
	5	DIREITO PROCESSUAL PENAL	40
	6	DOCTRINA DE EMPREGO PM	40
	7	EDUCAÇÃO FÍSICA II	120
	8	ESTATÍSTICA E ANÁLISE	30
	9	GESTÃO DE PESSOAS	30
	10	GESTÃO PELA QUALIDADE	20
	11	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	30
	12	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL II	30
	13	LÍNGUA ESTRANGEIRA – ESPANHOL II	30
	14	LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS II	30
	15	LOGÍSTICA	30
	16	MARKETING INSTITUCIONAL	30
	17	MEDICINA LEGAL	20
	18	METODOLOGIA DE PESQUISA I	30
	19	METODOLOGIA DO ENSINO	30
	20	SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA	12
	21	SOCIOLOGIA APLICADA A ATIVIDADE PM	30
TOTAL FUNDAMENTAL - HORAS-AULAS			712
PROFISSIONAL/ OPERACIONAL	22	BOLETIM DE OCORRÊNCIA UNIFICADO E TC	20
	23	DEFESA PESSOAL II	30
	24	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO II	25
	25	EXPLOSIVOS E ARTEFATOS	20
	26	ORDEM UNIDA II	30
	27	POLICIAMENTO DE EVENTOS ESPECIAIS	45
	28	POLICIAMENTO DE GUARDAS E ESCOLTAS	30
	29	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO	20
	30	POLICIAMENTO MONTADO I	20
	31	POLICIAMENTO MOTORIZADO I	30
	32	PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	20
	33	PRONTO SOCORRISMO II	20
	34	SEGURANÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES	20
	35	SEGURANÇA DE DIGNATÁRIOS	20
	36	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS II	30
	37	TIRO POLICIAL II	70
TOTAL PROFISSIONAL - HORAS-AULAS			450
COMPLEMENTAR	38	ATIV. ACADÊM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	100
	39	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	300
	40	TRABALHO COMUNITÁRIO	10
TOTAL COMPLEMENTAR HORA-AULAS			410
TOTAL GERAL – HORAS-AULAS			1572

As disciplinas complementares receberão conceito APTO ou INAPTO.

ANEXO C 3

ÁREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINAS	C/H
FUNDAMENTAL	1	ANTROPOLOGIA	20
	2	CHEFIA E LIDERANÇA	20
	3	CRIMINALÍSTICA	30
	4	CRIMINOLOGIA BÁSICA	30
	5	DIREITO DISCIPLINAR E PROC. ADMINISTRATIVOS	40
	6	DIREITO INTERNACIONAL	20
	7	DIREITO PENAL MILITAR II	30
	8	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	50
	9	EDUCAÇÃO FÍSICA III	120
	10	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	40
	11	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	30
	12	LINGUA ESTR. MODERNA – ESPANHOL III	30
	13	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLES III	30
	14	MARKETING PROFISSIONAL	10
	15	METODOLOGIA DA PESQUISA II	40
	16	NOVAS TÉCNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	20
	17	TÉC. DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO	10
TOTAL FUNDAMENTAL - HORAS-AULAS			570
PROFISSIONAL/ OPERACIONAL	18	DEFESA CIVIL	20
	19	CONTROLE DE DISTURBIOS CIVIS	30
	20	DEFESA PESSOAL III	30
	21	METOD. DO ENSINO APLICADO AO ARMAM. E TIRO	33
	22	GERENCIAMENTO DE CRISES	20
	23	INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR	30
	24	LEGISLAÇÃO E POLICIAMENTO AMBIENTAL	30
	25	ORDEM UNIDA III	20
	26	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO RODOVIÁRIO	20
	27	POLICIAMENTO MONTADO II	20
	28	POLICIAMENTO MOTORIZADO II	20
	29	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	20
	30	PROCEDIMENTOS DO OFICIAL CPU	30
	31	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS III	41
	32	TIRO POLICIAL III	55
	33	TRAB. DE COMANDO E DE ESTADO MAIOR	50
TOTAL PROFISSIONAL - HORAS-AULAS			69
COMPLEMENTAR	34	ATIVID. ACADÊM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	100
	35	AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR OPERATIVA	60
	36	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	350
	37	TCC	90
	38	TRABALHO COMUNITÁRIO	10
TOTAL COMPLEMENTAR HORA-AULAS			520
TOTAL GERAL – HORAS-AULAS			559

As disciplinas complementares receberão conceito APTO ou INAPTO;

* Esta carga-horária está destinada de forma individual a cada cadete, face à necessidade de atuação isolada nas diversas bases do Exercício.

ANEXO D 1

AVALIAÇÕES PREVISTAS PARA O 1º CFO PM 2012		
Nº	DISCIPLINAS	VERIFICAÇÕES
1	CIÊNCIAS POLÍTICAS	1
2	DIREITO CIVIL APLICADO	1
3	DIREITO CONSTITUCIONAL	1
4	DIREITO PENAL I	1
5	DIREITOS HUMANOS	1
6	EDUCAÇÃO FÍSICA I	4
7	FILOSOFIA E LÓGICA	1
8	HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR	1
9	IDENTIF. DE SUBST. ILÍCITAS (TOXICOS)	1
10	INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA	1
11	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO	1
12	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL I	1
13	LINGUA ESTRANG. MODERNA - ESPANHOL I	1
14	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLES I	1
15	LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	1
16	MARKETING PESSOAL E SOCIAL	1
17	METODOLOGIA CIENTÍFICA	1
18	POLÍCIA COMUNITÁRIA E POL. COMUNITÁRIO	1
19	PORTUGUÊS E REDAÇÃO OFICIAL	1
20	PSICOLOGIA APLICADA A ATIVIDADE PM	1
21	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	1
22	DEFESA PESSOAL I	1
23	ESTÁGIO ADMINISTRATIVO	--
24	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO I	2
25	MANEABILIDADE TERRESTRE	1
26	ORDEM UNIDA I	1
27	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	2
28	PREV. COMU. DE CRIMES E ACIDENTES	1
29	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	1
30	PRONTO SOCORRISMO I	1
31	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS I	2
32	TELECOMUNICAÇÕES	1
33	TIRO POLICIAL I	3
34	ATIV. ACADEM. DESP. CIENTIFICAS E CULTURAIS	--
35	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	--
36	TRABALHO COMUNITÁRIO	--
TOTAL		40

ANEXO D 2

AVALIAÇÕES PREVISTAS PARA O 2º CFO PM 2012		
Nº	DISCIPLINAS	Verificações
1	DEONTOLOGIA	1
2	DIREITO ADMINISTRATIVO	1
3	DIREITO PENAL II	1
4	DIREITO PENAL MILITAR I	1
5	DIREITO PROCESSUAL PENAL	1
6	DOCTRINA DE EMPREGO PM	1
7	EDUCAÇÃO FÍSICA II	4
8	ESTATÍSTICA E ANÁLISE	1
9	GESTÃO DE PESSOAS	1
10	GESTÃO PELA QUALIDADE	1
11	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	1
12	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL II	1
13	LINGUA ESTRANGEIRA – ESPANHOL II	1
14	LINGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS II	1
15	LOGÍSTICA	1
16	MARKETING INSTITUCIONAL	1
17	MEDICINA LEGAL	1
18	METODOLOGIA DE PESQUISA I	1
19	METODOLOGIA DO ENSINO	1
20	SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA	1
21	SOCIOLOGIA APLICADA A ATIVIDADE PM	1
22	BOLETIM DE OCORRÊNCIA UNIFICADO E TC	1
23	DEFESA PESSOAL II	1
24	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO II	1
25	EXPLOSIVOS E ARTEFATOS	1
26	ORDEM UNIDA II	1
27	POLICIAMENTO DE EVENTOS ESPECIAIS	2
28	POLICIAMENTO DE GUARDAS E ESCOLTAS	1
29	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO	1
30	POLICIAMENTO MONTADO I	1
31	POLICIAMENTO MOTORIZADO I	1
32	PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	1
33	PRONTO SOCORRISMO II	1
34	SEGURAÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES	1
35	SEGURANÇA DE DIGNATÁRIOS	1
36	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS II	1
37	TIRO POLICIAL II	2
38	ATIV. ACADÊM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	--
39	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	--
40	TRABALHO COMUNITÁRIO	--
TOTAL		42

ANEXO D 3

AVALIAÇÕES PREVISTAS PARA O 3º CFO PM 2013		
Nº	DISCIPLINAS	Verificações
1	ANTROPOLOGIA	1
2	CHEFIA E LIDERANÇA	1
3	CRIMINALÍSTICA	1
4	CRIMINOLOGIA BÁSICA	1
5	DIREITO DISCIPLINAR E PROCESSOS ADM.	2
6	DIREITO INTERNACIONAL	1
7	DIREITO PENAL MILITAR II	1
8	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	1
9	EDUCAÇÃO FÍSICA III	4
10	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	1
11	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	1
12	LINGUA ESTR. MODERNA – ESPANHOL III	1
13	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLES III	1
14	MARKETING PROFISSIONAL	1
15	METODOLOGIA DA PESQUISA II	1
16	NOVAS TÉCNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	1
17	TÉCNICAS DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO	1
18	DEFESA CIVIL	1
19	CONTROLE DE DISTURBIOS CIVIS	1
20	DEFESA PESSOAL III	1
21	METOD. DO ENSINO APLICADO AO ARMAM. E TIRO	1
22	GERENCIAMENTO DE CRISES	1
23	INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR	1
24	LEGISLAÇÃO E POLICIAMENTO AMBIENTAL	1
25	ORDEM UNIDA III	1
26	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO RODOVIÁRIO	1
27	POLICIAMENTO MONTADO II	1
28	POLICIAMENTO MOTORIZADO II	1
29	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	1
30	PROCEDIMENTOS DO OFICIAL CPU	1
31	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS III	1
32	TIRO POLICIAL III	2
33	TRABALHO DE COMANDO E DE ESTADO MAIOR	2
34	ATIVID. ACADÊM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	--
35	AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR OPERATIVA	--
36	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	--
37	TCC *	--
38	TRABALHO COMUNITÁRIO	--
TOTAL		39

* O Cadete apresentará seu projeto para avaliação e receberá o conceito APTO, APTO com correções ou INAPTO. As correções necessárias ocorrerão no prazo de 07 (sete) dias.

ANEXO E

PEDIDO DE REVISÃO DE PROVA

APMG
Divisão de Ensino
STE

São José dos Pinhais, ____/____/____
☐ VAU ☐ 1ªVA ☐ 2ªVA ☐ 3ªVA ☐ 4ªVA ☐ VF ☐ VR

Disciplina: _____

Docente: _____

PEDIDO DE REVISÃO DE PROVA

CADETE: _____	Curso/Turma: _____
---------------	--------------------

Este recurso deverá ser feito de forma objetiva, focalizando precisamente:

- Quais os pontos em que diverge da correção ou apuração, enumerando a questão e o item;
- As razões das divergências, relacionando-as com livros, regulamentos, manuais, notas de aula e informações dadas em sala pelo Instrutor.

QUESTÕES E ITENS CUJA REVISÃO É SOLICITADA E MOTIVOS

Assinatura do Cadete

ENCAMINHAMENTO

Encaminhe-se ao Sr. Chefe da Divisão de Ensino para apreciação.

Em ____/____/____

Coordenador do Curso

Nome legível do Coordenador

Encaminhe-se à STE para os procedimentos de estilo.

Em ____/____/____

Chefe da Divisão de Ensino

PARECER DA SEÇÃO TÉCNICA DE ENSINO

- ☐ 1. O pedido está de acordo com as normas vigentes, encontrando-se em condições de ser apreciado.
2. Encaminhe-se ao Instrutor/Professor.

- ☐ 1. O pedido está em desacordo com as normas vigentes, devendo ser restituído ao interessado.

2. _____ Motivo
(especificar): _____

Em ____ / ____ / ____

CONSIDERAÇÕES DO PROFESSOR/INSTRUTOR

PARECER:

Em ____ / ____ / ____

Professor/Instrutor

PARECER DA DIVISÃO DE ENSINO

PARECER:

Em ____ / ____ / ____

Chefe da Divisão de Ensino

SOLUÇÃO DO CMT. DA APMG

No pedido de revisão de prova do Cadete: _____

Dou a seguinte solução:

1. _____
2. Dê-se ciência ao interessado.
3. Publique-se em Boletim Interno.
4. Arquive-se na STE.

Em ____ / ____ / ____

Cmt. da APMG

Ciente do cadete: _____

Publicado no B.I nº _____, de ____ / ____ / ____

ANEXO F**PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE PROVA EM SEGUNDA CHAMADA**

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR

Sr. Comandante do APMG

OBJETO: Segunda Chamada de Verificação de Aprendizagem.

Ilmo. Sr. Comandante

1. Fulano de Tal, RG x.xxx.xxx-x, Cadete xº ano, atualmente cursando o xº Ano do Curso de Formação de Oficiais, EsO, requer a V. Sa., a realização de segunda chamada da verificação de Aprendizagem da Disciplina, Instrutor....., realizada em data de, em virtude de (motivo da não realização da prova), o que me impossibilitou de realizar a avaliação na respectiva data.

2. Tal solicitação encontra amparo no Plano de Curso.

3. É a primeira vez que requer.

São José dos Pinhais, PR, ____/____/____.

Cadete xº CFO Fulano de Tal,
Requerente.

ANEXO G

SOLICITAÇÃO DE MEIOS PARA VISITA OU AULA EXTERNA

ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
SOLICITAÇÃO DE MEIOS PARA VISITA E AULA EXTERNA

1. DADOS GERAIS:

a) Data: ____/____/____

b) Turma: _____

c) Nº alunos: _____

d) Duração: _____

e) Disciplina: _____

f) Destino: _____

g) Horário de saída dos alunos da APMG: ____ : ____

h) Horário de retorno dos alunos: ____ : ____

2. TRANSPORTE NECESSÁRIO:

a) () ônibus

b) () van

c) () micro-ônibus

d) () ida

e) () volta

f) () ida e volta

3. MEIOS AUXILIARES DE ENSINO A SEREM UTILIZADOS NA INSTRUÇÃO:

4. OBJETIVOS DA VISITA/AULA:

5. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

6. RELACIONAMENTO COM A DISCIPLINA:

NOME DO INSTRUTOR: _____

ASSINATURA: _____

DATA EM QUE O INSTRUTOR ENTROU COM O PEDIDO DE AULA EXTERNA: ____/____/____

Coordenação
Encaminhe-se ao Subcomandante da APMG
para apreciação.

Em ____/____/____

Coordenador do CursoGabinete do Subcomando

1. Defiro o pedido ();

2. Indeiro o pedido ();

4. À STE para os ajustes ();

5. À Seção de Transportes ();

6. Retorne-se: ao Instrutor ();

3. Autorizo o deslocamento ().

Em ____/____/____

Subcomandante da APMG

ANEXO H**AUTO DE APREENSÃO DE PROVA**

O(s) Cadete(s)

Teve (tiveram) sua(s) prova(s) apreendida(s) pelo seguinte motivo (*):

Testemunhas:

Anexos:

(*) Posse ou detenção de qualquer meio, objeto ou artifício não permitido.
Reiterada conversação após advertência do aplicador.

Guatupê, PR, ____/____/____

APLICADOR

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO B – PLANO DE MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
ESCOLA SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES

CFO PM - 1º ANO

DIREITOS HUMANOS - CARGA HORÁRIA: 30 horas

PLANO DE MATÉRIA

1. OBJETIVOS PARTICULARES

- a. Conhecer a evolução histórica, filosófica e doutrinária dos Direitos Humanos.
- b. Potencializar a compreensão da dimensão contemporânea dos Direitos Humanos.
- c. Reconhecer os instrumentos de proteção aos direitos humanos vigentes no País.
- d. Despertar o valor do ser humano, através de uma conduta ética e legal, compatível com a missão policial-militar.
- e. Desenvolver o espírito de polícia cidadã, essencialmente voltada para a defesa da pessoa humana e dos seus direitos.

2. UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE I - O HOMEM, A SOCIEDADE E OS DIREITOS HUMANOS			CARGA HORÁRIA: 2 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares
Os Usos, os costumes, as leis, a moral e os Direitos Humanos: Fundamentação histórica e filosófica dos Direitos Humanos. Conceitos básicos. - A anomia social. - O pacto social e o surgimento do Estado. - O constitucionalismo. O Estado de Direito. - A cidadania.	- Avaliar a fundamentação histórica e filosófica dos Direitos Humanos. - Citar a influência dos usos e costumes na vida social. - Identificar o significado e a razão da existência do Estado. - Conceituar constitucionalismo. - Reconhecer o que significa Estado de Direito e cidadania.	2	P ED	Quadro de giz. Retroproj or.
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: - É básico nesta UD fazer-se uma incursão histórica e filosófica nos Direitos Humanos, identificando-se os diversos fatores que influenciam a conduta da sociedade, alterando a moral, os costumes, os valores, os comportamentos e sobretudo refletindo na modificação das leis. - A abordagem deste conteúdo deve oferecer uma visão global do comportamento social, merecendo destaque especial a importância do exercício da cidadania.				

UNIDADE II - DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS			CARGA HORÁRIA: 10 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares
1. Direitos Humanos na perspectiva universal: - Relevância da luta pelos Direitos Humanos no mundo contemporâneo. - Declarações internacionais de direitos: - Declaração americana. - Declaração francesa. - Declaração Universal dos Direitos Humanos; - A constitucionalização dos Direitos Humanos.	- Destacar a relevância da luta pelos Direitos Humanos no mundo contemporâneo. - Reconhecer a importância das primeiras declarações de Direitos Humanos, em nível mundial. - Avaliar o significado, para a família humana, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.	6	P	Quadro de giz.
2. As gerações de Direitos Humanos: - A primeira geração: - As liberdades públicas. - A Segunda geração: - Os direitos sociais. - A terceira geração: - Os direitos de solidariedade.	- Enumerar os Direitos Humanos de primeira geração. - Relacionar os Direitos Humanos de segunda geração. - Elencar os Direitos Humanos de terceira geração.		ED	Retroproj etor.

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares
3. A proteção dos Direitos Humanos fundamentais <ul style="list-style-type: none"> - A proteção contra o legislador ; - O controle de constitucionalidade. - A proteção contra o administrador público. - O sistema de proteção judicial; - A atuação do Ministério Público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar os sistemas de proteção dos Direitos Humanos fundamentais. - Conhecer a proteção contra o legislador, com ênfase no controle de constitucionalidade. - Conhecer a proteção contra o administrador público, com destaque à atuação do Poder judiciário e do Ministério Público. 	2	P	Quadro de giz.
4. O regime extraordinário de Direitos Humanos: <ul style="list-style-type: none"> - O estado de defesa; - O estado de sítio. 5. Os remédios constitucionais: <ul style="list-style-type: none"> - Direito de petição; - Habeas corpus; - Mandado de Segurança; - Mandado de segurança coletivo; - Mandado de injunção; - Habeas data; - Ação popular; - Ação civil pública. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar o regime extraordinário de Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. - Conceituar os estados de defesa e de sítio. - Relacionar e conceituar os remédios constitucionais enumerados na Lei Maior. 	2	ED	Retroproj etor.
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: - Os assuntos deverão ser apresentados de forma predominantemente expositiva, podendo ser adotado o sistema de estudo dirigido e posterior discussão dirigida. Deve ser enfatizada a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos em nosso ordenamento jurídico, mormente na Constituição da República, bem ainda o significado, para a cidadania, dos remédios constitucionais para a salvaguarda dos Direitos Humanos.				

UNIDADE III - DIREITOS HUMANOS NO BRASIL		CARGA HORÁRIA: 16 horas		
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares
1. Fatores de melhoria dos Direitos Humanos: <ul style="list-style-type: none"> - A educação para os direitos humanos no Brasil: - A família; - A escola; - A imprensa; - Organizações governamentais; - Organizações não-governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o papel da família, da escola, da imprensa e das organizações governamentais e não-governamentais, na luta pela melhoria dos Direitos Humanos no Brasil. 	4	P	Quadro de giz.
2. Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH):- Decreto nº 1904, de 13/05/96.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer aspectos essenciais do PNDH, Instituído pelo Decreto nº 1904, de 13/05/96.. 	2	ED	Retroproj etor.

ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	nº de sessões	processo de ensino	meios auxiliares
3. A Segurança Pública e os Direitos Humanos: - O uso da força e de armas de fogo pelo Estado; - Questões éticas e legais; - Direito à vida, à liberdade e à segurança; - Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei(CCEAL), instituído pela ONU.	- Avaliar formas de atuação dos integrantes da Segurança Pública no Brasil, em especial dos integrantes das Polícias Militares, frente aos Direitos Humanos. - Avaliar o significado da inclusão da Disciplina de Direitos Humanos nos currículos de todos os cursos realizados na PMPR e coirmãs.	3	P <	

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE MEDIDA		UD AVALIADAS
	TIPOS DE PROVA	TEMPO DESTINADO	
VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	PROVA ESCRITA	2 H	I, II e III

4. BIBLIOGRAFIA

a. Livro(s) Texto (s):

- Constituição da República Federativa do Brasil.
- Constituição do Estado do Paraná.
- FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Direitos Humanos Fundamentais. Editora Saraiva.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. Editora Saraiva.
- WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneos. Malheiros Editores.
- HERKENHOFF, João Baptista. Curso de Direitos Humanos. Editora Acadêmica.
- FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo,
- ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria Geral do Estado. Lisboa: Fundação Caluste Gulbenkian.
- FERREIRA, Luiz Pinto. Teoria Geral do Estado. Editora Saraiva, 2 Volumes.
- Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) - Decreto nº 1904, de 13/05/96.

b. Bibliografia recomendada aos docentes:

- * Os livros textos.

c. Bibliografia recomenda aos discentes:

- * Os livros textos.
- * Notas de aula que forem distribuídas pelo instrutor.

d. Outras referências que possam ser consultadas, para o enriquecimento dos conhecimentos sobre o assunto:

- HERKENHOFF, João Baptista. Direitos Humanos, uma Idéia, muitas Vozes. Editora Santuário.
- BOBBIO, Norberto - Estado, Governo e Sociedade. Editora Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo. Editora Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Editora Campus.
- LAZZARINI, Álvaro. As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como Instrumento de Defesa da Cidadania.

Revista A Força Policial, nº 1, SP.

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Editora Vozes.